

08 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### 8 de março

**Se há o que comemorar no Dia da Mulher, o avanço permanece lento diante de disparidades evidentes**

O Dia Internacional da Mulher, celebrado neste 8 de março, inspira-se nos protestos encampados por trabalhadoras que, no começo do século 20, se insurgiram contra uma ordem social e política em tudo iníqua ao gênero feminino.

A efeméride só veio a tornar-se oficial em 1975, ano que as Nações Unidas consagraram à lembrança dos direitos conquistados ao longo de décadas de lutas persistentes.

Hoje, a igualdade entre homens e mulheres, ao menos no plano das leis, consolidou-se como realidade inexorável e quase universal. Em que pesem tais avanços, permanece ainda grande a desigualdade de gênero nas mais diversas sociedades do planeta — e a brasileira não seria exceção.

O último relatório do Fórum Econômico Mundial a avaliar os avanços nessa seara situa o Brasil numa pouca honrosa 92ª posição, dentre 153 nações. Regionalmente, nosso desempenho afigura-se ainda pior. Dentre os 25 países da América Latina, ocupamos somente o 22º lugar.

As disparidades mais graves, segundo o documento, se dão nos campos das relações de trabalho e da representatividade política.

Dados do IBGE mostram que, em 2018, as mulheres receberam em média salários 20,5% menores que os dos homens. Elas também têm mais dificuldades para galgar os cargos mais altos do setor pri-

vado. Apenas 19% das companhias nacionais possuem mulheres em postos elevados de gestão.

O mesmo ocorre em áreas da esfera pública. No Judiciário, por exemplo, a participação feminina no total de magistrados é de 37,5%. Nos tribunais estaduais de segunda instância, porém, essa proporção cai para 20%.

Na política, a distância se torna ainda maior. Embora constituam mais da metade da população brasileira, as mulheres representam apenas 18% dos membros do Congresso. No Executivo, elas ocupam tão somente 2 dos 22 cargos de primeiro escalão.

Não bastasse tamanha desigualdade, as mulheres sofrem ainda com a crescente ameaça a suas vidas. No ano passado, ocorreram 1.310 assassinatos decorrentes de violência doméstica ou motivados pela condição de gênero, típicos do feminicídio — uma alta de 7,2% ante 2018, que contrasta com o recuo geral da criminalidade no país.

Mais sutil e disseminado é o machismo renitente, que atravessa toda a sociedade e encontra, no próprio presidente da República, um triste e indecoroso estímulo.

Se há o que comemorar no dia de hoje, quando se compara a condição feminina com a de um século atrás, o ritmo do progresso permanece lento em demasia diante de discrepâncias e injustiças que estão aos olhos de todos.

FOLHA DE S. PAULO

PATRICIA CAMPOS MELLO

08 MAR 2020

# No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo de ataques

Tem gente que vê graça em linchamento misógeno; o que achariam se a 'piada' fosse com a filha deles?

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Como diz o clichê, uma imagem vale mais do que mil palavras.

Quanto valerá uma foto em que uma mulher aparece pelada, de pernas abertas, em cima de uma pilha de notas de dólares, chamada de piranha? E uma em que o rosto dessa mesma mulher aparece com a legenda: "Folha da Puta — tudo por um furo, você quer o meu? Patrícia, Prostituta da Folha de S. Paulo — troco sexo por informações sobre Bolsonaro"? E outra em que essa mulher — sempre a mesma — aparece com a frase: "Ofereço o cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo"?

Peço desculpas pelas palavras grosseiras, mas estou apenas descrevendo alguns dos incontáveis memes que eu recebo todos os dias, que são compartilhados por milhares de pessoas pelo WhatsApp, Facebook, Twitter e Instagram. É o meu rosto e o meu nome que estão nesses memes.

Tem gente que acha isso engraçado. Como disse um blogueiro governista, isso não é um ataque a jornalistas, é apenas uma maneira de tirar sarro, "que falta de senso de humor". Um humorista que imita o presidente Jair Bolsonaro também se matou de rir e ainda debochou das reações, imitando choradeira.

Será que esse pessoal acharia graça se essa "piada" fosse com a irmã, a mulher ou a filha deles?

Este linchamento virtual começou depois que Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário da agência de marketing Yacows, fez um depoimento à CPMI das Fake News.

Hans foi entrevistado para a reportagem "Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição", publicada pela Folha em 2 de dezembro de 2018 e escrita pelo repórter Artur Rodrigues e por mim. A reportagem, baseada em documentos públicos da Justiça do Trabalho, fotos, planilha e em relatos de Hans mostrou que uma rede de empresas, entre elas a Yacows, recorreu ao uso fraudulento de nome e CPFs de idosos para registrar chips de celular e garantir o disparo de lotes de mensagens em benefício de políticos.

Em seu depoimento à CPMI, Hans contou diversas mentiras, entre elas a de que eu teria tentado obter informação "a troco de sexo".

Algumas horas após o depoimento, publicamos reportagem que, com provas concretas, desmentiu Hans de forma cabal. As entrevistas com ele haviam sido gravadas, com a sua permissão; as fotos e a planilha que ele mandou tinham sido salvas, assim como todas as trocas de mensagem.

Essas provas revelavam que o depoente havia mentido à CPMI em diversos pontos. Tudo isso foi anexado ao processo que estou movendo contra ele.

Nada disso importou. O deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, tratou de espalhar as calúnias rapidamente.

Fez vídeo ecoando a mentira e distribuiu em suas redes sociais. Reproduziu as ofensas de Hans em diversos comentários em sua conta do Twitter, que tem 1,8 milhão de seguidores. Fez questão de subir na tribuna da Câmara dos Deputados e dizer, enquanto era filmado: "Eu não duvido que a senhora Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o senhor Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro".

Sete dias depois, quando ainda mais provas haviam sido publicadas, demonstrando as mentiras da testemunha, o presidente Bolsonaro levantou o assunto, sem nem sequer ser indagado, em uma das coletivas improvisadas que dá na frente do Palácio da Alvorada.

**CONTINUA**

“Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo [risos dele e de apoiadores]”, afirmou, diante de um grupo de simpatizantes. Após uma pausa durante os risos, Bolsonaro concluiu a frase: “A qualquer preço contra mim”.

Além dos inúmeros memes de cunho pornográfico, recebi mensagens agressivas.

“Você tava querendo dar a buceta para ver o notebook do cara kkkkkkkk então você chupa piroca por fontes?”, dizia um usuário do Facebook chamado Bruno Pires, que, segundo sua conta na rede social, estudou direito na Universidade de Rio Verde.

“Putá do caralho, por que você não libera seus comentários? Quem tem cu, tem medo”, disse um Luciano Martins, de Santo André, em mensagem enviada por Facebook.

Até um legislador, eleito pelo povo brasileiro, sentiu-se autorizado para ofender. “Se você acha que está na pior, lembre-se da jornalista da Folha de SP que oferece SEXO em troca de alguma matéria para prejudicar Jair Bolsonaro. Depois de hoje, vai (sic) chover falsos informantes para cima desta senhora. Força, coragem e dedicação Patrícia. Você vai precisar”, disse em sua conta oficial do Twitter o deputado André Fernandes, do PSL do Ceará. O tuíte está lá até hoje, na conta do deputado.

O deputado foi recebido em um almoço com o presidente Bolsonaro uma semana depois e publicou na rede social uma foto ao lado do mandatário, os dois sorridentes.

Com a declaração do presidente, os ataques pioraram. “E aí, putinha da Folha, kkkkkk, cuidado ao oferecer o furico”, disse o usuário matheus.schuler, no Instagram. Em palestras e aulas, muitas pessoas me perguntam quais as dificuldades que uma mulher jornalista enfrenta para cobrir conflitos ou guerras ao redor do mundo.

Eu costumava responder que, na nossa profissão, ser mulher mais ajuda do que atrapalha. Nós temos o privilégio de poder conversar livremente com outras mulheres, entrar em suas casas, ter um pouco mais de contato com o dia a dia delas, mesmo em países mais conservadores —ao contrário de jornalistas homens.

Acredito que, em muitas das reportagens que tive a oportunidade de fazer —desde a cobertura de conflitos na Síria, Líbia, Iraque e Afeganistão até a epidemia de ebola em Serra Leoa, com temas difíceis como estupro e agressões contra refugiados—, o fato de ser mulher foi uma vantagem. Acho que me ajudou a pelo menos tentar ter mais empatia e me colocar no lugar de todas essas pessoas que tentam sobreviver em circunstâncias muito difíceis.

No Brasil, longe desses conflitos, estamos descobrindo que ser mulher nos transforma em alvos. As agressões que sofremos têm sempre uma conotação preconceituosa: dizem que as jornalistas são feias, gordas, velhas ou prostitutas; expõem seus filhos, maridos ou pais.

Eu não fui a primeira e não serei a última mulher a sofrer ataques misóginos simplesmente por fazer jornalismo no Brasil.

A repórter Talita Fernandes, da **Folha**, já teve que ouvir o atual presidente dizer a ela “cala a boca” durante uma entrevista coletiva. Ele também perguntou a Talita se ela era casada e já disse que ela fazia perguntas idiotas. Ele frequentemente manda repórteres —nesse caso homens e mulheres— tomarem vergonha na cara.

Mais recentemente, a jornalista Vera Magalhães, que já sofria ataques misóginos por seu trabalho, recebeu inúmeras agressões verbais de apoiadores e aliados de Bolsonaro após publicar uma repor-

tagem sobre o protesto marcado para 15 de março. Além disso, Vera, do jornal O Estado de S. Paulo e da TV Cultura, teve sua família exposta.

A repórter Marina Dias, também da Folha, foi alvo de declarações agressivas e pejorativas nas redes sociais e se viu obrigada a fechar temporariamente sua conta no Twitter. Marina escreveu, em parceria com Rubens Valente, reportagem durante a campanha de 2018, mas só ela foi atacada. A mesma Marina ouviu do presidente Bolsonaro, em uma coletiva em Dallas, que deveria entrar de novo “em uma faculdade que presta e fazer bom jornalismo”.

Em março de 2019, a jornalista Constança Rezende, atualmente colunista do UOL, foi alvo de uma pegadinha, seguida de uma notícia falsa disseminada pelo próprio presidente no Twitter. Na rede social, Bolsonaro divulgou uma informação falsa do blog Terça Livre.

O texto apócrifo dizia falsamente que Constança, na época repórter do jornal O Estado de S. Paulo, queria arruinar Flávio Bolsonaro e buscava o impeachment do presidente. Bolsonaro também expôs a vida pessoal, marcando seu pai na publicação, o também jornalista Chico Otávio, do jornal O Globo.

A jornalista Míriam Leitão é alvo constante do presidente e seus apoiadores. Bolsonaro já disse que Míriam mentiu sobre ter sido torturada e zombou sobre os métodos de tortura: “coitada da cobra”. A jornalista foi presa e torturada, grávida, aos 19 anos, quando estava detida no 38º Batalhão de Infantaria em Vitória. Ela também sofre frequentemente ataques misóginos nas redes.

**CONTINUA**

As agressões não se restringem à grande mídia, nem às capitais. Quando um ataque vem do topo da hierarquia, ele funciona como um sinal verde. Há casos de misoginia em Câmaras de Vereadores em cidades pequenas e com jornalistas de veículos independentes.

Mas também há forte reação da sociedade. Pessoas de todos os cantos do espectro ideológico, da direita à esquerda, associações cristãs, judaicas, de advogados, de mulheres empresárias, atrizes e artistas, estudantes, gente da periferia e dos bairros ricos — muitos se juntaram para repudiar o desrespeito às mulheres.

Lembro-me especialmente da mensagem que a Maria Lucimar me mandou pelo Facebook, no dia 25 de fevereiro.

“Patrícia, sou uma empregada doméstica, que formou um filho na universidade com muito sacrifício, por isso não fiz uma universidade. Mas sou muito bem informada e me indignei com as ofensas contra você. Falei pro meu filho: gostaria de colocar ela no colo. Queria ser sua amiga virtual, você me representa, seu trabalho é maravilhoso.” Obrigada, Lucimar, uma honra ser sua amiga.

Jornalista não é notícia. Queremos nos ater ao que é importante: apurar reportagens, investigar, fazer jornalismo. As críticas são sempre bem-vindas. Mas que sejam críticas ao nosso trabalho, e não ataques ou deboche sobre nossa aparência, nossas famílias, nem tentativas de nos expor ao escárnio nas redes sociais.

E tenho um recado para o usuário Marcelo.zarife, que me mandou a seguinte mensagem no Instagram: “Trocando a piriquita por informações falsas! Todo o castigo para você é pouco!!! Uma pena que seus filhos pagarão pelos seus erros, pois serão lembrados diariamente que a mamãezinha deles não passa de uma prostituta da baixo calão”.

Marcelo, com todo respeito que você não teve por mim, vou discordar. Ao contrário de você, torço muito para que nem eu nem nenhuma outra mãe seja alvo desse tipo de campanha difamatória.

[--]

No Brasil, longe desses conflitos, estamos descobrindo que ser mulher nos transforma em alvos. As agressões que sofremos têm sempre uma conotação preconceituosa: dizem que as jornalistas são feias, gordas, velhas ou prostitutas; expõem seus filhos, maridos ou pais

## Quem tem apreço pela democracia precisa defender as vozes das jornalistas

### OPINIÃO

No rol de estratégias utilizadas para minar instituições democráticas, atacar a imprensa livre é uma velha conhecida. Uma face perversa dessa prática vem se manifestando de forma mais recorrente no Brasil, com apoio e participação direta do presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos: ofensas de cunho machista e misógino, com o claro intuito de ferir a credibilidade e intimidar jornalistas mulheres.

Os alvos prioritários são profissionais que se destacaram por investigar e revelar aspectos nebulosos sobre a vida política da família Bolsonaro.

É o caso de Constança Rezende, Míriam Leitão, Juliana Dal Piva, Marina Dias, Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães. São comuns xingamentos de “vadia”, “prostituta” e insinuações de que mulheres jornalistas venderiam seu corpo por notícia.

Os ataques mais abjetos foram dirigidos contra Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, em fevereiro. Uma enxurrada de imagens e termos de baixo calão se espalhou pelas redes sociais depois que o deputado federal Eduardo Bolsonaro propagou a versão de uma testemunha da CPMI das Fake News, de que a jornalista teria oferecido sexo em troca de informações.

As grosserias foram repetidas pelo presidente, mesmo depois de a jornalista apresentar provas de que a testemunha mentira. Na verdade, as mensagens trocadas com a fonte revelam o contrário: a repórter é quem foi assediada.

Análise das postagens no Twitter durante esse episódio evidencia o foco dos ataques em jornalistas mulheres: os perfis que mais receberam respostas foram os de Patrícia Campos Mello, Vera Magalhães, Míriam Leitão, Andréia Sadi e Mônica Waldvogel.

Casos assim se acumulam desde o início do governo Bolsonaro. Em março de 2019, o presidente e seus apoiadores difundiram nas redes sociais declarações distorcidas da repórter Constança Rezende, então no Estado de S. Paulo. Informações falsas também foram utilizadas para desabonar Míriam Leitão. Jair Bolsonaro mentiu ao afirmar que a jornalista e colunista de O Globo integrara a luta armada contra a ditadura militar e que nunca havia sofrido tortura.

**CONTINUA**

08 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Pesquisa lançada em 2018 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com a Gênero e Número, revelou que 84% das jornalistas já sofreram alguma situação de violência psicológica no trabalho, incluindo insultos presenciais ou pela internet, humilhação em público, abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e ameaças pela internet. Além disso, 70% delas já se sentiram desconfortáveis após abordagens de homens no trabalho.

Esse ambiente hostil se exacerba quando o ocupante da Presidência da República se soma aos que atacam as jornalistas. Não são apenas elas que perdem. Ecoar o machismo e a misoginia aumenta o risco para todas as mulheres brasileiras. Desgastar a liberdade de imprensa desfia o nosso já puído tecido democrático.

Aqueles que têm apreço pela democracia precisam defender as vozes das mulheres jornalistas e se opor às tentativas de intimidá-las. Caladas, jamais serão.

Amanda Rossi, Cristina Zahar, Katia Brembatti, Maiá Menezes, Natalia Mazzote, Thays Lavor

As autoras são diretoras da Abraji

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Marcelo Cipis

## Mulher, como inúmeras brasileiras

### Marielles sobrevivem, apesar de violências e assédios

**Anielle Franco e Jurema Werneck**

irmã de Marielle Franco e diretora do instituto que leva o nome da vereadora, assassinada em 2018  
Diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil

Quando repetimos que Marielle Franco é gigante, não é só pela mobilização social, física e digital que seu assassinato causou. Dona de um carisma único, a filha, irmã, mãe, ativista e vereadora viveu sua vida pública com a mesma coerência da cidadã, moradora e cria do complexo de favelas da Maré.

Neste domingo (8), Dia Internacional da Mulher, marcado pela luta das mulheres do mundo todo, fazemos memória e exigimos respeito à sua história. Mulher, sobrevivente, resistente, honesta, corajosa, batalhadora e sonhadora. Marielle é como muitas brasileiras que talvez nem tenham acesso a este artigo. Mulheres que sobrevivem, apesar dos espaços que a elas são negados, das violências e dos assédios.

Como irmã mais velha, desde muito nova segurava as pontas em casa e ia para as ruas vender sapatos e sacolé com a mãe, dona Marinete. E, com muito esforço, ela ingressou numa universidade particular com bolsa integral.

Marielle sabia que a oportunidade de estudar era uma exceção às regras que as desigualdades social e racial impõem aos moradores das favelas do Brasil. Por isso, sua atuação como ativista foi marcada pela inclusão. Ela não baixou a cabeça para o sistema

injusto que insiste em deixar à margem principalmente jovens negros e favelados. Um dia antes de ser silenciada, Marielle bradou, via redes sociais: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, em referência às políticas de insegurança pública que fazem parte do dia a dia das favelas do Rio de Janeiro.

Ela também era mulher de paz. Agregadora, Marielle entendia a dor da ausência de alguém querido. Seu ativismo em defesa dos direitos humanos começou aos 15 anos, logo após perder uma amiga em um tiroteio, vítima de mais uma bala que encontrou um corpo inocente. E, por dez anos, atuou e posteriormente coordenou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Le-



Às vésperas de completar dois anos da morte de Marielle e Anderson, exigimos respostas às perguntas: Quem mandou matar Marielle, e por quê?

gislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Recebia inúmeros casos de violações de direitos humanos contra civis, contra policiais militares e também suas famílias.

Sonhamos com o dia em que sua história e sua incansável dedicação às causas sociais sejam reconhecidas e celebradas sem o viés político-partidário. Marielle não fazia distinção de pessoas por ideologia — e muito menos por sua história de vida. Com certeza, esse olhar humano e amplo é fruto de um berço de amor, da família que ela tanto valorizava. A sua e as chamadas invisíveis pelo poder público.

Às vésperas de completar dois anos da morte de Marielle e Anderson, exigimos respostas às perguntas: Quem mandou matar Marielle, e por quê?

Em busca disso, a Anistia Internacional enviou dois ofícios pedindo audiências para o dia 13 de março com o governador do estado, Wilson Witzel, e com o Ministério Público do Rio de Janeiro para que eles deem explicações sobre o caso.

Um ano após os supostos assassinatos terem sido presos, não identificamos avanços concretos nas investigações. Pelo contrário: este período foi marcado por vazamentos, desentendimento de informações e aparente uso político do caso.

É importante que haja essa transparência, não só para as famílias de Marielle e Anderson, como para toda a sociedade brasileira que deseja que esse crime não caia no esquecimento. Cada dia que passa sem que as autoridades apresentem respostas concretas revela que os defensores de direitos humanos não estão seguros para atuar no Brasil.

Marielle não era melhor do que ninguém, e nem gostaria que assim fosse tratada. Continuamos a falar de Marielle, pois ela sabia que representava a voz de inúmeros excluídos: mulheres, negros, favelados e LGBTQIs, cujas demandas seguem sendo ignoradas pelas autoridades públicas. Ela nunca foi, e sua atuação continuará não sendo interrompida.

Além de gigante, Marielle é semente. Sua história inspira e ainda vai ser luz, como ela foi em vida, para que nasçam muitas outras Marielles, Brasil e mundo afora.

O Instituto Marielle Franco, criado recentemente, tem como pilares lutar por justiça, defender sua memória, multiplicar seu legado e regar essas sementes que ainda vão florescer para que Marielle esteja presente, hoje e sempre.

08 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

# Bolsonaro é inimigo das mulheres

Somos uma barreira contra a sua sanha destrutiva

**Eleonora de Lucena**

Jornalista, ex-editora-executiva da Folha (2000-2010) e criadora do serviço jornalístico TUTAMÉIA

O Brasil nunca teve um governo tão destrutivo. Agindo cotidianamente contra os interesses da nação, Jair Bolsonaro ataca as instituições, os direitos conquistados, a soberania, a democracia, o povo. Seus objetivos são três: implantar um regime autoritário, aniquilar o Estado e transformar o país em vassalo dos EUA. Para isso, arrocha os mais pobres, demole os sistemas de saúde, educação e Previdência, precariza o emprego e encurrala as empresas. Engatando uma marcha a ré histórica, desidrata a ciência, desmancha a cultura, destrói o ambiente, golpeia os povos indígenas, prega o ódio e o obscurantismo.

O Brasil nunca teve um governo tão inimigo das mulheres. Bolsonaro ofende, humilha, desrespeita. Em aparições repugnantes, abre um esgoto verborrágico antipopular, machista, homofóbico, misógino, das cavernas. O ataque a Patrícia Campos Mello é contra todas nós.

Bolsonaro finge toscamente que é só o tio do pavê, mas, de fato, suas ações esmagam e esfolam. Principalmente, ao afagar os opressores, ele dá exemplo e estimula a violência. Não por acaso, cresce o femini-

cídio no país. Seu projeto de regressão civilizatória atinge em cheio as mulheres. São elas que mais estão perdendo empregos, salários. São elas que mais sentem o desmonte do SUS, o esfacelamento das escolas, a fila do INSS, o fim dos projetos de habitação popular.

São elas que se angustiam com a violência desenfreada de hordas milicianas. O assassinato de Marielle Franco vai completar dois anos. Quem mandou matar Marielle? O crime escancarou o avanço da bandidagem miliciana que acabou chegando aos píncaros. O que Bolsonaro quer é calar e paralisar as mulheres. Ele sabe que somos uma barreira contra sua sanha destrutiva. Daí sua estratégia de ataque incessante. Nisso, ele não é original.

“No projeto da direita, que junta Bolsonaro com Orban, a mudança da condição da mulher é um dos objetivos fundamentais”, diz a italiana Susanna Camusso em entrevista ao TUTAMÉIA. Líder sindical e feminista histórica, ela afirma que, para a direita, mandar as mulheres de volta para casa é condição para sua vitória. Não por acaso, se multipli-

cam ações financiadas por magnatas do atraso contra leis que garantem o direito ao aborto.

(Aqui, a legislação sobre a questão, ignorando a saúde pública, é cruel, medieval. Especialmente para as mais pobres, significa terror e morte, como aponta a valente antropóloga Debora Diniz.)

Para Camusso, o movimento feminino já entendeu o plano ultraconservador e assume papel mais relevante nas lutas sociais. Por isso, a extrema direita agora quer domesticar as mulheres. Não é coincidência a louvação cafajuste à mulher “bela, recatada e do lar”. É política. A mulher que luta precisa ser demonizada e freada.

Essa retórica é cuspidada nas redes num momento em que a resistência ao neofascismo instalado no Planalto ainda é frágil. A necessária frente política não decola, e boa parte da elite, engabelada pelas promessas bisonhas de Paulo Guedes, faz de conta que Bolsonaro é manejável e que as coisas vão melhorar.

Não é verdade. Está aí o resultado do PIB: fracasso produzido pelos arautos do financismo. Está aí a ameaça explícita de fechamento, com o ato contra o Legislativo e o Judiciário. Bolsonaro não esconde seu desejo de trucidar o Estado de Direito, eliminar adversários e emparedar as liberdades.

Terá que enfrentar as mulheres. No passado, o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento contra a Carestia mostraram o papel decisivo das mulheres na luta contra a opressão. Hoje, nas ruas, temos um novo capítulo.

08 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Marcha do Dia Internacional da Mulher incorpora tom de resposta a Bolsonaro

### Atos ganham bandeiras que contrapõem reivindicações autoritárias de protesto marcado para dia 15

**Joelmir Tavares**

SÃO PAULO O tom político das marchas do Dia Internacional da Mulher ganhou uma dimensão inédita neste ano, com o presidente Jair Bolsonaro no alvo de manifestantes que irão às ruas de todos os estados neste domingo (8).

Além de questões diretamente ligadas à causa da mulher, as convocações para os protestos incorporaram nos últimos dias a bandeira do respeito à democracia e à Constituição, em contraponto a reivindicações de viés autoritário esperadas para o ato pró-governo do dia 15.

Temas como fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal e pedido de intervenção militar são previstos para o ato bolsonarista.

Os grupos por trás da convocação negam estimular essas pautas, mas dizem não ter como controlar os participantes.

Na capital paulista, onde o protesto das mulheres envolve mais de 80 entidades (entre coletivos feministas, movimentos sociais e siglas de esquerda), as organizadoras pretendem atrair 60 mil pessoas, mesmo tamanho do público estimado no ano passado. A concentração será às 14h, na avenida Paulista.

O ato começou a ser preparado em janeiro, já com o tema "Mulheres contra Bolsonaro". Segundo líderes, a ênfase

no nome do presidente se impôs por causa das ações contrárias a demandas históricas do movimento, como igualdade de gênero, combate à violência doméstica e descriminalização do aborto.

O protesto se soma a outros dois de oposição ao governo marcados para este mês: o do dia 14, que pedirá esclarecimentos sobre a morte de Marielle Franco na data em que o assassinato faz dois anos, e o do dia 18, organizado inicialmente por melhorias na educação e nos serviços públicos.

A terceira mobilização, programada para ser o ápice da onda de levantes, acabou sendo "turbinada". Haverá gritos pelo impeachment de Bolsonaro e paralisações de servidores contra a reforma administrativa. O mote da ocasião, "ditadura nunca mais", quer ressaltar a defesa de pilares democráticos.

O período está sendo chamado de "março de luta" por siglas de esquerda e frentes críticas ao governo federal. E a abertura será com o #8M, forma como o ato das mulheres é divulgado nas redes sociais.

Na sexta-feira (6), entidades divulgaram um manifesto que acentuou o tom de oposição do #8M. A carta propõe união "contra o governo Bolsonaro e pela vida das mulheres", em uma espécie de reedição dos atos Ele Não — que

na eleição de 2018 reuniram milhares de pessoas no Brasil e no exterior.

"O movimento de mulheres vai às ruas pedir o fim desse governo e lutar contra os desmandos e desmontes praticados por Bolsonaro. Não admitimos as tentativas autoritárias do presidente e seus apoiadores de acabar com as condições democráticas no nosso país", afirma o documento.

O texto descreve o governo como "conservador, reacionário, racista, machista, xenófobo e LGBTfóbico". E o relaciona a cortes em programas sociais e a medidas econômicas que afetam a população feminina. As reformas da Previdência e trabalhista são mencionadas como ameaça a direitos. Ainda no comunicado, violência e machismo aparecem como problemas urgentes a serem enfrentados.

O manifesto é assinado pela Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Mulheres em Luta, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Central Sindical e Popular Conlutas e MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), entre outros grupos, além de legendas como PSOL, PT, PDT e PSTU.

**CONTINUA**



# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 MAR 2020

Para a organização, uma escalada de medidas antidemocráticas de Bolsonaro nas últimas semanas impulsionou a reação. Entre os motivos estão o insulto de cunho sexual à jornalista da Folha Patrícia Campos Mello e o endosso do presidente, por meio do WhatsApp, ao ato de seus apoiadores. “O #8M será também uma alavanca para o 18 de março”, diz Erika Andreaszsy, enfermeira que faz parte do Movimento Mulheres em Luta e é uma das articuladoras do protesto em São Paulo.

Segundo ela, o ato deste domingo faz “parte do calendário de luta da classe trabalhadora contra a ofensiva de Bolsonaro, reafirmando a defesa das liberdades democráticas como um dos temas centrais e a necessidade de seguir em unidade para derrotar o governo e seus ataques”.

A descrição no Facebook do evento de São Paulo destaca o lema: “Por nossas vidas, democracia e direitos! Justiça para Marielle, Claudias e Dandaras!”, em referência a mulheres que protagonizaram casos emblemáticos de violência. Até sexta-feira (6), a página exibia mais de 4.500 presenças confirmadas.

“Tudo o que a gente discutiu no [ato] Ele Não se manteve ou até piorou com a eleição do Bolsonaro. Por isso queremos o fim desse governo”, afirma a assistente social Sônia Coelho, que é coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres e está engajada na mobilização. Na visão dela, o foco no presidente não ofusca as reivindicações originais do 8 de março. “A gente relaciona os retrocessos do atual governo diretamente à situação perversa enfrentada pelas mulheres. O Bolsonaro esfaca a democracia e busca no autoritarismo respostas para os problemas.”

As convocações em outros estados também fazem alusão, já no título, ao conteúdo antigoverno. Na terça-feira (3), em nota conjunta na qual se definem como os partidos de oposição ao governo, PSB, PT, PDT, PSOL, PC do B, Rede, PV e UP se comprometeram a incentivar as manifestações de março e participar delas.

## Protestos em março

### Dia 8 (domingo)

Mulheres irão às ruas em atos pelo Dia Internacional da Mulher, com ênfase nas críticas a Bolsonaro, associado pelos movimentos a retrocessos nas questões femininas

### Dia 14 (sábado)

Manifestações pedirão esclarecimentos sobre o assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, que completará dois anos na data

### Dia 15 (domingo)

Simpatizantes do governo Bolsonaro farão atos em apoio ao presidente, mas também são esperados ataques ao Congresso e ao Supremo, com pedidos de fechamento de ambos

### Dia 18 (quarta-feira)

Ato convocado inicialmente em defesa da educação pública ganhou o reforço de centrais sindicais e envolverá paralisações de servidores e pressão por impeachment de Bolsonaro

08 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### No mundo e no Brasil, 90% têm preconceitos sexistas, diz ONU

NOVA YORK | AFP Em torno de 90% da população mundial, sem importar o sexo, tem preconceito contra as mulheres, revela um estudo da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgado na quinta-feira (5).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) analisou 75 países, que representam 80% da população global, e concluiu que nove a cada dez pessoas, inclusive mulheres, têm preconceito de gênero.

Esses preconceitos incluem que os homens são melhores políticos e líderes de negócios; que ir à universidade é mais importante para os homens; ou que deveriam ter um tratamento preferencial em mercados de trabalho competitivos.

Os países no topo da lista são Paquistão, onde 99,81% têm ao menos um preconceito em relação às mulheres, Qatar e Nigéria, ambos com 99,73%. Os países com população menos sexista são Andorra, com, 27,01%, Suécia (30,01%) e Holanda (39,75%).

Em França, Reino Unido e Estados Unidos, os índi-

ces de quem tem ao menos um preconceito sexista são de 56%, 54,6% e 57,31%, respectivamente. Na Espanha, o percentual é de 50,50%.

Na América Latina, a pior situação ocorre no Equador (93,34%), seguido por Colômbia (91,40%), Brasil (89,50%), Peru (87,96%) e México (87,70%).

Argentina, Chile e Uruguai se situam entre 75,4% e 74,6%.

Os números revelam “novas pistas sobre as barreiras invisíveis que as mulheres enfrentam para obter a igualdade”, apesar de “décadas de progresso”, destaca o relatório.

“O trabalho tem sido eficaz para garantir o fim das brechas na saúde ou na educação, mas agora deve evoluir para abordar algo muito mais desafiante: um viés profundamente arraigado, tanto em homens como em mulheres, contra a igualdade genuína”, disse o administrador do Pnud, Achim Steiner.

A agência pede aos governos e instituições que trabalhem para mudar esses preconceitos e práticas discriminatórias através da educação.

# A mulher que decretou a Independência do Brasil

**[RESUMO]** Presidente do STF relembra, no bojo das celebrações do Dia da Mulher, a trajetória de Maria Leopoldina, que decretou formalmente a emancipação do Brasil e, como primeira imperatriz do país, atuou para a consolidação da monarquia

No Brasil, a política foi historicamente dominada por homens. No entanto, nossa história é feita de mulheres que influenciaram de forma determinante nos rumos do país. O Brasil, em larga medida, deve a uma mulher sua origem como nação independente de Portugal.

Nascida em uma das mais antigas dinastias da velha Europa, a austríaca, Maria Leopoldina viu-se transplantada para o Brasil, que, a seus olhos encantados, parecia um paraíso tropical, exótico e envolvente.

Foi paixão à primeira vista. Adaptou-se perfeitamente ao ambiente, às pessoas e à realidade brasileira. A bem dizer, abraçou-se.

No casamento com o príncipe dom Pedro 1º, ninguém saberá verdadeiramente dizer se foi ou não feliz. A história qualificou-a como ingênua e traída.

No entanto, seus biógrafos mostram que ela foi, além de esposa, mãe, princesa e imperatriz, uma mente com grande influência sobre as decisões de dom Pedro 1º e sobre os rumos do Brasil pré e pós-independência.

Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda Beatriz de Habsburgo-Lorena, arquiduquesa da Áustria, dominava muitos idiomas (alemão, francês, italiano, latim, português e inglês). Tocava piano com perfeição e era pintora. Em sua comitiva ao desembarcar no Brasil, havia médicos, botânicos, pintores e músicos. Após partos sucessivos, deu à luz dom Pedro 2º.

A educação recebida na corte austríaca e o atavismo de muitas gerações de arquiduquesas educadas para o sacrifício de paixões pessoais no altar dos interesses de sua dinastia a prepararam para o grande papel que desempenhou. Mas não quero me ater neste texto a sua vida privada e aos dissabores que sofreu no casamento.

Sobre isso muito se tem escrito (nem sempre com objetividade his-

tórica) e muito se tem apresentado em produções cinematográficas.

Também não vou tratar de outro aspecto muito explorado pelos analistas de sua personalidade e de sua trajetória existencial: o choque cultural sofrido por uma princesa que, educada no Palácio Imperial de Hofburg, se viu subitamente residindo no Rio de Janeiro de seu tempo.

Quero comentar sobre a dimensão política e diplomática de Leopoldina e sobre o muito que o Brasil lhe deve. Para isso, há de se compreender sua época.

Ela viveu em uma era de transição entre o Antigo Regime, que a Revolução Francesa abalara profundamente, e os tempos novos das monarquias constitucionais. Os períodos de transição parecem muito claros para quem nasce muito tempo depois deles. Para seus contemporâneos, afiguravam-se nebulosos e cheios de incerteza.

São como o cinza, que, ao lado do negro, parece branco, e, ao lado do branco, parece negro. A história humana, como se sabe, é um tecido com continuidades e rupturas.

Nos momentos de transição se manifestam os grandes talentos políticos e as personalidades com visão de futuro e coragem para tomar atitudes insólitas, muitas vezes incompreensíveis para seus contemporâneos.

D. Leopoldina representava a mais tradicional dinastia europeia. Era filha de Francisco 1º da Áustria, um dos instituidores da Santa Aliança, que tinha por objetivo combater a influência de Napoleão Bonaparte e do ideário da Revolução Francesa na Europa, reforçando os princípios da velha ordem absolutista.

Leopoldina compreendia, entretanto, que os tempos eram outros e que não seria simples debelar o tufão que, por quase 30 anos, varrera a Europa.

Depois do retorno de dom João 6º a Portugal, em 1821, o Brasil se encontrava em situação muito delicada. As cortes de Lisboa, que se haviam assenhoreado da pessoa do rei, impunham a recolonização do Brasil, o que não podia ser aceito. Uma ruptura era inevitável, sem dúvida, mas poderia também ser fatal.

Isso porque, não fosse muito bem conduzida, o Brasil poderia ter o mesmo destino da América espanhola, esfacelando-se ao sabor de interesses caudilhescos de oligarquias provincianas.

Naquelas circunstâncias, pensar em República, como já aventavam alguns, seria arriscado demais. Era a divisão. Basta lembrar que o Brasil sozinho —então parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves— era, na época, territorialmente três vezes maior que os Estados Unidos da América.

Para ir do Rio a Cuiabá, só descendo o Rio da Prata. Após o Dia do Fico (9 de janeiro de 1822), no qual o príncipe dom Pedro se recusa a cumprir as ordens de Lisboa para retornar a Portugal, o Brasil passa a fervilhar.

Em agosto de 1822, já estava claro que o Brasil poderia ser rebaixado de Reino Unido a colônia, ou, então, ser dividido, em razão dos movimentos das elites locais. Surge em São Paulo uma guerra civil separatista.

Em 13 de agosto, dom Pedro passa a Leopoldina o poder, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e princesa regente interina do Brasil. Ele vai à província de São Paulo evitar a insurreição.

Chegam notícias de que 7.200 homens do Exército português seriam enviados ao Brasil para forçar o retorno imediato do príncipe regente e da princesa Leopoldina a Portugal.

**CONTINUA**

A princesa não titubeia. Como chefe interina do governo, convoca, na manhã de 2 de setembro, o Conselho de Estado e assina decreto declarando o Brasil separado de Portugal.

D. Leopoldina fez valer a sua imensa influência política sobre o marido. Colocou-se corajosamente à frente do movimento independentista. Sem dúvidas, uma ruptura; mas uma ruptura com nota de continuidade.

Assegurou a unidade do Brasil e a conservação do regime monárquico, mantendo a linha da sucessão dinástica. Na ocasião, a princesa vienense aliou-se politicamente a José Bonifácio, que vivera em Paris durante o período do terror revolucionário e sabia muito bem os prejuízos que podiam decorrer de uma revolução sangrenta.

No mesmo dia 2 de setembro, o mensageiro Paulo Bregaro, portando as cartas de D. Leopoldina e de José Bonifácio, foi às pressas ter com dom Pedro às margens plácidas do Ipiranga. Da leitura dessas cartas, seguiu-se o brado retumbante que nosso hino celebra.

Ato meramente declaratório. O decreto, ato formal, foi de Leopoldina, cinco dias antes. O curioso é que a Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de 5 de outubro de 1822, nasceu anacrônica. Nela figurava o Brasil, cuja independência fora declarada cerca de trinta dias antes.

Na organização do novo Império, também foi eminente o papel de Leopoldina. Nossa primeira bandeira foi desenhada por ela. Misturou o verde da família Bragança com o amarelo-ouro Habsburgo.

Atuou diplomaticamente em prol do reconhecimento da Independência do Brasil, mobilizando seus contatos e suas relações familiares na Europa. Foi uma grande incentivadora do trabalho livre em nosso país. Por seus atos políticos, obteve prestígio entre as mulheres brasileiras de seu tempo.

Em 13 de outubro de 1822, cinquenta e cinco mulheres paulistas assinaram uma carta em que manifestavam respeito, amor e gratidão à imperatriz.

D. Leopoldina afirmou a Pedro 1º, em comunicação acerca dessas manifestações, que elas eram “prova de que mulheres têm mais ânimo e são mais aderentes à boa causa”, como registra o historiador Paulo Rezzutti.

Com essas palavras, Leopoldina expôs sua visão avançada acerca do papel da mulher na política. Em 6 de abril de 1823, escreveu uma carta a seu pai em que esclarecia as razões que levaram ao rompimento do Brasil com Portugal. Pedia ao pai, se não o apoio, ao menos sua neutralidade. Também declarava lealdade ao povo brasileiro.

Esse gesto representou uma contundente defesa do projeto de Estado monárquico-constitucional então em curso no país. A Constituição imperial, de 25 de março de 1824, manteve-se na linha da ruptura com continuidade. Inovou, acrescentando um quarto Poder, o Moderador, à tríplice repartição de Montesquieu.

Sou propenso a acreditar que esse quarto Poder, que assegurou um longo período de estabilidade institucional sob dom Pedro 2º, deveu-se à influência da imperatriz, que sabia conciliar modernidade com tradição, ruptura com continuidade.

Era uma mulher à frente de seu tempo. Não por outra razão, José Bonifácio, após ler carta enviada por D. Leopoldina a Pedro 1º depois da assinatura do decreto de independência, impressionou-se com tamanha firmeza e erudição da princesa.

Bonifácio confidenciou a um amigo: “Ela deveria ser Ele...”, como quem diz, “Ela deveria comandar o Brasil”.

A todas as mulheres e à mulher que decretou a Independência do Brasil, minhas sinceras homenagens pelo dia de hoje.

**D. Leopoldina afirmou a Pedro 1º, em comunicação acerca dessas manifestações, que elas eram “prova de que mulheres têm mais ânimo e são mais aderentes à boa causa”, como registra o historiador Paulo Rezzutti. Com essas palavras, Leopoldina expôs sua visão avançada acerca do papel da mulher na política**

08 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Sem licença e com boletos, mães de SP passam a deixar bebês de 1 mês na creche

## Flexibilização trabalhista leva locais a se adaptarem a recém-nascidos apesar de ressalva médica

Artur Rodrigues

SÃO PAULO As cadeirinhas vibratórias para bebês agora são equipamento obrigatório na creche Pequenas Turquesas IV, na Vila Gilda, bairro do extremo sul de São Paulo a mais de 30 km de carro do centro. Ali, elas funcionam como uma espécie de colo eletrônico para uma leva de crianças pequenas, de poucos meses ou mesmo poucos dias de vida, que vêm chegando à rede pública paulistana.

Esses recém-nascidos que chegam ainda não firmaram a cabeça nem conseguem ainda se virar. Tampouco se sentam, nem podem comer fruta ou papinha. Mães e pais poderão não estar presentes quando eles atingirem esses marcos pela primeira vez.

São filhos de cozinheiras, diaristas, copeiras, autônomas e outras profissões que, num ambiente profissional de crescente informalidade, muitas vezes não podem desfrutar total ou mesmo parcialmente do período legal de licença-maternidade no país, de 120 dias, e dos 30 de férias.

Filhos de mulheres sem acesso a seus direitos, acabam ficando longe das mães numa etapa que médicos descrevem como “gestação externa”, um período de transição do útero para o mundo que dura cerca de dois meses.

A chegada dessas crianças à rede pública foi possível devido ao atendimento de uma demanda dos pais e das mães,

o aumento de vagas em creches municipais paulistanas. Como a espera caiu, crianças que antes aguardavam meses na fila agora chegam em poucas semanas às creches (a etapa que vai de zero a três anos).

Ao todo, há 3.156 bebês com menos de quatro meses na rede municipal paulistana. O número flutua diariamente. A mais nova, nesta semana, tinha sido matriculada com 11 dias de vida.

Maria do Socorro Moreira Batista, 41, deixou a filha Cynthia Gabrielly com dois meses na creche da Vila Gilda. Devido à demissão de uma cozinheira no local onde trabalha, ela afirma que teve que voltar mais cedo a dar expediente numa pastelaria em Santo Amaro. Agora, ficará ao menos 12 horas longe da criança todos os dias —para se locomover até o trabalho, leva duas horas para ir e outras duas para voltar.

“Eu estava pensando em pedir as contas se não conseguisse vaga na creche”, diz. Uma cuidadora informal cobraria na faixa de R\$ 400, o que pesaria demais nas contas da família. Então, ficou aliviada.

“No primeiro dia, eu chorei, né? Porque nunca tinha deixado meu bebê tão pequenininho”, diz ela, mãe de mais três.

“Mas sei que aqui ela está segura. Vi que a pessoa que está cuidando dela está grávida também, então sei que ela vai ter o maior cuidado.”

O filho de Pamela dos Santos, 28, entrou ainda mais jovem na creche, com um mês.

“Sou fisioterapeuta autônoma. Não é fácil não, mas como a gente precisa trabalhar... E eles [da creche] me passaram credibilidade.”

Como outras mães, ela afirma que a vaga chegou mais rápido do que esperava.

“Antes as mães faziam inscrição e diziam assim: ‘vou fazer porque sei que só vai chamar daqui um ano’. Agora, elas estão assustando. ‘Nossa, mas já chegou. Eu tenho que deixar na escola?’”, diz Sônia Silva, entidade Associação Educacional Uirapuru, responsável por dez creches conveniadas que vêm ganhando berçários para atender à demanda.

A criação de vagas em creche, sobretudo com a expansão de conveniadas, tem aumentado nas últimas gestões municipais. Bruno Covas (PSDB) encampou a redução da fila como aposta de vitrine eleitoral.

Em dezembro, pela primeira vez a fila ficou abaixo dos cinco dígitos (9.670). Comparando com a mesma época de 2018, quando a demanda era de 19.670 vagas, a redução foi de 51%.

Com a onda de recém-nascidos que vêm chegando, a prefeitura afirma que procura se adaptar a essa realidade, em alguns casos enviando reforços de professores para cuidar de bebês que necessitam de atenção quase exclusiva.

**CONTINUA**

08 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, reconhece que seria melhor para todos, incluindo a criança e as creches, que elas chegassem a partir de quatro meses. No entanto, afirma que é uma questão que deve ser tratada com sensibilidade. “Não vamos tomar uma medida burocrática e deixar mais de 3.000 crianças sem o atendimento de que necessitam”, afirma.

Nas creches, há hoje 1.610 crianças com quatro meses, 1.015 com três; 422 com dois; e 109 com até um mês.

Caetano afirma que a cidade deve se preparar para a ampliação do contingente de crianças nessa faixa etária.

“A reforma trabalhista ampliou as possibilidades de contratação de trabalho autônomo, e a gente pode esperar que nos próximos anos situações como essas sejam cada vez comuns”, diz.

O novo perfil de alunos tem feito as escolas adaptarem instalações e equipamentos, comprando encostos para apoiar bebês que ainda não sentam e cadeiras vibratórias. Também surgiu demanda para serviço de perua só para bebês, com cadeirinhas.

07 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

# Damare não reprova ataque do presidente a jornalistas mulheres

SÃO PAULO A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, disse em entrevista ao SBT que o presidente Bolsonaro estava reagindo a ataques da imprensa quando insultou as jornalistas Patrícia Campos Melo, da Folha, e Vera Magalhães, do jornal O Estado de S. Paulo e da TV Cultura.

Damare disse ao programa "Poder em Foco" que condena agressões a mulheres, mas se recusou a comentar a atitude do presidente nos episódios.

"O meu presidente para toda manhã para conversar com a imprensa, quer trazer o diálogo, quer se aproximar, mas eles não compreendem, fingem que não compreendem, e muitas dessas situações que acontecem com meu presidente é uma reação", afirmou.

A ministra fez a declaração quando o apresentador Fernando Rodrigues perguntou se ela aprova o tratamento dado pelo presidente a mulheres. O trecho foi transcrito pela assessoria de imprensa do SBT e antecipado à Folha. A entrevista completa irá ao ar à oh de segunda-feira (9), fim da noite de domingo (8).

No mês passado, após uma testemunha mentir à CPMI das Fake News que Patrícia queria informações "a troco de sexo", Bolsonaro afirmou: "Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo [risos dele e de apoiadores]".

Dias depois, após Vera revelar que ele compartilhara no WhatsApp vídeo de apoio ao ato anti-Congresso do dia 15, Bolsonaro disse: "Vera Magalhães, eu não sou da tua laia".

Damare afirmou que gostaria que nenhuma mulher no Brasil fosse agredida. "Mas, com relação ao meu presidente, a imprensa tem sido terrivelmente cruel contra [ele]".

A ministra acrescentou que "essa imprensa também machuca mulheres" e que foi vítima de uma "das maiores violências políticas nessa nação cometida pela imprensa", referindo-se a um texto da revista Carta Capital sobre seu relato de que, quando criança, subiu em uma goiabeira para se matar e desistiu ao ver Jesus.

O ministério divulgou nota de repúdio ao conteúdo, em novembro do ano passado. Segundo Damare, sua história foi tratada de forma cruel. A ministra disse também ser alvo de ataques por causa de sua fé evangélica.

O apresentador do "Poder em Foco" voltou a questioná-la sobre a ofensa à jornalista da Folha. "Veja só, eu não vou dizer para você: o presidente estava certo em atacar uma jornalista. O meu presidente vive sob pressão que a imprensa faz o tempo todo. E a imprensa faz a pressão já esperando dele uma reação", disse.

Questionada outra vez, Damare pediu: "Não me coloque contra o meu presidente nessa entrevista".

E emendou: "Não vou me manifestar com relação a essa fala dele. Porque a imprensa se cala quando eu ou outra mulher de direita somos barbaramente atacadas no Brasil".

07 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Para direita feminina, esquerda sequestrou <sup>CONSTRUIU</sup> o dia 8 de março

Longe das manifestações de rua marcadas para a data, liberais defendem igualdade e planejam outras ações

Carolina Linhares

SÃO PAULO Identificadas com o liberalismo, mulheres que lutam por igualdade de direitos e por maior participação feminina na sociedade consideram o 8 de março, Dia da Mulher, uma data a ser celebrada, mas não nas manifestações de rua organizadas pela esquerda e dominadas por pautas desse campo político.

O diagnóstico de que o feminismo foi sequestrado pela esquerda e prega para convertidos é comum entre elas — algumas até abandonaram o selo “feminista” por causa disso.

As liberais querem resgatar a origem do feminismo, da britânica liberal Mary Wollstonecraft (1759-97), quando a defesa da propriedade privada era uma das bandeiras e antes de o movimento se associar ao pensamento de esquerda. Hoje, o cenário é diferente.

“Se não é de esquerda, não está no lado certo da força”, resume a advogada Marina Zonis, 26, coordenadora em São Paulo do grupo Lola (Ladies of Liberty Alliance, Aliança das Mulheres da Liberdade em português). Fazem parte

do Lola cerca de 300 mulheres em dez estados.

“O feminismo liberal é a linha do feminismo que todo mundo despreza, que só fala das brancas, que não acordou pra vida, que o pessoal considera desatualizado”, afirma Zonis, enumerando as críticas que costuma receber.

Mas o Lola não se define como feminista, justamente porque nem todas aceitam o rótulo. Não é o caso de Zonis.

“Eu me considero feminista, mas eu sei que as outras feministas não gostam de mim (risos)”, afirma. “Tudo o que eu li sobre feminismo, sobre igualdade de gênero, sobre direito à propriedade, sobre a mulher ter poder sobre si mesma, poder de voto, poder de representar umas às outras, acho que são coisas do feminismo.”

Karim Miskulin, 50, diretor-geral do Grupo Voto, empresa que fomenta a participação de mulheres na vida pública, também lista conquistas do feminismo: voto, a licença maternidade, leis contra assédio, Lei Maria da Penha. Mas não se diz feminista.

“Houve uma distorção, as mulheres são muito seletivas

nas suas causas e nos seus ídolos. A gente vê mulheres intituladas feministas que deixaram de lutar por direitos iguais entre homens e mulheres e passaram a ter um discurso quase de ódio aos homens, à família, ao livre mercado”, diz Miskulin.

Também liberal, a vereadora de São Paulo Janaina Lima (Novo), 36, diz que o feminismo “mais segrega do que agrega”. “A esquerda teve a audácia de se apropriar de uma discussão social, não ideológica.”

“Vemos feministas radicais que usam essa pauta como arma política para defender aborto e questões caras somente para esquerda. Estamos perdendo a chance de falar com mais pessoas”, diz.

A vereadora, que trabalha a favor da licença maternidade, da primeira infância e do direito à creche, também rejeita o título de feminista.

“Esse feminismo não me representa. Como eu posso falar que vou aderir a uma pauta que me segrega? As liberais não têm voz. Então é porque a luta feminista não é pelos direitos das mulheres, a luta é pela pauta ideológica”, afirma.

CONTINUA



# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 MAR 2020

Para elas, um exemplo disso é o mote do principal da manifestação convocada para 8 de março na avenida Paulista: “Mulheres contra Bolsonaro”.

“Ser contra Bolsonaro não é bandeira feminista, é bandeira política e ideológica. Acho lamentável o uso do dia 8 de março pra fazer esse tipo de coisa”, diz Miskulin.

Na opinião da empresária, a efeméride poderia incentivar participação e exaltar grandes mulheres brasileiras. “Tem tanta coisa linda para comemorar nessa data”, declara.

Os grupos feministas que organizam o protesto contra o presidente da República argumentam que Bolsonaro e seu governo atacam as mulheres.

Miskulin, por sua vez, não faz oposição a Bolsonaro. “Ele acabou de nomear mais uma mulher, a Regina Duarte, então eu não vejo assim.”

Janaina Lima faz apoio crítico ao governo e diz condenar as falas do presidente que desrespeitam mulheres. Já no Lola, a parte das mulheres avessas a Bolsonaro já é maioria.

“Ele está perdendo muito apoio, toda hora acontece alguma coisa”, diz Zonis, lembrando o episódio desta semana em que o presidente escalou um comediante para responder perguntas de jornalistas. Os ataques contra repórteres mulheres também são motivo. “Estávamos muito bravas, indignadas com esses ataques”, afirma.

Mesmo rejeitando Bolsonaro, Zonis não vai aderir ao protesto na avenida Paulista. A advogada afirma ter certeza de que vão se repetir cenas vistas por ela em outros atos feministas, como distribuição de adesivos de Lula (PT) e gritos de “mulheres contra o neocapitalismo liberal”.

A ausência no protesto não significa que as liberais não celebrarão o Dia da Mulher. O Lola, por exemplo, vai promover uma aula de autodefesa no Paraná e apoiar cursos de empreendedorismo feminino e de matemática financeira para mulheres. Nas redes sociais, elas apresentam mulheres que lutaram por liberdade ao longo da história.

Para além do Mês da Mulher, o grupo costuma debater maternidade e mercado de trabalho, leis e dificuldades da mulher empreendedora.

Miskulin lidera eventos e iniciativas de interlocução entre o mundo político e empresarial. Sua principal bandeira é que “as mulheres se organizem para serem protagonistas nas transformações do país”. No 8 de março, o Grupo Voto apresentará nas redes sociais a trajetória e a atuação de suas quatro diretoras.

Janaina Lima também tem eventos especiais em março. Vai receber as cónsules mulheres de São Paulo e levar uma ONG que ensina programação para meninas a comunidades.

“Defendo a liberdade de todas as mulheres terem a sua opinião respeitada. Eu preciso discutir com uma mulher de visão oposta, mas ter a certeza de garantir o direito dela de falar”, diz a vereadora.

Zonis é cética quanto à possibilidade de uma marcha feminista que una esquerda e direita, mas vê pautas “que são de todas as mulheres”.

“As mulheres nunca vão concordar com tudo. Essa é a grande dificuldade do movimento feminista. É um movimento que se propõe a falar dos problemas de metade da humanidade, só que a metade da humanidade é um grupo muito grande”, diz.

“

A gente vê mulheres intituladas feministas que deixaram de lutar por direitos iguais entre homens e mulheres e passaram a ter um discurso quase de ódio aos homens, à família, ao livre mercado

Karim Miskulim  
diretora-geral do Grupo Voto

“

Tudo o que eu li sobre feminismo, sobre igualdade de gênero, sobre direito à propriedade, sobre a mulher ter poder sobre si mesma [...] acho que são coisas do feminismo

Marina Zonis  
advogada e coordenadora do grupo Lola em São Paulo

“

Eu preciso discutir com uma mulher de visão oposta, mas ter a certeza de garantir o direito dela de falar

Janaina Lima (Novo)  
Vereadora em São Paulo

07 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Política é muito machista, diz única governadora do Brasil

Para Fátima Bezerra, do RN, cotas não bastam para  
ampliar participação feminina



**Fátima Bezerra, 64**

Governadora do Rio Grande do Norte, é pedagoga e militante histórica do PT, ao qual é filiada desde 1981. Já foi senadora e deputada federal

## João Valadares

RECIFE Única mulher a comandar um estado brasileiro, Fátima Bezerra (PT), governadora do Rio Grande do Norte, defende a paridade de representação de gênero no Congresso. “Nós, mulheres, somos mais da metade população e somos sub-representadas na política”, diz.

Seu estado teve, com ela, três governadoras —o maior número do país. Também foi lá que, em 1927, a primeira mulher se registrou para votar (nacionalmente, o sufrágio feminino só veio em 1932) e, em 1928, foi eleita a primeira prefeita do Brasil.

No governo de Fátima, contudo, apenas cinco dos 21 postos do primeiro escalão são

ocupados por mulheres. Ela reconhece que a situação não é ideal, mas afirma que há outros postos importantes sob comando feminino, como a chefia da Polícia Civil. “Nós queremos avançar cada vez mais”, diz, em entrevista à **Folha**.

Para a governadora, a esquerda brasileira precisa deixar a vaidade de lado, se unir e pensar no Brasil.

**CONTINUA**

Como é exercer o poder sendo a única mulher à frente de um estado brasileiro? É um exercício pautado por desafios imensos, considerando especialmente a situação de calamidade fiscal financeira e orçamentária em que encontrei o Rio Grande do Norte.

Peguei o estado com quatro folhas em atraso. Não cumpru, em 2018, o preceito constitucional de investir no mínimo 12% na saúde. Estamos arumando a casa.

Como a sra. enxerga o momento de ataques sexistas crescentes em várias áreas, inclusive na política? Infelizmente, houve um crescimento [do sexismo] no país. Você vê as atitudes eivadas de toda misoginia, desrespeitos à mulher. É mais do que lamentável. É revoltante. Infelizmente, esse clima de polarização, esses ataques às mulheres, acabam alimentando o fenômeno do feminicídio, que tem crescido em nível nacional.

A melhor forma de se contrapor a isso é cada vez mais afirmar uma cultura de paz, de respeito, de tolerância.

A sra. foi deputada e senadora antes de ser governadora. A reação machista é maior quando a mulher sobe na hierarquia do poder? O mundo da política, infelizmente, é muito machista. É só olhar os números aí. Somos muito poucas nos chamados espaços de poder. O Brasil tem uma das piores colocações no ranking de participação da mulher na política no mundo.

Evidente que isso se deve a toda uma questão cultural, a cultura do patriarcado. É muito desafiador a mulher galgar esses degraus. É muito difícil, mas temos que ousar. Sou um exemplo disso. Há também machismo nos partidos políticos, em especial para definição de candidaturas.

As cotas não dão conta de reverter essa situação? Dão não. Foram importantes, são necessárias, mas insuficientes. Lutei muito quando estava no Congresso. A luta continua no sentido de garantir não apenas o direito de a mulher ser candidata, mas garantir que nós tenhamos uma quantidade x de assentos. A tese do meu partido, o PT, é a tese da paridade. É o correto. Nós somos mais da metade da população e somos sub-representadas.

Mas, no seu governo, não há paridade no primeiro escalão. De 21 postos, há cinco mulheres secretárias. Veja bem, nós queremos avançar cada vez mais. Sem dúvida nenhuma, eu gostaria de ter mais mulheres ainda à frente do secretariado. Concordo com você. Esse é nosso sentimento de avançar cada vez mais.

O que impede? Nós colocamos mulheres em postos importantes, como a agência de fomento do Rio Grande do Norte. Outro exemplo é a Polícia Civil. Temos também uma agência de gás aqui no estado que é comandada por uma mulher.

Apesar de não serem secretárias, eu diria que estão exercendo funções que têm uma repercussão maior, do ponto de vista da vida social e econômica das mulheres e dos homens, que determinadas estruturas de secretarias.

Mesmo diante desta calamidade financeira e sem poder criar novos cargos, fizemos uma reordenamento administrativo aqui dentro e criamos uma Secretaria de Mulheres, da Juventude e da Igualdade Racial. Não é fictícia não, viu?

O país vive uma crise nas PMs. No RN, policiais que fizeram motim já foram anistiados no passado. A sra. defende aprovação de uma PEC no Congresso para proibir anistia a amotinados? Esse debate tem que ser feito no plano

nacional. Precisamos ter cuidado para separar as coisas. Uma coisa é um policial, seja civil, militar, bombeiro, que luta legitimamente por seus direitos, por melhoria salarial e condições dignas de trabalho. Isso é uma coisa, que a gente tem que reconhecer. Outra coisa, infelizmente, é quando o agente de segurança ultrapassa esse papel, chegando à tragédia que aconteceu no Ceará. Aí, não. Aí não pode acontecer de maneira nenhuma.

A sra. é contra a anistia nesses casos então? Acho que para aqueles que cometem esse tipo de delito, de confundir o papel institucional tão importante que tem enquanto agente de segurança, sim. Não tem como. Trabalhar com rosto coberto, isso tem que receber um outro tratamento. Quero dizer que aqui temos tido um relacionamento extremamente respeitoso com todas as categorias que formam os agentes de segurança pública.

A sra. acredita que o ex-presidente Lula ainda não encontrou um discurso de oposição claro após sair da prisão? O que ele traz para atrair quem não votou no PT em 2018? O discurso de Lula continua muito sintonizado com o coração da maioria. Até hoje, ele está muito presente na memória do povo mais pobre desse país. Só quem conseguiu ver seu filho realizar o sonho de se matricular numa excelente escola técnica, de realizar o sonho de o filho fazer um curso de medicina no interior do Rio Grande do Norte, sabe perfeitamente o valor que isso tem. O discurso dele é cada vez mais forte, sobretudo, nesses tempos que a gente vive de pibinho de 1%.

## CONTINUA

07 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Mas que caminhos a senhora acha que a esquerda brasileira precisa trilhar? Primeiro, é preciso uma frente de perfil progressista com um horizonte de centro-esquerda. É esse o caminho que temos nós que trilhar. Temos que deixar toda e qualquer perspectiva individualista de lado, vaidade de lado, e pensar no Brasil.

Isso inclui **Ciro Gomes**? Eu incluo todo mundo. Todo mundo, leia-se, quando falo do perfil de centro-esquerda. Por favor, só fazendo essa observação. Esse é o caminho. É a unidade das forças do campo popular e democrático. Foi isso que nós fizemos em um passado recente e esse é o caminho que nós temos que trilhar.

# FOLHA DE S. PAULO

História de  
Marielle Franco  
vai virar série e  
documentário  
na Globoplay  
Karina Matias

07 MAR 2020

RIO DE JANEIRO A Globoplay lança na próxima sexta-feira (13) "Marielle - O Documentário", produção que pretende contar a vida e a morte de Marielle Franco, e que irá ao ar às vésperas dos dois anos do assassinato da vereadora e de seu motorista Anderson Gomes, ocorrido no dia 14 de março de 2018. O crime até hoje não está esclarecido.

A pré-estreia acontecerá na próxima quinta (12) na TV aberta, depois do Big Brother Brasil 20. Os outros cinco episódios estarão disponíveis na plataforma de streaming.

Além do documentário, a Globoplay anunciou na sexta (6) uma série de ficção sobre Marielle, idealizada por Antonia Pellegrino, roteirista, diretora e amiga pessoal da vereadora.

A produção, baseada em sua vida e no seu assassinato, será desenvolvida pelo diretor José Padilha, em seu primeiro trabalho com a Globo, e pelo roteirista George Moura. A previsão é que a série tenha oito episódios e seja exibida em 2021.

O documentário deve mostrar várias facetas de Marielle, e não apenas o lado mais conhecido, como política e ativista dos direitos humanos.

"Por mais repercussão que o caso tenha tido, é a história de uma mãe que perdeu a filha", diz o diretor Caio Cavechini.

"Marielle" é o primeiro documentário desenvolvido pelo jornalismo da Globo para a Globoplay. "Não existe história mais importante hoje no Brasil do que a vida e a morte de Marielle", afirmou Erick Brêtas, diretor de Produtos e Serviços Digitais da Globo.

Professora da USP, jornalista e psicóloga, é autora de "Atletas Olímpicos Brasileiros"

## Ser mulher

Luta das mulheres pela igualdade de condições no esporte persiste

Ser é um verbo irregular, intransitivo e predicativo. Implica identidade, particularidade. É um conceito fundamental associado à existência de algo. Tudo o que existe é ser. Ser é o poder de existir.

Ser mulher implica existir como alguém capaz de resistir a papéis sociais historicamente construídos e compartilhados. Sou uma pacifista declarada, muito embora a vida não me tenha poupado de embates que efetivamente me fazem questionar se a paz é uma utopia ou uma ficção.

No último final de semana, comecei a ler o livro "Resistência - A História de uma Mulher que Desafiou Hitler", de Agnès Humbert. São as memórias de uma historiadora francesa que trabalhava no Museu do Homem de Paris quando os alemães invadiram a cidade durante a 2ª Guerra Mundial.

Enquanto Charles de Gaulle, sediado na Inglaterra, convocava os franceses a resistirem e enfrentarem os nazistas, Agnès e seus colegas de trabalho fizeram aquilo que estava ao seu alcance: enfrentaram os usurpadores usando suas habilidades como pensadores para produzir ideias e convocar os franceses a não aceitarem a violência que ocorria em seu país.

Passado um ano de atividade, o grupo foi descoberto após a denúncia de um espião. Os homens do grupo foram fuzilados, e ela, a única mulher, foi condenada a um campo de trabalhos forçados onde ficou por quatro anos.

Suas memórias, enquanto ainda trabalhava no museu, foram escritas em um diário, e a fase da prisão foi posteriormente registrada e publicada como livro. O relato inicial é quase informativo, descreve o choque seguido de apatia e inércia diante da agressividade do invasor.

A fase da prisão é marcada por uma narrativa impressionista na qual transborda a dor pela ausência da liberdade, mas também o modo de enfrentamento, desenvolvido para sobreviver à barbárie.

E então é possível observar que a fraternidade, a compaixão, a solidariedade não são discursos construídos para justificar a análise de situações trágicas, mas sentimentos que efetivamente nos humanizam e fazem a esperança brotar mesmo nos momentos de maior desespero e agonia.

O prefácio de Marina Colasanti traz mais tempero a essa discussão. Lá está: "As mulheres sempre perdem a guerra. Não a querem, mas a perdem. Perdem quando estão no caminho dos exércitos e se tornam botim. Perdem quando batalham em silêncio nas cidades esvaziadas dos seus homens, para manter sólida a retaguarda e conservar a ordem do país. Perdem quando recebem seus homens num caixão ou quando eles voltam com o equilíbrio despedaçado".

Sem exageros, vejo isso também acontecer no esporte. Excluídas no princípio com base na moral vitoriana e na ciência falocêntrica, as mulheres

no esporte foram também vítimas de uma guerra não declarada e que refletiu década a década, as tensões vividas em outras esferas da sociedade.

A primeira edição olímpica foi o marco de uma exclusão que nunca mais se repetiu. E os números provam que, diante de condições dignas de treinamento e do mínimo de apoio, o espetáculo protagonizado pelas mulheres pode ser tão atrativo e levar tanto público aos estádios quanto as competições masculinas. A beleza do espetáculo não está em ser feminino ou masculino, e sim na qualidade do gesto técnico e do nível de competitividade.

A luta das mulheres pela igualdade e equidade de condições no esporte persiste. Às vezes velada, silenciada, invisibilizada, ela segue, porque ser mulher implica em existir, não apenas em sobreviver.

09 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

Katyna Argueta

Representante residente do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no Brasil

## Mulheres, desenvolvimento sustentável e discriminação

**Empoderamento feminino é o caminho mais eficaz para a mudança**

O mundo está caracterizado por acentuadas desigualdades. Segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Credit Suisse (2017), os 10% mais ricos possuem 88% da riqueza mundial. A crescente concentração de riqueza e as desigualdades estão minando a luta contra a pobreza, deteriorando as economias e fragmentando as sociedades. Essas limitações e exclusões afetam mais intensamente as mulheres do que os homens. As desigualdades de gênero são um componente estruturante da pobreza e um freio ao desenvolvimento.

Globalmente, as mulheres ganham 77 centavos de dólar por dólar ganho pelos homens fazendo o mesmo trabalho (Pnud-2019). Ainda que sejam as responsáveis por produzir de 60% a 80% dos alimentos nos países em desenvolvimento, são apenas 13% dos proprietários de terras em todo o mundo.

O impacto, porém, não se restringe à vida delas. Um estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) calcula o custo econômico derivado da discriminação de gênero em aproximadamente US\$ 12 trilhões, o que equivale a 16% do atual PIB global. Assim, lutar contra as desigualdades de gênero não é apenas um compromisso ético contra a discriminação. É também um objetivo do desenvolvimento sustentável,

com efeitos importantes no desenvolvimento econômico e social e na sustentabilidade.

Já reconhecemos a necessidade de promover capacidades e espaços para as mulheres no mundo do trabalho e da produção, mas isso não é tudo. Também é necessário permitir que elas expressem suas necessidades, defendam seus interesses e ampliem seus campos de atuação tradicionais nos setores público e privado —isto é, que assumam maior protagonismo para legitimar

[...]

Há cada vez mais evidências de que a liderança das mulheres nos espaços políticos e de tomada de decisão melhora esses processos. Os espaços de natureza política (incluindo organizações partidárias) são áreas em que a promoção das mulheres ainda é uma tarefa pendente

seu lugar na sociedade.

Há cada vez mais evidências de que a liderança das mulheres nos espaços políticos e de tomada de decisão melhora esses processos. Os espaços de natureza política (incluindo organizações partidárias) são áreas em que a promoção das mulheres ainda é uma tarefa pendente.

Em fevereiro de 2019, no âmbito global, apenas 24,3% dos parlamentares nacionais eram mulheres, o que significa que a proporção de mulheres parlamentares aumenta muito lentamente. Em fevereiro de 2019, apenas três países tinham 50% ou mais de mulheres no Parlamento. Em junho do mesmo ano, apenas 11 mulheres eram chefes de Estado, e 12, chefes de governo.

Ainda há um longo caminho a se percorrer para que todos os homens e mulheres possam exercer seus direitos com equidade, contribuindo e melhorando seu próprio desenvolvimento e o de suas sociedades.

Participar do processo de desenvolvimento significa atuar ativamente e se tornar seu protagonista. Essa é uma tarefa coletiva, e as propostas de desenvolvimento devem considerar como contribuir intencionalmente para essa mudança. Não existe um percurso de desenvolvimento mais eficaz do que o empoderamento da mulher. E esse caminho é possível.

09 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Repórter da Folha vai à Justiça contra Bolsonaro após ataques

SÃO PAULO A repórter Patrícia Campos Mello, da Folha, apresentou à Justiça uma ação com pedido de indenização por danos morais contra o presidente Jair Bolsonaro. O motivo é o ataque a ela com ofensa de cunho sexual e a reprodução do insulto em rede social dele.

Também em decorrência de ataques de conotação sexual, os advogados de Patrícia iniciaram processos cíveis contra Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa, e Allan dos Santos, apresentador do canal online Terça Livre.

O ponto de partida da ofensiva contra a repórter foram as declarações feitas por Hans à CPMI das Fake News, no Congresso, em 11 de fevereiro.

Hans trabalhou para a Yacows, empresa especializada em marketing digital, durante a campanha eleitoral de 2018.

Em dezembro daquele ano, reportagem da Folha baseada em documentos da Justiça e em relatos de Hans mostrou que uma rede de empresas, entre elas a Yacows, recorreu ao uso fraudulento de nomes e CPFs de idosos para registrar chips de celular e assim conseguir o disparo de lotes de mensagens em benefício de políticos.

Em seu depoimento no Congresso, além de dar informações falsas à CPMI, Hans insultou Patrícia, uma das autoras dessa reportagem.

“Quando eu cheguei na Folha de S. Paulo, quando ela [repórter] escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção, que a minha intenção era ser ouvido

a respeito do meu livro, entendeu?”, afirmou Hans a deputados e senadores, em sessão com transmissão ao vivo.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Bolsonaro, aproveitou a fala de Hans para difundir as ofensas e fazer insinuações contra a repórter da Folha, tanto no Congresso como em suas redes sociais.

“Eu não duvido que a senhora Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o senhor Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro. Ou seja, é o que a Dilma Rousseff falava: fazer o diabo pelo poder”, disse Eduardo.

Um semana depois, foi a vez de Bolsonaro invocar a fala de Hans e ofender a jornalista com insinuação sexual.

“Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo [risos dele e dos demais]”, disse o presidente, em entrevista diante de um grupo de simpatizantes em frente ao Palácio da Alvorada. Após uma pausa durante os risos, Bolsonaro concluiu: “A qualquer preço contra mim”.

Segundo texto da ação judicial contra o presidente, as mentiras de Hans na CPMI foram imediatamente difundidas através das redes sociais e, dias depois, ganharam enormes proporções após a fala do presidente.

“No rastro dessa difusão de ofensas e mentiras, o presidente da República, em mais um ato em que desconsidera completamente a liturgia do cargo que ocupa, assumiu para si o discurso ofensivo, desrespeitoso e machista contra Patrícia na sua ministerial entrevista em frente ao Palácio da

Alvorada”, alega a defesa da repórter da Folha.

“Os danos sofridos por Patrícia são gravíssimos, podendo ser facilmente constatados diante do assédio sem precedentes sofrido por ela após a manifestação do presidente”, diz outro trecho da ação.

Os advogados de Patrícia afirmam que “os danos morais, no caso em tela, além de servirem como reparação pela ofensa à honra e dignidade da autora, também devem possuir um caráter punitivo pedagógico, com o intuito de desestimular a conduta indevida do réu e de terceiros, sabendo que terão de responder pelos danos causados”.

Na ação civil específica contra o ex-funcionário da Yacows, a defesa da jornalista afirma que “o réu [Hans] se vale de evidente injúria sexual, de cunho machista, na tentativa de desmerecer a autora, o que tem efeitos sociais graves para além dos danos individuais, e merece dura reprimenda”.

A terceira ação cível de reparação por danos morais foi apresentada contra Allan dos Santos, apresentador do programa Terça Livre, no YouTube.

Segundo a petição inicial do processo, edição do Terça Livre veiculada em 12 de fevereiro teve como título “O Prostíbulo em Desespero” e propagou novas informações falsas sobre o episódio envolvendo Hans.

Ante o fato de Patrícia ter apresentado em reportagem as mensagens trocadas com Hans, autenticadas por meio de ata notarial, que desmentiam a versão dada por ele na CPMI, “o réu [Allan] mentiu ao afirmar que as mensagens trocadas entre Patrícia e Hans River foram ‘forjadas’ e ‘um golpe’”, alega a defesa de Patrícia.

CONTINUA



09 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

O texto da petição relata que Allan passou a incentivar seus seguidores a publicarem montagens e imagens sobre o tema, e traz a reprodução de um post dele no Twitter com os dizeres: “Não deixe o meme morrer, não deixe o meme acabar. O morro foi feito de meme, o meme que faz a gente zoar. Continue com os memes hoje, por favor”.

Os três processos cíveis, que contam com o suporte da Folha, têm como fundamento legal o artigo 186 do Código Civil, que enquadra como ilícitos os atos daqueles que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violarem direito e causarem dano a outras pessoas, ainda que exclusivamente moral.

Nas causas cíveis contra Bolsonaro e Hans, o valor pedido de indenização é de R\$ 50 mil. Na demanda relativa a Allan também é indicada como ré a pessoa jurídica Terça Livre, e o montante do ressarcimento requerido é de R\$ 100 mil.

Os processos estão tramitando na Justiça estadual de São Paulo.

Nas petições iniciais, Patrícia se compromete a doar metade das indenizações que eventualmente receber ao Instituto Patrícia Galvão de Comunicação e Mídia, que atua na defesa dos direitos das mulheres.

Segundo a advogada Taís Gasparian, integrante da defesa de Patrícia, “uma semana depois de a Folha de S. Paulo ter desmentido Hans, apresentando provas de que o que disse era mentira, o presidente da República dá uma entrevista e reafirma a ofensa, em tom de zombaria”.

“Não satisfeito em propagar uma mentira, o presidente ainda posta o vídeo da entrevista na sua página do Facebook, que obviamente possui repercussão nacional e internacional.”

“A indicação de que a jornalista teria oferecido sexo como modo de facilitar sua atividade profissional é infame e muito grave. Hans, Allan dos Santos e o presidente da República ofenderam não apenas a jornalista, mas todas as mulheres, tocando em um ponto muito sensível à sociedade brasileira, que é a violência contra a mulher”, afirma Taís.

09 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Mulheres sofrem mais com pobreza e fila do Bolsa Família

## Governo tem atrasado liberação de novos benefícios por falta de orçamento

Ana Luiza Albuquerque

RIO DE JANEIRO Eurení havia acabado de dar à luz à segunda filha quando teve uma desagradável surpresa: seu benefício do Bolsa Família havia sido suspenso.

Moradora de um CAE (Centro de Acolhida Especial) em São Paulo, a auxiliar de limpeza contava com os R\$ 178 do programa para comprar itens para as crianças, como leite. Mãe de duas meninas, uma de dois anos e outra de seis meses, Eurení Oliveira, 39, está desempregada e desde setembro não recebe ajuda do governo.

Assim como acontece em milhares de famílias no Brasil, as consequências do corte no Bolsa Família recaíram sobre ela. A mulher é a única responsável pelas filhas, diante da ausência do pai.

O benefício de Eurení foi cortado depois de uma tentativa de atualizar dados no programa. Ela diz acreditar que o entrevistador teria errado e criado um novo cadastro. A explicação, no entanto, é uma hipótese.

“Quando a mulher está gestante ou amamentando, deve receber um acréscimo. Em vez de receber, foi cortado”, diz.

Enquanto aguarda resolução judicial, Eurení conta somente com a ajuda que recebe no abrigo. Desamparada, tentou reatar o relacionamento com o pai das crianças, mesmo tendo sido vítima de violência doméstica. Não deu certo.

O peso da maternidade solo também sobrou para a recepcionista Priscila Silva, 34,

que diz enfrentar dificuldades para conseguir emprego por preconceito de empregadores.

“Oportunidade de trabalhar é difícil. Chego lá e falam ‘quantos filhos você tem?’ ‘Cinco’. ‘Ah, então tá bom, aguarda nossa ligação’. O que vou fazer com as minhas filhas, jogar no lixo?”

Há quase um ano, ela engrossa a fila de mais de 1 milhão de famílias que aguardam para entrar no Bolsa Família. Como a Folha mostrou, o governo praticamente suspendeu a liberação de novos benefícios no ano passado.

Documentos internos revelaram que o governo Jair Bolsonaro (sem partido) já havia sido alertado, em fevereiro de 2019, para o fato de que a verba para o programa não seria suficiente.

Ao menos cinco vezes, o Ministério da Cidadania pediu mais dinheiro para que a fila continuasse zerada. Os pleitos, no entanto, foram barrados pela Junta Orçamentária, formada pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni, então na Casa Civil.

Enquanto aguarda a liberação de verbas do governo, Priscila aluga por R\$ 400 um apartamento de um cômodo na Parada Inglesa, bairro da zona norte de São Paulo. Sem renda há dois anos, vive de doações e ajuda dos amigos.

As filhas mais novas têm dois anos e um ano. O pai não quer assumir e Priscila não tem encontrado tempo para reunir as provas e acioná-lo na Justiça. Já o pai das três mais velhas é dependente químico.

A socióloga Silvana Mariano,

professora da UEL (Universidade Estadual de Londrina), afirma que os efeitos da restrição no Bolsa Família atingem antes as mulheres.

“As mulheres, especialmente aquelas em situação de pobreza, são as primeiras vítimas do desmantelamento de políticas sociais.”

Em 2018, a pesquisadora entrevistou mulheres de todas as regiões do país que recebiam o Bolsa Família. O objetivo era investigar a autonomia dessas mulheres e a possibilidade de quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

As mulheres representam a enorme maioria dos titulares Bolsa Família, responsáveis pelo recebimento do dinheiro.

“Noventa e cinco por cento das famílias atendidas têm a mulher como titular. Quando esse benefício tem seu público reduzido, significa que menos mulheres têm acesso a essa forma de proteção”, diz.

O próprio governo indica que os titulares do benefício devem ser, preferencialmente, mulheres. Isso porque existe o entendimento de que elas costumam utilizar o dinheiro de forma mais eficiente do que os homens, pensando no bem-estar conjunto da família. Além disso, muitas assumem a titularidade por comandar famílias monoparentais — ou seja, na qual apenas a mãe ou o pai está presente.

“Existe uma alta taxa de famílias monoparentais, e essa taxa aumenta ainda mais entre as famílias em situação de pobreza.”, afirma a socióloga.

**CONTINUA**

**09 MAR 2020**

**FOLHA DE S. PAULO**

**CONTINUAÇÃO**

Por outro lado, diz a pesquisadora, o crescimento da pobreza também atinge primeiro as mulheres. Segundo a socióloga, em momentos de crise, serviços como o da limpeza doméstica, aos quais muitas mulheres pobres se dedicam, se tornam mais escassos.

## Pobreza menstrual

### Sem dinheiro para absorvente, milhares de brasileiras faltam a aula e trabalho

Fome, miséria, desigualdade, mudanças climáticas e corrupção são algumas das muitas batalhas que temos que enfrentar como humanidade. O conhecimento sobre a gravidade e a urgência desses problemas fez com que fossem criados consensos globais em torno deles.

O que poucas pessoas sabem é que temos uma determinação da ONU sobre uma outra necessidade básica que ainda passa longe do debate público no Brasil: o acesso a absorventes femininos.

E não é à toa que esse tema tenha passado despercebido até hoje. A política é dominada por homens. A imprensa, as empresas e todos os grandes espaços de poder também.

Países como Canadá, Índia, Austrália e Quênia, e 33 dos 50 estados dos Estados Unidos, já possuem legislação que trata da pobreza menstrual.

Enquanto isso, o sangue corre pelas pernas de meninas e mulheres brasileiras que, todos os meses, faltam à escola e perdem dias de trabalho.

A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que aprovou um projeto de distribuição de absorventes em escolas, estima que as estudantes perdem até 45 dias de aula durante o ano por não terem acesso a itens de higiene pessoal para lidar com o fluxo menstrual.

A ONU estima que 1 em cada 10 meninas falte à aula durante a menstruação. Além disso, em casas e presídios de todo o Brasil, mulheres usam miolo de pão ou jornal como absorvente, e algumas contraem graves infecções por isso.

Como esse é um problema

que atinge apenas as mulheres mais pobres e a menstruação ainda é um grande tabu na nossa sociedade, muitas pessoas prefeririam que continuássemos sem falar sobre essa verdade inconveniente.

Ao propor a distribuição de absorventes, recebi duras críticas por criar mais um custo para o Estado. Minha resposta é que a busca pela responsabilidade fiscal não deve se dar a qualquer custo, abandonando quem mais precisa, mas sim com a construção de um Estado que usa seus recursos de forma mais eficiente e entrega serviços melhores.

Além disso, quem se indigna com a proposta demonstra desconhecimento da realidade do nosso país. Cerca de 13,5 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza no Brasil, com menos de R\$7 por dia.

A minha proposta é que absorventes e outras soluções sustentáveis sejam distribuídos em locais públicos, como escolas, postos de saúde e penitenciárias. Se considerarmos mulheres de 10 a 50 anos, com renda per capita domiciliar até um salário mínimo, chegamos em um contingente de 40 milhões, ou seja, 30% das mulheres.

Parece razoável, se fizermos um paralelo simplista com a distribuição gratuita de camisinhas. Somente 30% dos homens que usam camisinha de fato aderem à opção gratuita.

A reação virulenta e machista contra o projeto de lei que apresentei, em pleno mês das mulheres, só me mostrou a importância de continuar lutando por essa causa.

Ensinarão-nos que menstruar era sujo. Fizeram-nos sentir vergonha e criaram mitos e mentiras que temos que quebrar dia após dia. Libertar essa verdade desequilibrou muita gente. Mas trouxe muitos apoiadores também —meninas, mulheres, professoras e também pais, filhos e irmãos.

Muita gente que nunca tinha parado para pensar sobre isso se sensibilizou, e isso, por si, já é uma grande vitória. Seguiremos trabalhando pelo direito de menstruar livremente.

Menstruar não é opção. Escolhi lutar para garantir dignidade a meninas e mulheres que não têm condições de comprar absorventes. Estou disposta a pagar o preço por elas.

07 MAR 2020  
GAZETA DO POVO



# **VIOLÊNCIA QUE TIRA TUDO, ATÉ O TRABALHO**

As marcas físicas, psicológicas e  
econômicas da violência doméstica  
contra a mulher

**CONTINUA**

07 MAR 2020

GAZETA DO POVO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

# Como a violência doméstica interfere no mercado de trabalho

Além do trauma que provoca nas vidas de milhares de mulheres, problema ainda ignorado pela maioria das empresas brasileiras gera prejuízo anual de quase R\$ 1 bilhão ao país

Fábio Galão

● Fernanda (nome fictício) permaneceu 20 dos 53 anos da sua vida em um relacionamento abusivo, que deixou marcas na sua vida pessoal e profissional. Ela era vítima de violência psicológica e física por parte do ex-marido, que não queria que ela trabalhasse.

“Ele vinha ao meu trabalho ver se eu estava mesmo trabalhando, atacava colegas meus, dizia que eu tinha amante. Hoje vejo que era um relacionamento abusivo, mas na época eu achava que era só ciúme, que ele agia daquele jeito porque gostava de mim”, lembra. Fernanda afirma que não chegou a ficar afastada do trabalho por conta das agressões (“sempre digo que sou minha própria psicóloga”, brinca), mas que teve dificuldades para conseguir emprego após a separação.

“Por dois anos após a separação foi complicado, porque não tinha com quem deixar meus filhos, e ele não pagava pensão”, relata. “Há 12 anos estou com outro marido. Estou bem com ele, em paz, tenho dois filhos para criar, bola para frente.”

A história de Fernanda teve um final feliz, que ainda é buscado por milhares e milhares de vítimas — são agressões que, além das sequelas físicas e psicológicas que essas mulheres têm que enfrentar, também geram efeitos na economia do país.

Em 2016, pesquisadores da Universidade

Federal do Ceará, em parceria com o Instituto Maria da Penha (IMP), criaram uma pesquisa contínua sobre violência doméstica e seu impacto no mercado de trabalho e na produtividade da população feminina brasileira.

12 meses anteriores à pesquisa.

**75 MESES**

no mesmo trabalho: essa é a média de tempo das entrevistadas que não sofreram agressões nos

**59 MESES**

é a média entre as entrevistadas que sofreram violência.

**CONTINUA**

Conceição de Maria Mendes de Andrade, cofundadora e superintendente do IMP, relata que o banco de dados começou com duas etapas de coleta de informações junto a 10 mil mulheres das nove capitais do Nordeste e que o trabalho de campo da terceira fase,

que reunirá dados do mesmo número de mulheres em três capitais nordestinas, mais São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Belém, deve ser concluído no começo de 2020.

Os números das duas primeiras fases expuseram uma realidade alarmante. Para a mulher vítima de violência, manter-se no emprego é muito mais difícil: as entrevistadas que não sofreram agressões nos 12 meses anteriores à pesquisa estavam em média há 75 meses no mesmo trabalho, enquanto entre as que sofreram violência o índice era de 59 meses, uma duração média 22% menor. Como essa instabilidade prejudica promoções na carreira, as mulheres vitimadas tinham um salário médio cerca de 10% inferior.

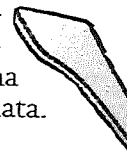
Entre as agredidas que perderam dias de trabalho, o período de afastamento médio foi de 18 dias. Ao fazer a proporção para todo o país, os pesquisadores estimaram que o Brasil perde aproximadamente R\$ 975 milhões por ano apenas em dias de trabalho devido à violência doméstica. Esse número não leva em conta outros custos, como gastos com previdência social e serviços de saúde.

“A violência doméstica tem um impacto negativo direto na vida profissional da mulher, no que diz respeito à produtividade, autonomia, capacidade decisória, ao estresse”, explica Conceição. “Além da mulher vítima de violência ficar menos tempo em cada emprego, ela alterna períodos de emprego e desemprego e isso interfere na sua reputação profissional, por ter a carteira muito ‘assinada’. Fica com baixa autoestima e tem dificuldade para se capacitar, em programas de desenvolvimento da carreira e cursos, por exemplo, e acaba preterida nas promoções por não estar tão capacitada quanto outros colegas.”

Renata (também nome fictício), de 28 anos, conta que a violência psicológica que sofre desde a infância a impede de conseguir um emprego estável. “Começou com a minha mãe, que me abandonou. Fui criada pela minha avó, que tinha aquele jeito rústico de antigamente. Nunca tive carinho da família”, explica. Ela engravidou pela primeira vez aos 17 anos, mas o marido era dependente químico e não a ajudava — assim como o segundo marido.

Hoje com quatro filhos, Renata afirma que foi rejeitada pela família. Tem a ajuda financeira de uma amiga e o primeiro marido passou a pagar pensão, mas o abandono pela família a deixou depressiva. “Ainda tenho isso, penso: ‘nunca nada deu certo na minha vida, nunca vai dar’”, relata.

Desempregada desde abril de 2018, atualmente é atendida no projeto curitibano Atendimento à Mulher Empreendedora (AME), de atendimento e capacitação profissional para mulheres em situação de risco, violência doméstica e vulnerabilidade econômica. “Eu penso nas crianças. Tenho vontade de trabalhar por causa delas”, diz. Na Lei Maria da Penha, a violência psicológica é descrita como “qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões”.



## 10% AMENOS

em média recebem as mulheres vítimas de violência.

## 18 DIAS

é o período de afastamento médio do trabalho entre as agredidas.

### Economicamente ativas

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a mulher que trabalha sofre mais violência doméstica. Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das pessoas vítimas de violência doméstica no Brasil, 52% são mulheres economicamente ativas e 25% mulheres que não trabalham. A população masculina é vitimada em apenas 23% dos casos, divididos em 17% economicamente ativos e 6% não ativos.

Daniel Cerqueira, um dos autores do estudo do Ipea, diz que não é possível atestar se há mais risco de a violência ser desencadeada pelo fato da mulher conseguir um emprego, já que os dados da Pnad não detalham quantas das agressões ocorreram antes ou depois da vítima ter se tornado economicamente ativa.

## R\$ 975 MILHÕES

por ano é quanto o Brasil perde aproximadamente apenas em dias de trabalho devido à violência doméstica.

## CONTINUA

Entretanto, duas situações são corriqueiras: a mulher que passa a trabalhar ganha poder de barganha dentro do casamento, o que pode gerar ou agravar atritos, e/ou a independência financeira pode levá-la a se separar, o que provoca inconformismo no ex-cônjuge, e este eventualmente recorre à violência.

“A conclusão mais importante é que o empoderamento econômico da mulher não é o suficiente para fazer o Brasil superar a violência doméstica. Isso exige educação para a cidadania e políticas de igualdade de gênero”, afirma Cerqueira.

### **Falta de apoio**

Outra pesquisa, realizada recentemente pelo grupo de recrutamento e seleção Talenses com apoio de entidades como o IMP e a ONU Mulheres junto a mais de 300 empresas brasileiras e multinacionais que atuam no país, mostrou que a violência doméstica é uma preocupação ainda distante do mundo corporativo local. Apesar de 60% das empresas abordadas terem afirmado que possuem políticas e ações de combate ao assédio moral e sexual, 68% apontaram que não têm iniciativas para apoiar funcionárias vítimas de violência doméstica.

“Apesar de assédio e violência doméstica serem problemas com a mesma raiz, o gerenciamento das empresas desses problemas é diferente. No assédio, há dois colaboradores envolvidos, o agressor e a vítima, então é um assunto 100% interno. Isso faz com que as empresas tenham ações mais estruturadas para enfrentar o problema. Com a vio-

lência doméstica, não é assim. Como acontece fora do ambiente organizacional, as empresas têm mais dificuldades e menos envolvimento para lidar com a questão”, aponta Carla Fava, gerente de comunicação, marketing e inteligência de mercado da Talenses. “Elas ainda estão

entendendo como trazer isso à tona, porque muitas funcionárias não tocam no assunto por medo de serem demitidas, de serem julgadas, e falta estrutura para falarem sobre isso.”

Carla destaca que as multinacionais que atuam no Brasil têm mais políticas de enfrentamento à violência doméstica que as empresas nacionais, o que denota uma questão cultural.

“As estrangeiras também têm mais ações de equidade de gênero, então há uma correlação importante aí”, diz a gerente.

Apesar dos números da pesquisa da Talenses, Conceição de Andrade, superintendente do IMP, percebe “uma leve movimentação” de busca por iniciativas, como eventos e palestras corporativos realizados em datas como o Dia Internacional da Mulher (8 de março).

“É claro que a empresa visa ao lucro, mas o enfrentamento à violência doméstica é perfeitamente compatível com o planejamento estratégico e financeiro da empresa. O absenteísmo custa muito caro para elas e há outros problemas: num chão de fábrica, por exemplo, uma mulher vítima

de violência, com menor capacidade de se concentrar, coloca em risco a própria vida e as dos colegas”, diz Conceição.

“A conscientização das empresas é mais recente, pelo movimento e pela publicidade de dados ao assunto nos últimos dez, 15 anos, o que vem quebrando o tabu. As empresas estão entendendo muito mais essa questão do que antes, quando tudo era ‘camuflado’”, concorda Rejane Bressan, presidente do Instituto Cidade Júnior, de Curitiba, entidade que desenvolve o Projeto AME.

Rejane acredita que o maior índice de mulheres economicamente ativas vítimas de violência doméstica é resultado do número superior de notificações feitas por essa população: “As mulheres que trabalham têm mais informação e autonomia, por isso fazem a denúncia. A mulher economicamente vulnerável não consegue tão facilmente, tem medo, ‘n’ fatores atrapalham, só ir à delegacia já é uma dificuldade.”

## **CONTINUA**



07 MAR 2020

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A Amêndoas do Brasil, empresa exportadora de castanha de caju de Fortaleza, mantém desde 2009 um conjunto de ações de orientação contra a violência doméstica. Segundo Sandra Oliveira, gerente de RH, são realizadas sistematicamente palestras e campanhas de conscientização — concentradas em períodos como o da semana do Dia Internacional da Mulher, mas realizadas ao longo de todo o ano. Todas as ações são direcionadas também aos homens que trabalham na empresa — alguns eventos são abertos à comunidade externa.

O enfrentamento à violência doméstica perpassa também as atividades educacionais da Amêndoas do Brasil, que tem uma escola própria para que funcionários concluem o ensino médio, paga metade da mensalidade para quem faz curso superior e mantém programas de coaching e mentoria para formação de lideranças. “Há anos não temos nenhuma queixa de funcionárias de que foram vítimas de violência doméstica. Muitas nos dizem que saíram de relacionamentos abusivos após a orientação dada pela empresa”, comemora Sandra.

Entre as propostas que tramitam no Congresso Nacional para facilitar a reinserção das mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho, uma sugere reservar vagas no quadro de funcionários de empresas terceirizadas; outra estabelece acesso prioritário a ações de orientação, recolocação e qualificação profissional implementadas pelo poder público; e há um projeto para conceder incentivos fiscais a empresas que contratem mulheres que sofreram agressão.

“As mulheres vítimas de violência estão quebrando o ciclo do silêncio e voltando ao mercado de trabalho, o que pode ressignificar as vidas delas. Por isso, sempre que é pensada uma política pública para enfrentar a violência contra a mulher, a capacitação profissional e a oportunidade de trabalhar têm que ser consideradas”, aponta Conceição de Andrade, do IMP. ●

07 MAR 2020

# GAZETA DO POVO

## Mulheres estão cansadas, e quem paga é a saúde mental



Apesar do consenso de que a “Mulher-maravilha” é um mito, ainda tendemos a achar que a perfeição está ao alcance e, acima disso, que precisamos atingi-la

Amanda Milléo

■ O meme é popular: a pessoa só quer ser uma boa mãe, filha, esposa e amiga, ter destaque no trabalho ao mesmo tempo em que dá conta das tarefas de casa, fazer exercício todos os dias, manter uma alimentação impecável e tirar fotos de #gratidão em locais paradisíacos para serem curtidas nas redes sociais. É pedir demais? Sim, amadah.

Mas por que ainda exigimos isso de nós mesmas? Pressões sociais sempre existem, e sempre existirão, mas há um momento em que descobrimos que podemos dizer “não” a elas, e isso perpassa conhecermos melhor quem somos e o que queremos.

O resultado é a melhora na saúde mental. Dos casos de depressão e ansiedade no mundo, as mulheres são as que mais sofrem. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmam isso. Entre os homens, 1,24% têm depressão, conforme números de 2017. Entre elas, 2,27% — um total de 26,3 milhões de mulheres no mundo. Com relação à ansiedade, 0,75% dos homens vivenciam a doença. Para as mulheres, o trans-

torno é visto em 1,46% delas.

O risco de desenvolver doenças crônicas, especialmente as dores, também é maior entre elas. Para cada homem com fibromialgia, há 5,6 mulheres com a condição, de acordo com dados de um estudo publicado em 2018 na revista “*Brazilian Journal of Pain*”. Essas condições são influenciadas muito frequentemente pela sobrecarga e o estresse.

“Mesmo com todos os movimentos para ter uma sociedade mais equitativa, ainda há uma sobrecarga dos papéis. E se trata de uma sobrecarga importante. Tanto que pesquisas apontam que o estresse feminino precisaria ser mais bem estudado”, explica Cláudia Menegatti, psicóloga e professora de Psicologia da Saúde da PUCPR.

Felizmente, as mulheres têm, em geral, mais facilidade em buscar ajuda profissional, inclusive para a saúde mental — e isso é percebido pelos especialistas.

Como explica Sarah Rückl, médica psiquiatra, doutora em Psiquiatria pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mulheres tendem a falar, com

mais tranquilidade, sobre os próprios problemas com outras pessoas, além de terem maior confiança nos serviços de saúde. Isso faz diferença.

### Você se conhece?

As mulheres costumam se colocar em segundo plano ao passarem o tempo em função dos filhos, cônjuge e trabalho, sem investir tempo para si, diz a psiquiatra Sarah Rückl. “Ela não usufrui o tempo fazendo o que gosta, na sua individualidade de mulher”, fala.

Quem não se conhece acaba se cobrando demais e, pior, cobrando quem está por perto. E se há uma característica em comum entre as mulheres na atualidade é essa: estamos cansadas de seremos julgadas, tanto por nós mesmas quanto por terceiros.

“Eu não consigo perceber o outro se eu não me perceber e, muitas vezes, eu exijo do outro o que eu exijo de mim. Quando sou menos exigente comigo mesma, e digo que está tudo bem não dar conta de tudo, eu consigo ser mais empática com o outro”, diz Cláudia.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

A maternidade, inclusive, é um dos momentos em que

as mulheres menos pedem ajuda com relação aos próprios sentimentos, segundo a psicóloga. “Os sentimentos de cansaço e de não dar conta das demandas como mãe, fazem com que as mulheres temam o julgamento do outro. E aquela que não pede ajuda, também não consegue ajudar outra mãe na mesma situação”, diz.

Ao tentar evitar o sofrimento, ele pode aumentar com o passar do tempo. E o impacto na autoestima se traduz, novamente, em estatísticas de depressão e ansiedade.

“Só quem olha para seus sentimentos e pede ajuda pode ser acolhida. Em casos de depressão pós-parto, pedir ajuda e falar sobre isso libera caminho até mesmo para desenvolver o afeto entre mãe e filho”, diz Claudia.

O mesmo vale para a área profissional: estudos mostram que a sensação de bem-estar subjetivo é menor entre mulheres no ambiente de trabalho.

“As mulheres se sentem pior que os homens quando avaliam o bem-estar relacionado ao trabalho. E isso acontece mais normalmente em países onde existe uma falta de igualdade entre os gêneros, onde as mulheres ganham menos e são tratadas de forma diferente. Países com um perfil mais machista”, afirma. ●

“A mudança se faz quando a gente percebe o que a gente diz. Se eu consigo pensar em como estava errada em julgar outra mulher pela sua roupa, comportamento ou imperfeição, já trilhei um caminho enorme. Se eu condeno a mulher pela sua aparência, eu não consigo imaginar o tamanho do esforço que ela fez para chegar ao trabalho, os leões que ela matou aquele dia para estar ali.”

Claudia Lucia Menegatti, psicóloga.

## TRÊS MINUTOS

A maioria das mulheres só percebe o cansaço quando chega ao esgotamento físico e mental. Parar três minutos por dia é o suficiente para se indagar: como estou agora? É nesse momento que a mulher percebe que o sapato está desconfortável, ou que não foi ao banheiro em todo o período de trabalho ou, ainda, que não tomou água suficiente.

## DICA NÃO

A habilidade de dizer ‘não’ é algo complicado para as mulheres, mas é fator de proteção para o estresse no dia a dia. Conhecer-se a si mesma permite dizer, sem ofender, que o seu limite já foi alcançado e que uma demanda ou tarefa não poderá ser feita.

## 50 ANOS

Mulheres de meia idade, em geral, não se dão o direito de estarem cansadas. Isso porque estão em uma fase da vida em que os filhos ainda exigem certos cuidados, assim como seus pais. Passando pelas mudanças fisiológicas da menopausa, ainda precisam manter a vida produtiva no trabalho.

## ATENÇÃO PLENA

### Enfrente o estresse com estratégia

Colocar vulnerabilidades na mesa e encará-las é o primeiro passo. Veja outras estratégias de enfrentamento segundo as especialistas:

- Técnicas para relaxar, como meditação e mindfulness;
- Alimentação adequada e exercícios como rotina;
- Aprender a pedir ajuda;
- Observar sinais de cansaço;
- Dar-se o direito de estar cansada;
- Manter laços de amizade;
- Perceber traços disfuncionais de comportamento, como o perfeccionismo;
- Manter relacionamentos satisfatórios em família;
- Ter atividades de lazer;
- Aprender a dizer ‘não’.

# GAZETA DO POVO 07 MAR 2020

## JOSÉ CARLOS FERNANDES

### Iyagunã, mulher negra, a grande mãe

**Q**uando menina, no Norte do Paraná, a mineira de Guaxupé — Dalzira Maria Aparecida — vivia debaixo do olhar severo do pai, seu José Persiliano dos Santos, um devoto Congregado Mariano. Para júbilo da família de meeiros negros e empobrecidos, a gurua era Filha de Maria, uma irmandade laica da Igreja Católica, prestígio da era pré-Vaticano II. Dalzira dava passos largos na hierarquia, distinção comprovada nas cores das fitas e medalhas que carregava — das verdes às azuis —, curvando seu pescoço a cada nova consagração. Caso fizesse o estatuto da ordem, contudo, podia vê-las confiscadas. Quando acontecia, vivava um disse-me-disse em Centenário do Sul, a cidade para para onde os Santos migraram. Os motivos podiam ser a desonra da moça ou seu mau comportamento — conceito no qual cabia tudo. Para tristeza de Persiliano, Dalzira gostava de dançar. Rastapés de terreiro de roça, é verdade, mas ainda assim, um perigo explícito a seu único bem — as fitas.

Por sorte, ninguém a puniu. As fitas não foram pilhadas, nem a gurua ficou mal falada na praça da matriz. Mas a paixão pela dança acabou por revelar, no futuro, que o lugar de Dalzira não era no severo catolicismo no qual foi talhada. Tinha perto de 40 anos de idade quando a curiosidade — e a necessidade — a levaram a um terreiro de candomblé, já em Curitiba. Estava nas raias do desespero. Dada a noites de insônia, enfrentou a pior de todas as crises — e quem já as teve, sabe que é uma visita ao inferno, seguida de um abraço no diabo. “Foram 17 dias e 17 noites”, repete, como uma personagem de Gabriel García Márquez.

Para se curar, a insone Dalzira tomou muitos banhos receitados pelo pai de santo Paulo Roberto Michelize, um negro-ucraniano, um médico antropólogo.

Desconfiou de todos os receituários. Mas se enganou redondamente. De uma cajadada só, aceitou a vidência, que vinha desde a infância; descobriu ser filha de Ogum e, o melhor, voltou a dormir. Paralelo, fez as pazes com os atabaques e os remelexos, bem melhores, aliás, que os baixinhos rurais. E se safou do preconceito contra o candomblé, que lhe dava nós na orelha. No final de tudo, fez um buri — uma oferenda aos orixás. Nascia Iyagunã, a Iá, uma mulher mística talhada para a maternidade.

Dalzira nunca se casou, mas criou sete filhos, que foram chegando ao sabor do vento. Ganharam canelas compridas e barras em meio às cerimônias no Ile Aseo Juboogun [“Casa da força dos olhos de Ogum”], terreiro que mantém “faz uma data” no Bairro Alto, na Região Norte da capital paranaense. O lugar é pequeno e modesto, um fundo de quintal. Iá não chega a ter 20 filhos de santo iniciados e, de uns tempos para cá, tende cada vez mais a se recolher no templo que ergueu ao lado de uma cozinha. É todo pintado de azul celeste. Tem milhares de fitas brancas penduradas no forro. Quando não há gira, a espevitada cachorra Pandora corre pelo local. Mais do que nunca, o terreiro é o exílio de Dalzira, a mística. Ela quer transcender. “A velhice me chama”. Só que a vida não lhe dá sossego. Está sempre a chamando para militar.

Iá é não só uma líder religiosa, cuja admiração ultrapassa as particularidades das confissões e das correntes teológicas. É uma personalidade do movimento negro. Antes de abrir mão das honras de uma Filha de Maria se render à dança do candomblé, abraçou um sem número de brigas para combater o racismo.

**CONTINUA**

É o único assunto que rouba o mel da voz e acentua seus traços — que desmentem seus 78 anos. “Eu me esforço para não ser amarga. Neste quesito, nem sempre consigo”, reconhece, ao trançar os episódios de discriminação que presenciou.

Ainda se emociona ao falar da morte de uma irmã, em complicação de uma diabetes, mas trata-a com vermífugos por um médico que lhe sonegou o direito a exames. “Para ele, doença de preto era fome ou lombriga”, resume. “O racismo, quando vem, coloca você num paredão. Não existe negro no Brasil que nunca tenha sofrido racismo. Ou você se descobre e se assume, ou você aniquila. Nunca aniquilei diante dessa fera.”

A autoridade moral de Iyagunã é tamanha que, neste fim de semana, os cinco casais LGBTs que se casaram numa cerimônia coletiva, organizada pela ONG Mães Pela Diversidade, a escolheram para ser a celebrante. Foi unânime. “Disseram que Iá era a única que os representava”, conta a historiadora e ativista Marise Félix, coordenadora do “Mães” no Paraná. Não foi o primeiro casamento celebrado pela religiosa, mas com certeza, o mais cativante. “Num terreiro de candomblé ninguém é homem ou mulher. A gente não tem essa separação — deve ser a única religião assim. Prezamos as pessoas. Os gays não são sobrenaturais, nem têm aqui estigmas de serem diferentes. São um irmão, um primo, alguém próximo”, exemplifica, com ciência, a maior de suas virtudes.

A menina Dalzira cumpriu o destino das mulheres de sua geração. Cedo foi apartada da escola — como dizia o pai, estudo é para os homens, os provedores da casa. Aos 13 anos, debaixo de muita insistência, conseguiu que seu Persiliano lhe ensinasse as primeiras letras. “Foi à luz de lamparina”, lembra. Tempos depois, concluiu um curso de corte e costura, seu passaporte para firmar endereço na capital paranaense. Quando chegou, perdeu a conta das ofertas que recebeu para trabalhar como doméstica. Havia quem a parasse na esquina e, mesmo sem conhecê-la, dissesse. “Minha filha adoraria ter uma moça como você trabalhando na casa dela”. Recebia o convite com perplexidade: “Nem me conheciam, mas me queriam como empregada”. Recusou e permaneceu a bordo das tesouras, moldes, zíperes e barras de calça. Fez-se operária de malharias. A distinção profissional foi meio caminho andado: “Em Curitiba, a gente sempre era o outro”, alfineta.

Os empregos em firmas exigiam que Dalzira tivesse mais e mais conhecimentos. Já passada dos 30 anos, decidiu ocupar uma carteira do Colégio Estadual Tiradentes — ao lado do Passeio Público. Em pouco mais de dois anos, cursou o EJA — Educação de Jovens e Adultos. Para surpresa geral, inventou de ir mais longe. Graduiu-se em Relações Internacionais na hoje UniCuritiba. Tinha 68 anos. Fez um festão. Provocada pela amiga Socorro Araújo — dona da livraria feminista Vertov — ingressou no

mestrado de Tecnologia e Trabalho da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, concluindo sua dissertação em 2013. Sem dar mole, com mais de 70 anos se classificou na seleção de doutorado em Educação na UFPR e está na fase de pesquisa para a tese. Dalzira estuda as motivações de professora negras do ensino público — as ligadas a religiões de matriz africana e as de igrejas neopentecostais. “Senti a necessidade de tratar do tema nesse momento de menino veste azul e menina veste rosa”.

Seu orientador é o professor Paulo Vinícius Baptista, referência na diversidade.

A quem Dalzira deve o que é? Ela cita os pais, como esperado. Lamenta tudo o que a mãe não pôde desfrutar. Dona Maria de Jesus foi lavadeira e doméstica. Pediu aos filhos que estudassem e que erguessem a cabeça. Em certo sentido, Iyagunã vive por Mariua de Jesus. Mas a “grande mãe”, seu sentido de ialorixá, não esconde que pulou fogueiras inspirada numa outra mulher negra, Winnie Mandela (1936-2018). Tenho para mim que alguma escola deveria convidar Iá para falar de Winnie para crianças e jovens. Seria a transmissão de uma herança ancestral, como se todos estivessem em volta da fogueira. Nos mais de 20 anos em que Winnie lutou pelo fim do apartheid na África do Sul, enquanto seu marido Nelson Mandela estava preso, Dalzira a acompanhava pelo noticiário, no melhor do estilo tiete militante. Havia uma conexão Bairro Alto-Soweto. Outras mulheres negras devem ter feito o mesmo, de modo que, tudo indica, o efeito Winnie ainda não foi estudado o bastante.

Em tempo, Dalzira não esconde que o objeto de seus desejos são os países africanos de língua portuguesa — sonha com Moçambique, Cabo Verde e Angola, com as Guiné e São Tomé. Se pudesse, iria visitá-los todos, mesmo estando próxima dos 80 anos. “Quero somar com eles. Mesmo sem saber se precisam da minha soma”. Eis a Iá. ●

07 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Dia da Mulher, muito além de flores e bombons

No fim de semana da celebração do Dia Internacional da Mulher (8), a FOLHA traz histórias de líderes comunitárias que transformam a vida de outras mulheres e de profissionais que passaram ou ainda estão na redação do jornal

## LÍDERES COMUNITÁRIAS

# TRANSFOR MAM

## a vida de outras mulheres

LAÍS TAINE | REPORTAGEM LOCAL

Elas ouvem, apoiam, compreendem, agem, lideram, lutam, transformam. A FOLHA ouviu três mulheres que agem em prol do bem da comunidade e mudam a realidade de outras famílias por meio do apoio e da independência feminina. Conheça três histórias de quem faz por outras e, por consequência, por todas.

CONTINUA

## MODOS ARTESANAL DE TRANSFORMAÇÃO

Afortunado é quem pode aprender com o outro. Maria José de Teixeira Lopes teve uma vida escassa de recursos e abastada de consciência. Dos conhecimentos que traz dos antepassados, o artesanato e a vivência em comunidade talvez sejam os mais presentes no gênio da mulher de 69 anos. Foi unindo esses dois talentos que ela mudou a vida de famílias ao reivindicar e promover mais independência às mulheres do Patrimônio Selva (zona sul), onde vive há 31 anos.

Lá, o caminhão de leite chega cedo, às 5h. A artesã acorda 10 minutos antes para recebê-lo. A casa dela é o ponto de entrega de um programa estadual que distribui leite para famílias carentes e que, por duas vezes na semana, ela recolhe para que as mães busquem no tempo disponível. “Cada uma vem um horário, algumas trabalham e só vêm no final da tarde”, comenta.

O espírito comunitário se manifesta em outras ações. Maria José ensinou artesanato a várias mulheres da região, também atuou com a Pastoral da Criança, liderou Associação dos Moradores do Patrimônio Selva e mostrou que viver em comunidade faz toda diferença.

“Nós criamos a associação aqui em 1996 para ajudar a comunidade, porque não se tinha acesso à saúde aqui. Fizemos os trabalhos com a prefeitura, conseguimos asfalto e algumas melhorias, como a implantação do ônibus.” Para ela, uma das principais conquistas. “Ver ônibus passando aqui na frente da minha casa é a maior reliquia. O dia que eu vi um novo, até tirei foto”, ri.

O ponto de ônibus fica mesmo bem na frente do quintal, que não tem portão, mas tem um flamboyant grande para fazer sombra. Dali ela observou as mudanças na região. “As mães vão cedo trabalhar, elas não dependem mais do

marido na lavoura. Elas podem sair sozinhas e hoje eu vejo que as famílias não são mais tão necessitadas de cesta básica”, avalia.

Foi nesse mesmo grupo que Maria José atuou para fazer diferença nas famílias, ensinando o que trouxe da própria vivência ao fabricar utensílios da casa na madeira ou barro e brincar com bonecas de sabugo. “Nunca tivemos aquela riqueza, mas era tudo com capricho, sabe?” O que influenciou na atividade mais tarde. “Hoje sou artesã que trabalha fibra de bananeira e palha do milho. Aprendi por necessidade”, reforça.

Após ser demitida de um emprego, entrou em depressão e encontrou no grupo de mulheres do Jardim Franciscato (sul) a sua recuperação. Viu no artesanato uma das principais ferramentas de mudança. Inclusive na dela. “Não é só por geração de renda, mas ocupação da mente. Trabalhar em conjunto para melhorar a situação, isso vem do convívio com as pessoas”, afirma. Desses encontros, conheceu outras realidades e necessidades e passou a atuar em trabalhos sociais.

Hoje, o grupo de mulheres que coordena recebe diversos cursos realizados em barracão emprestado pela igreja, o intuito vai além de ensinar uma habilidade. “Eu acho que todas nós, mulheres, temos como ajudar outra mulher. De que maneira? Com uma palavra amiga”, destaca a necessidade de apoio.

Maria José tem jeito simples e conselhos bons. Compartilha conhecimento que não se aprende nos livros. “Viver em comunidade, as pessoas terem a gente como espelho, isso vem dos meus pais. Leitura é bom, faculdade é bom, mas o aprendizado vem da vida”, afirma.

Na simplicidade daquela troca, o galo canta sem atrapalhar a conversa e ela agradece por ter pouco e ter tudo. Ostenta viver

entre a natureza e sugere receitas naturais: “Se comer 21 folhas por dia de ora-pro-nóbis nunca para de ficar alegre”, ri.

Mais tarde, busca uma muda para que o teste seja aprovado. Questionada se ela tinha seguido a recomendação, responde: “Eu não sou de comer, eu sou alegre pela vida”. Revelando a luta pelas mulheres e, em consequência, pelas famílias, manuseia a palha de milho com a habilidade de quem sabe que tem nas mãos o poder de transformação. O diálogo termina na forma de uma flor.

## ‘QUANDO ACOLHO A DOR DO OUTRO, A MINHA NÃO DÓI’

Santa Rita de Cássia casou-se com um marido bruto e infiel, ela o transformou em um homem bom, mesmo assim, ele morreu assassinado por inimigos do passado. Os filhos juraram vingar a morte do pai, mas a santa novamente interveio, fazendo com que perdoassem o assassino. Mais tarde, ela foi viver no mosteiro para trabalhar por outras pessoas.

Rita de Cássia Lemos, 37, do Residencial Vista Bela (zona norte), perdoou o pai no leito de morte pela falta de afeto aos filhos, perdeu um irmão o outro ficou paraplégico em disputa pelo tráfico, casou-se duas vezes, duas lutas diferentes. Depois, passou a atuar por outras mulheres com histórias semelhantes ao fundar a Amvibe (Associação de Mulheres do Vista Bela).

Apesar dos nomes iguais e vida conturbada, Ritinha, como é conhecida, conta a própria vida com autocrítica ao apontar os próprios erros. “Foi uma fase da adolescência onde eu e dois irmãos conhecemos as drogas e a rua no formato que ela é, sem máscaras.

**CONTINUA**

Nos envolvemos com o tráfico”, menciona. Isso foi depois de a mãe, com cinco filhos, ter sido abandonada pelo pai em São Paulo e foi viver de favor na casa da irmã até encontrar moradia em barraco no João Turquinho (zona oeste).

Foram dias ruins, sem energia elétrica, cozinhando à lenha, viver na rua parecia mais interessante. Experimentou várias drogas, conviveu com o crime de perto. Parte da mudança veio pela arte de rua. “Um dia, voltando para casa muito louca, escutei um rap na casa do vizinho. Eu lembrei de tudo que eu tinha vivido até ali e fiz um propósito que não usaria mais.”

“Tão jovem, sem esperança de vida, tão novo e já suicida”, diz parte da letra “Depoimento de um Viciado”, de Realidade Cruel. “Um dia frio, um bom lugar para ler um livro”, o rap repete a letra de Djavan que Ritinha cantou com dor.

O pai reapareceu e sumiu. A mãe casou-se de novo com um homem que a filha julga ter ajudado a colocar a família no eixo. Rita foi trabalhar, largou o vício e o tráfico, começou a namorar e engravidou aos 15.

Teve dois filhos com o primeiro marido, três com o segundo com quem vive há 12 anos. Ele, dependente químico, está internado e quer se curar. “Foi um aprendizado sobre a incapacidade do ser humano, porque ele quer largar e não consegue, a gente via isso e acolhia”, menciona.

Ela se considera romântica, cria os cinco filhos com dificuldade e amor. Depois de tanto ir e vir, ficar na rua, viver em barracos, sofrer e lutar, a recordação de quando recebeu a chave da casa no Vista Bela, há oito anos, é forte. “A primeira semana que a gente se mudou nessa casa... Foi como se a gente tivesse sonhado...”, sorri e se emociona. “Era

criança para todo lado, não tinha muro, cachorro entrando, era engraçado e caótico”, ri enquanto enxuga as lágrimas.

E encontrou histórias semelhantes. “A gente começou a se misturar, porque era gente da cidade inteira e todo mundo que vinha para cá tinha um sofrimento. Desgraça era critério para conseguir a casa”, brinca. Sem escolas, creches, ônibus, passou a unir outras mulheres que compartilhavam a mesma situação: sozinhas, com filhos, com perdas e sofrimentos. “A gente começou a se ajudar para conquistar algumas coisas. Como o leite das crianças”, orgulha-se da conquista.

A Amvibe nasceu dessa força por melhorias que as mulheres necessitavam. “Porque a maioria das casas são encabeçadas por mulheres. Tirar esse peso, fortalece as mulheres e fortalece o Vista Bela”, afirma. Se apoiando, conquistaram muito e unem-se nesse coletivo para realizar festas para o Dia das Crianças, Dia das Mulheres e Dia das Mães no bairro.

Pelo rap, movimento que ela não largou há 20 anos, pelos grafites que colorem o bairro, continua sonhando para que as mães não se sintam sozinhas. “Quando acolho a dor do outro, a minha não dói”, comenta.

Das reuniões, saem apoio de quem sofre sozinha e luta junto. “Eu quero trazer balé para cá, porque era o sonho da minha filha. Quero trazer música e esporte, porque meu filho não pode sonhar em ser um jogador de futebol. Quero tratamento emocional para as mulheres pelas histórias que elas passam. O que eu busco para meus filhos e para mim, estou buscando para muitas outras daqui”, fala em espécie de oração.

Ritinha desenvolveu síndrome do pânico e a Amvibe está com algumas ações paralisadas.

### COM AMIGOS SEVAI LONGE

Cultivar bons amigos é uma premissa que Antônia Francisca de Araújo, 64, carrega. Com eles, une forças, aprendeu o trabalho social em um bairro, se tornou líder comunitária de outro. Há 30 anos, ostenta o título de madrinha do Pelotão de Choque de Londrina, com quem tem bom relacionamento, e atua como presidente do Conseg Sul (Conselho Comunitário e Segurança da Região Sul). Defensora da independência feminina, considera uma das principais conquistas seu trabalho na orientação e proteção de mulheres vítimas de violência da sua região.

“Eu bati na porta e perguntei: ‘o que está acontecendo aí?’. O marido dela saiu: ‘Aqui não está acontecendo nada, vizinho não tem que se meter’. Um outro vizinho entrou e a viu espancada no chão.” Antônia contou essa história mostrando que a violência, às



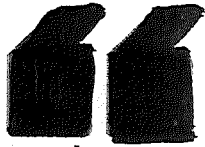
**Quero tratamento  
emocional  
para as mulheres”**

vezes, mora ao lado. Há 25 anos, atua na orientação de mulheres vítimas de violência, no Conjunto São Lourenço (zona sul), onde vive. No entanto, o trabalho se estende a outros pontos da cidade, tornando-se abraço àquelas que não sabem a quem recorrer.

**CONTINUA**



Trabalho que começou muito antes, aos 21 anos, quando veio sozinha de São Paulo após desentendimentos com o pai. Morou com o tio, trabalhou em uma mercearia e conseguiu alugar uma casa para que a mãe viesse para a cidade. “Nessa época, eu ti-



**Todas nós,  
mulheres, temos  
como ajudar  
outra mulher”**

nha que fazê-la se valorizar, minha mãe era muito ‘trabalhadreira’”, aponta.

Foi assim até ela ficar doente e falecer aos 75 anos, o que ainda dói. “Minha mãe foi um exemplo de mulher de luta. Nós somos em quatro mulheres e nenhuma de nós conseguiu as coisas com facilidade. Sempre tivemos dificuldade, mas com luta ela nos ensinou bom caminho”, conta com emoção.

Foi com essa educação que ela se reuniu em Associação de Mulheres Batalhadoras, do Jardim Franciscato (zona sul), quando ainda tinha 23 anos. Lá, aprendeu com as mais experientes no trabalho social, ajudou crianças e mães.

“Foi indo até que chegou no trabalho com as vítimas de violência, porque elas sofriam muito”, afirma. “A gente via muitas mulheres espancadas, o marido bebia e tinha essa situação. Eu trabalhava no mercado e não tinha tanto tempo, mas eu ia nas reuniões, ajudava fazendo campanha de arrecadação. Então, o que eu podia fazer para ajudar, eu fazia.”

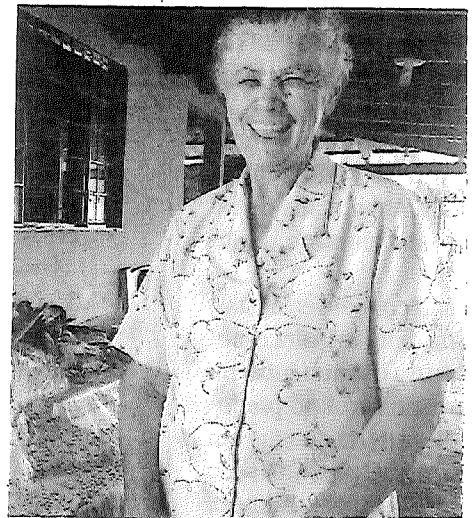
Para ela é inadmissível que uma mulher seja desvalorizada. “Não acho justo a mulher trabalhar o dia inteiro, chegar em casa, ter que lavar, passar, arrumar, fazer comida e chegar o homem para reclamar ou até espancar. Você quer ser valorizada e ainda chega alguém para te jogar para baixo!”, destaca. Antônia foi casada, mas sempre independente. Teve dois filhos e se divorciou do marido há 23 anos.

Tanto tempo atuando na zona sul, recorda da sua primeira manifestação como liderança comunitária no bairro no final dos anos 1980, quando faltava água nas casas e as mulheres tinham que subir com balde na cabeça para usar em casa. “Nos reunimos em oito mulheres e fomos na porta da Sanepar: ‘Daqui não vamos sair, vamos acampar, comer, tomar banho aqui até resolverem nosso problema’”, repete com orgulho a ordem que levou à primeira conquista.

Ela também conta sobre a primeira mulher que resgatou da violência ao perguntar a um garotinho que todos os dias ficava na porta do mercado que trabalhava. Antônia tem o dom de se preocupar com o próximo e faz amizade com facilidade. Com esse talento, as mulheres se sentem à vontade para confidenciar seus traumas mais profundos. “Agora não vou dizer que nessa história você não perde. Quando você consegue mudar a vida

de uma mulher, você vê o ganho, mas também tem a perda quando luta por uma pessoa e nem sempre ela aceita ajuda”, lamenta.

Apesar disso, não desiste. Promove festas para as crianças reunindo as pontas da amizade. No último Natal, um soldado se vestiu de Papai Noel e entregou presentes para as crianças, trabalho de união entre amigos. “Isso me gratifica muito, eu gosto de fazer isso... Faço por amor mesmo”, se emociona. “Essas mulheres têm vida sofrida, não têm conhecimento. Você vê a mudança da comunidade e o conhecimento delas também, porque elas com dúvida, vêm me procurar”, revela.



*Maria José de Teixeira Lopes*



*Antônia Francisca de Araújo*

**CONTINUA**

# 07 MAR 2020

# Elas vieram, viram e vencerão



O noticiário alerta diariamente que o mundo ainda está longe de ser um lugar seguro e justo para as mulheres. As agressões em todos os seus níveis e as diferenças sociais em várias condições apontam que a igualdade de gêneros é contínua, sendo apenas uma meta a ser alcançada. Ao longo da história, não são poucos os episódios em que atos e conquistas femininas viram capítulos de livros por mudarem as regras naquele momento. Em longínquos tempos, leis foram alteradas para que coroassem rainhas, juntas elas defenderam o direito ao voto, sutiãs foram queimados como símbolo da luta pela liberdade e foram precisas leis específicas para enquadrar a violência dentro das casas.

Sob o olhar de um homem, não deveria ser difícil imaginar que cada mulher é protagonista de um longo enredo em que precisa provar mais de uma vez sua capacidade e ter persistência para ganhar o próprio espaço. Mais uma vez, o passado nos oferece exemplos. Se em períodos de guerra elas são as primeiras vítimas das barbáries, o sexismo é esquecido quando operárias são recrutadas para as fábricas e as linhas de frente. Sem o panorama bélico, olhamos em nosso seio familiar e temos um mar de exemplos. São avós, mães, irmãs, mulheres, amigas e colegas que fazem com que nós, homens, tenhamos nossos olhares cheios de orgulho e reflitamos sobre como nos comportamos.

Nós, da imprensa, temos um papel importante na defesa dos direitos civis, no compartilhamento de fatos que ajudem a garantir a igualdade de gênero e de promover a reflexão. Se antes as redações eram dominadas por homens, hoje nos misturamos com naturalidade, com coleguismo e respeito. As jornalistas ocupam papel fundamental nesta função e na FOLHA não é diferente. Não só pelas biografias das profissionais, como por narrarem histórias de outras vidas - ou ilustrem, como o caso da arte desta página, feito pela designer Patrícia Sagae. O Dia Internacional da Mulher é oportunidade para se pensar no que falta ser feito, mas também de celebrar o que foi conquistado.

## CONTINUA

## A PIONEIRA, CHRISTIANI HELENA MORAES

### CONTINUAÇÃO

Estes relatos apresentados nesta página rememoram a trajetória da primeira mulher a trabalhar no jornal, há 50 anos, mostra os desafios de quem está na linha de frente, fala do sentimento de quem retrata os mundos e, finalmente, propõe uma reflexão sobre o futuro a partir de uma jovem profissional. Como olhos da sociedade, nós da imprensa podemos, sim, ser exemplo de como mulheres e homens, lado a lado, formam o único caminho de uma sociedade justa e equilibrada. A partir das nossas jornalistas, a realidade narrada oferece perspectivas próprias. Por suas vozes, olhares e textos, nós, homens, só podemos dizer obrigado. (Pedro Moraes)

“Querer é poder, é insistir, é realizar. Nada me demove quando eu quero – e tenho vencido”. Cresci ouvindo meu saudoso pai repetir esta frase. Logo, nunca desisti de fazer algo, antes de tentar. Foi assim – com a cara e a coragem – que me insinuei para trabalhar na Folha de Londrina, em 1969, aos 19 anos. Comecei ajudando no laboratório fotográfico, recebendo as radiofotos, a grande novidade dos jornais impressos, à época. Em pouco tempo passei a frequentar a redação, um reduto exclusivamente masculino. Com o beneplácito do chefe de reportagem, Leonardo Santos, e do chefe de redação, Walmor Macarini, venci a resistência e conquistei a simpatia dos 36 “rapazes” que ali trabalhavam. Liberei para falar os palavrões que volta e meia escapavam. Nada mais cabeludo do que um “vá à merda” ou “PQP”. Vejam só!

Me juntei à equipe dos repórteres locais formada por um grupo de jovens também recém-chegados: o Dinho – Domingos Pellegrini Jr –, o Carlos Eduardo Lourenço Jorge; o Luiz Cláudio Cunha, o JJ. Pulls e o Ricardo Sampaio. Quase todos oriundos do “Curso Livre de Jornalismo” promovido pelo baiano Edilson Leal. Eles, de bate pronto, foram contratados com carteira assinada. Já eu, precisei trabalhar três meses de graça porque precisava provar competência. Ao final, na entrevista com o patrão, o João Milanez, ouvi: “Olha aqui mocinha, o Léo me disse que você quer ser jornalista. Passa lá no Departamento Pessoal e diz que mandei te contratar, mas prometa que vai se comportar”. Concordei com um aceno de cabeça e foi assim que me tornei jor-

nalista, há exatos 50 anos.

Muita força de vontade, insistência e resistência fui – com muito orgulho – a primeira mulher da redação da Folha de Londrina, considerado o grande jornal do Paraná, que circulava diariamente nas maiores cidades do nosso estado, além de Florianópolis e São Paulo. Tempos depois, deixei a reportagem para escrever a coluna Ronda pela Cidade, espaço no qual o povo tinha voz e vez. Um agito antes de existirem os órgãos de defesa do consumidor. Naquela ocasião, fui convidada a participar de um programa de gincana da TV Coroados, o primeiro canal de televisão de uma cidade do interior, e causei grande surpresa: “Nossal Uma mulher é que escreve a Ronda?”, questionou o apresentador.

Também criei e editei o Caderno Feminino, suplemento semanal de quatro páginas, dedicado ao público feminino. Uma novidade nos jornais da época. Em fevereiro de 1973, então casada com Creso Luiz de Moraes, colega de redação, deixamos a FOLHA, para viver, estudar e trabalhar (inclusive num jornal bilíngue), nos Estados Unidos. Na nossa volta, terminei o curso de Direito – e tive a honra de ser a primeira advogada a conquistar um cargo na OAB Paraná, na Caixa dos Advogados. Em 1978, abrimos a Enfoque, a pioneira Assessoria de Imprensa do Paraná, e ainda criamos cinco filhos. Sou uma mulher realizada. Fui à luta. Quebrei tabus e preconceitos. Talvez tenha tido mais sorte que juízo, mas segui os conselhos de papai. Em agosto completo 70 anos. Estou pronta para outros desafios? Quicá.

### CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

**A VOZ DO FUTURO,  
NATÁLIA PEREZIN**

07 MAR 2020

“Eu ainda quero ser jornalista”. Essa frase parece ter sido dita por quem passou anos na profissão e viveu muitas experiências, mas foram as palavras que falei aos profissionais da FOLHA, no meu último dia de estágio, ao fim de um ano. Não me considero experiente, mas minha passagem por esse jornal foi cheia de aprendizados que vou levar por toda a minha vida. Ainda, porque presenciei e vivi transformações chegando ao jornalismo – algumas ruins e outras muitas animadoras. Ainda, porque fiz amizades com profissionais que tanto admirava. Ainda, porque o jornalismo é uma profissão apaixonante, mas, por muitas vezes, pesada, difícil, desafiadora. Repito, não sou uma jornalista experiente, mas o estágio me deu a certeza de que a profissão está no meu coração.

Não me lembro como imaginava que seria a redação, mas me surpreendi ao perceber que as mulheres ocupavam em pé de igualdade o comando das editorias. Tive a sorte de ser supervisionada por uma incrível e competente editora, a Célia Musilli. Ao meu lado, todas as tardes, duas repórteres me ensinaram mais detalhes preciosos da profissão e me fizeram evoluir. Sinto honra quando lembro que a maior parte do que aprendi foi a partir das lições de mulheres. Tenho a consciência de que houve um longo caminho de conquistas até aqui, em que as portas da redação estão abertas a todas nós.

Se disser que nunca presenciei atos de machismo na prática da profissão ao longo dos últimos quatro anos da minha formação estarei mentindo. A opressão que sofremos está em mínimos detalhes e se infiltra em conversas sutis ou pequenas atividades. Aprendi a passar por cima, não apenas com colegas de profissão, mas graças às mulheres que já passaram por minha vida. Cada uma me mostrou um pouco. Cada uma compartilhou um pouco. Cada uma sofreu comigo um pouco. Isso nos une e nos fortalece. Esse pouco faz com que todas tenhamos algo em comum e é nisso que penso quando me faltam esperanças de um mundo seguro, livre e acessível: estamos unidas para combater o que nos aflige.

Desde o começo da graduação (ou até antes) escuto que o fim do jornalismo está próximo. Esse próximo ainda não chegou e acredito que nunca chegará. O que vejo, agora, é uma transformação. Estou muitíssimo ansiosa

pelo que virá, apesar de não imaginar o que acontecerá. A mudança está em curso, mas tenho uma certeza: a necessidade das pessoas em se informar jamais se esgotará. O contato humano, a conversa e o interesse sempre estarão aqui para nos confortar. Desejo continuando a me aventurar nesta tentadora profissão.

As minhas esperanças não têm o fim nelas mesmas. Enquanto viver, me sinto na responsabilidade de lutar cada dia mais – junto daquelas que estão comigo, assim como por todas que virão. Às jornalistas que vieram antes de mim: muitíssimo obrigada. Pela minha geração, posso garantir que continuaremos. Assim como o jornalismo: resistiremos.

**A BENDITA-FRUTA,  
OLGA LEIRIA**

Não sei como descrever a sensação de fotografar, ela realmente é mágica desde o seu nascimento. Quando você está esperando o instante exato para clicar e, ao disparar, sente na alma que fez “a foto”, o sentimento é único, insubstituível. Muitas matérias foram importantes para mim durante todo o período que trabalhei na FOLHA, ao longo de sete anos. Vi as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa, com a vinda do príncipe do Japão. Cobri a vinda do ex-presidente Lula para o município de Congonhinhas para implementar o programa Luz para Todos na região rural. Testemunhei o começo da invasão do Morro do Carrapato, onde conheci um senhor que se emocionou com a chance de realizar o sonho de ter o talão de luz no seu nome. Fiz ainda uma matéria sobre o plantio de soja em Paiquerê, onde boa parte da produção alimenta o mundo praticamente. Vivi o calor das manifestações quando o ex-presidente do Paraguai Fernando Lugo foi deposto e a Ponte da Amizade foi fechada.

Uma mulher repórter fotográfica não é um fato muito comum em uma redação de jornal diá-

rio. Talvez seja pela rotina do trabalho que não possui muito glamour e delicadeza, e nos expõe à chuva, fumaça de pneus queimados em protestos, deixa os pés molhados da água de esgoto da chuva, sem contar a privação por horas de pé e sem poder ir ao banheiro durante rebeliões. Sempre fui muito feliz com a profissão que escolhi, recebi alguns olhares machistas em pautas por ser a única mulher, o que tomava o meu desafio ainda maior: precisava mostrar que o meu trabalho tinha tanta qualidade quanto o deles.

O trabalho de um repórter fotográfico é documentar. Trabalhamos com registros, ajudamos a construir a história e, por isso, o valor da fotografia de um jornal é importantíssimo. Já o papel da mulher na fotografia é fundamental, isso porque temos muitas vezes a capacidade de compreender o que a nossa retratada está sentindo. Somos como ela. Ao ver um lindo trabalho de uma fotógrafa cumprimos o papel de inspiração. Podemos provocar que outras mulheres também busquem nesta profissão uma motivação e, desta forma, reproduzirem o nosso olhar sobre aquelas que estão sob o foco nas nossas lentes.

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

07 MAR 2020

### A CONSTÂNCIA E A EXPERIÊNCIA

ADRIANA DE CUNTO

Quando recebi a proposta de o jornal publicar uma matéria de relatos de mulheres jornalistas entendi que, no período em que vivemos hoje, era uma ótima chance de defender a profissão que abracei há 32 anos. E, principalmente, homenagear as repórteres, editoras, produtoras, fotógrafas, enfim, todas que exercem uma função na Comunicação.

Tenho o orgulho de ainda exercer o ofício em um jornal que, além de estar presente online, se mantém forte no impresso, a Folha de Londrina, onde comecei antes mesmo de me formar na UEL (Universidade Estadual de Londrina), no final da década de 1980. Tenho orgulho de que a minha paixão atraiu para a profissão a minha filha mais velha, Júlia.

Na **FOLHA**, como jornalista, desempenhei todas as atividades, com exceção da diagramação e da fotografia. Comecei como revisora, depois repórter, pauteira, redatora, editora, coordenadora de sucursal e, atualmente, chefe de Redação.

Em alguns períodos, paralelamente, trabalhei em outras instituições como assessora de imprensa e professora universitária. Estranho quando me perguntam se eu não me cansei de trabalhar 30 anos na mesma empresa. Quem disse que é a mesma empresa?

O jornalismo e a **FOLHA** mudaram tanto nesses anos. Parece que passei por vários lugares diferentes. É um privilégio vivenciar o que os avanços tecnológicos possibilitaram para a comunicação. Passei pelo jornalismo romântico. Usei máquina de escrever e as fotos eram de papel.

Assim como eu me surpreendia com todas aquelas

“ferramentas”, me encanto com as potencialidades que a tecnologia nos permite, hoje, no jornalismo. É tudo rápido e intenso. No século 21, a gente leva às últimas consequências aquela ideia de que até o final do dia um editor já construiu e desconstruiu várias vezes as suas páginas.

Mulher e jornalismo. Nunca achei difícil ser as duas coisas juntas. Embora Júlia e Maria Eduarda, minha caçula, tenham sentido a minha falta em vários momentos.

Quando comecei a trabalhar, havia várias mulheres repórteres e pouquíssimas em cargos de chefia. Felizmente, isso foi mudando e mulheres editoras desempenham com profissionalismo e competência suas funções. Antes de mim, outras duas mulheres exerceram com maestria a chefia de Redação, Teresa Urban e Fernanda Mazzini.

Acredito que apesar dos avanços, a mulher ainda é desvalorizada no mercado de trabalho de uma forma geral. No jornalismo, preocupo-me, hoje, o assédio escancarado e grosseiro que tenta desconstruir a profissão. O episódio da repórter da Folha de S. Paulo Patrícia Campos Mello é um exemplo. O que “dar um furo” significa para mulher não é a mesma coisa que significa para um homem?

São tempos difíceis para atuar como jornalista hoje. A desvalorização do trabalho por alguns setores da sociedade e a disseminação de notícias falsas aprofundam a crise moral pela qual passamos, mas é justamente por isso que o jornalismo é tão importante e urgente. É pelo exercício cotidiano da crítica e pela coragem de encarar a verdade que podemos abrir um caminho para a transformação.

# FOLHA DE LONDRINA

## EDITORIAL

07 MAR 2020

### Mulher, competência e consciência

O Brasil tem mulheres incríveis na sua história, de Chica da Silva a Anita Garibaldi; de Chiquinha Gonzaga a Tarsila do Amaral; de Bertha Lutz a Zilda Arns; de Carmem Miranda a Ana Cristina Cesar. Algumas são reconhecidas como celebridades, artistas, militantes, feministas ou poetas. Outras são menos conhecidas, mas têm uma história de superação, resistência e brilho como Enedina Marques Alves, paraense de Curitiba e primeira mulher negra do Brasil se formar em Engenharia Civil nos anos 1940. Ou Lindalva Campos, de Londrina, segunda mulher brasileira a pilotar um avião.

Muitas mulheres ainda estão entrincheiradas em atividades cotidianas essenciais, e permanecem quase anônimas como professoras, enfermeiras, médicas, agrônomas, floristas, artesãs, jornalistas, bombeiras, mecânicas, padeiras, químicas, arquitetas, agricultoras. Desde a revolução industrial, elas estão em toda parte - da fundição aos serviços de limpeza - e ainda formam um contingente sem o qual a casa não anda, a panela não ferve e o arroz desanda.

Quando se fala em luta feminista, alguns torcem o nariz. O preconceito ainda é maior que todo esse universo feminino que se rearranja para participar de lutas que não são pequenas, incluindo o dentro e o fora, a profissão e os filhos, com pouca ou nenhuma concessão de uma sociedade ainda moldada segundo o princípio da desigualdade dos sexos.

Em pleno século 21, as mulheres ainda recebem salários menores, sofrem assédio sexual, são motivo de zombaria quando se declaram feministas, este adjetivo tão perturbador que foi enfiado num rótulo usado como "ofensa" quando querem desdenhar das mulheres que desafiam costumes, subvertem hierarquias, lutam com garras e dentes, ferem com tacape imaginário o machismo que as mata com armas de fogo, numa triste relação de uma mulher morta a cada 7 horas por feminicídio, segundo as estatísticas nacionais.

A luta das Anitas, Berthas, Chiquinhas e Anas foi grande e ainda é.

Seria um desperdício de competência e talento se a baiana Maria Quitéria nunca tivesse ido à luta no século 18; se a cearense Maria Tomásia Figueira Lima não tivesse fundado uma sociedade feminista no século 19; se a paulista Tarsila do Amaral não tivesse feito a antropofagia da pintura no início do século 20.

Seria um desperdício de valor e coragem se as agricultoras nunca tivessem semeado feijão e arroz; se as parteiras nunca tivessem ajudado meninos, dados como mortos, a nascer; se as meninas nunca tivessem atravessado rios e brejos para estudarem em escolas rurais saindo de casa às 5 da manhã.

No Brasil, há sempre uma mulher fazendo pão e cortando cana; há sempre uma mulher ganhando prêmios e resolvendo equações; há sempre uma mulher dançando ou pesquisando estrelas. Um emaranhado de competências que não justifica diferenças, desigualdades, mortes pela força bruta. As brasileiras, hoje, sobrevivem aos ataques, respondem a ofensas, superam humilhações, combatem diferenças, constroem o País a cada manhã, reinaugurando a identidade feminina para o século 21.

Nesta edição da **FOLHA**, as mulheres são a nota dissonante de um mundo machista. Fomos encontrá-las nas comunidades, nos palcos, na imprensa e na vida construindo um País melhor que as tristes estatísticas de preconceito e violência.

Neste 8 de março, Feliz Dia da Mulher com competência e consciência!

# FOLHA DE LONDRINA

VILSON ANTONIO ROMERO

07 MAR 2020

## Trabalho e violência

Dos mais de 211 milhões de brasileiros vivos hoje em território nacional, segundo a projeção do IBGE, mais da metade são mulheres (cerca de 108 milhões).

Em um total de 147 milhões de eleitores registrados para o pleito de 2018 no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres eram também maioria, com mais de 77 milhões de eleitoras (52,50%).

Desse número, apenas 9.204 mulheres concorreram a um cargo eletivo, tendo sido eleitas 290, sendo 77 para a Câmara dos Deputados, 51% a mais que em 2014. Já nas assembleias legislativas, foram eleitas 161 representantes, 41,2% a mais que nas eleições anteriores, quando foram escolhidas 114 mulheres para deputada estadual. Ainda longe de ser representativo da força e presença das mulheres nas urnas.

Já no mercado de trabalho formal, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego), elas são cerca de 44% dos trabalhadores com carteira assinada, continuam ganhando 22% menos, em média, registrando uma taxa de desocupação maior que a masculina, conforme o Dieese.

Para a mulher que cuida da casa, dos filhos, dos pais e avós, trabalhando em um ou dois empregos, ou não, superando com analgésicos as dores de cabeça diárias, a enxaqueca e as cólicas mensais, a reflexão sobre seu papel não acontece somente no 8M, como as novas mídias estão grafando este 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Ela ocorre todo o dia, a todo instante, em casa, no ônibus, no barco, em veículos de aplicativo ou no metrô apertado, onde sofre e é atormentada pelo assédio diuturno, moral ou sexual.

Tem que se proteger também da violência doméstica e encontrar formas de não ser mais uma vítima da praga do feminicídio. Dados do Monitor da Violência revelam que os principais obstáculos ao empoderamento feminino e a efetiva igualdade entre homens e mulheres seguem sendo os atos violentos, como assassinatos, estupros e agressões físicas.

Em 2018, 1.206 mulheres foram mortas, vítimas do machismo. Apesar de, em 2019, os feminicídios terem se reduzido em 14%, não significa, necessariamente, a diminuição da violência doméstica e intrafamiliar. Meninas e mulheres são diariamente atingidas, dentro do próprio lar, por pessoas conhecidas e em circunstâncias ainda toleradas socialmente na cultura brasileira. Além da morte, o

horror do estupro não denunciado segue em escala geométrica. Em 2018, haviam sido, em território brasileiro, mais de 66 mil casos de violência sexual, quase 180 estupros por dia.

Mulher, apesar deste quadro de desalento, preocupação e desesperança, sobreviveste a mais um dia, chegando cansada, mas inteira em casa, para seguir cuidando e acalentando todos que precisam de você.

Feliz dia para você, mulher, que merece a vida e o mundo. Que diz que "não é não" e deve ser respeitada. Que pôs a humanidade no mundo e que ainda sofre no dia a dia com o menosprezo, com a desvalorização, mas que tem sempre disponível seu beijo, seu abraço e seu afago para os filhos, marido, namorado ou pessoas queridas. Sem você, não existiríamos!

Vilson Antonio Romero é jornalista, auditor fiscal aposentado, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa e coordenador de Estudos Socioeconômicos da Anfip (Brasília)

07 MAR 2020

# FOLHA DE LONDRINA

## LUIZ GERALDO MAZZA

### Mulher em balanço

Neste domingo (8) se consagrará o Dia Internacional da Mulher e isso na sequência de ocorrências funestas ligadas ao chamado feminicídio ao longo da semana com, o crime de Piraquara em que o suspeito é um delegado de polícia de matar a esposa e a enteada. A tipicidade do delito surpreende, já que a sua incidência de 2018 pra 2019 registrou um salto de 62 para 113 casos, e o Ministério Público, de 2015 para cá, formulou 929 denúncias e só neste ano 44 inquéritos foram instaurados.

Há muito o que fazer, por exemplo, para que haja sentido e utilidade nas medidas protetivas, assegurando a adoção sistemática de sanções contra os que burlam essas cautelas, já que o fazem até na reincidência. O crescimento em 30% da mulher no mercado de trabalho é um fato a celebrar, como também a circunstância de elas constituírem 35% do efetivo militar de oficiais e sargentos do Exército. É chocante que com todos esses ganhos, inclusive o dos postos de executiva nas empresas, tenhamos ainda esse paroxismo machista na criminalidade. Em especial é relevante o fato de que toda a gama da representação feminina seja lembrada nas homenagens como a do Parolin na passeata em que “as mulheres da favela exigem paz”.



# FOLHA DE LONDRINA

SUELI APARECIDA LOPES BRAGA

09 MAR 2020

**A cada duas horas uma mulher é morta no Brasil**

Parece-nos contraditório, no entanto, a despeito da marcha da história da humanidade, pois a cada duas horas uma mulher é morta no País, e pior, no Paraná, a cada 36 minutos uma mulher é morta.

Essa ironia contraditória se destaca, pois a maioria dessas mulheres que tiveram suas vidas roubadas precocemente, foram mortas pelas mãos de seus companheiros, namorados ou ex-maridos, ex-namorados. Essas mulheres foram exterminadas, muitas vezes sem nenhuma chance de defesa, por companheiros que diziam amá-las, que um dia lhes fizeram promessas de amor e respeito.

Os dados são alarmantes, pois de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), a taxa de feminicídios no Brasil é de 4,8 para cada 100 mil mulheres, sendo a quinta maior do mundo. Vale lembrar que foi apenas em 2015 - que o feminicídio tornou-se crime hediondo no Brasil (Lei 13.104, de 2015).

No Paraná, de acordo com o MP (Ministério Público) registram-se em média 13 casos de feminicídio e de tentativas do crime por mês, de março de 2015 (quando a lei entrou em vigor) a março de 2018.

No entanto, ao observar as manchetes das notícias de 2020, fica fácil perceber que o feminicídio está sendo praticado violentamente contra as mulheres, não somente no ambiente doméstico, mas a olhos vistos nas ruas, praças, repartições privadas e públicas por todo país.

As mulheres são insistentemente aniquiladas pelas razões mais banais em diferentes situações, na frente de seus filhos, ou de demais testemunhas, num verdadeiro escárnio a qualquer sociedade civilizada.

Homens violentos, possessivos, ciumentos, em condições normais de sobriedade, ou motivados pela ingestão de drogas e bebidas alcoólicas ceifam a vida de mulheres, as quais eles julgam ter a posse e guarda. Assombroso diagnóstico de uma civilização doente, marcada pelo ódio e violência como metodologia de sobrevivência.

As políticas públicas estão sendo insuficientes para conter esse brutal crime contra a vida humana. As estruturas da "rede de proteção" que acolhem as mulheres que pedem ajuda estão insuficientes, sejam em número de psicólogos, assistentes sociais, policiais, delegadas das delegacias das Mulheres, nos hospitais e casa de apoio às mulheres!

A cultura machista ainda persiste entranhada na sociedade democrática liberal, com resquícios da herança patriarcal!

Enquanto esses dilemas seguem sem respostas, as mulheres continuam vítimas dessa prática selvagem: assassinadas por indivíduos que as têm como inferiores e frágeis, passíveis de serem abatidas!

No momento, de retorno à teocracia, onde as religiões estão aliadas a governos, resta ensinar a esses ditos "homens de bem" - ou "quase cristãos" - que matar além de crime é também pecado.

Sueli Aparecida Lopes Braga é professora em Londrina

***"As políticas públicas estão sendo insuficientes para conter esse brutal crime contra a vida humana"***

09 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

# Sob chuva, mulheres protestam contra Bolsonaro em São Paulo

## Manifestação pelo Dia Internacional da Mulher reuniu desde grupos religiosos até entidades sindicais em São Paulo e Brasília

Bruno B. Soraggi e Júlia Zaremba  
Folhapress

São Paulo e Brasília - Grupos feministas se reuniram na avenida Paulista, centro de São Paulo, em uma manifestação pelo Dia Internacional da Mulher, celebrado neste domingo (8). Sob chuva, o ato durou cerca de duas horas e foi convocado por manifestantes de coletivos como Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Central Sindical Popular e Mulheres do Sindicato dos Metroviários de SP no vão-livre do Masp e no parque Mario Covas. A manifestação também contou com a presença de grupos ligados a partidos, como Psol, PSTU, PCO e PT.

Portavam tambores, bandeiras e faixas com dizeres em lembrança à vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, a favor da democracia, contra o presidente Jair Bolsonaro e em defesa das mulheres, como "em casa, na rua, no trabalho e no transporte: exigimos respeito! Basta de violência". "Fora Bolsonaro! Ele não, ela sim! Nenhuma a menos!", repetiam os presentes em coro, ecoando fala de uma representante do Cabaré Feminista em uma caixa de som. Um coletivo formado por nove organizações religiosas entoava "quem

é cristão não apoia a ditadura, Bolsonaro não é cristão coisa nenhuma" durante o ato.

Fruto de um grupo de WhatsApp criado na segunda (2), o grupo Mulheres pela Democracia encenava gestos inspirados na coreografia feminista chilena "Um violador no teu caminho". "Criei um grupo de WhatsApp com três amigas e aí começamos a divulgar", disse Claudia Silva, coordenadora do coletivo.

Sobre a coreografia, ela conta que cada uma ensinou por si própria em casa. "Aí hoje nos reunimos um pouco antes do começo da manifestação e ensaiamos umas 15 vezes", segue ela, que afirma que cada uma das 15 integrantes ali presente contribuiu financeiramente como pôde. "Umaz fizeram lenços, outras fizeram a faixa. Cada um fez o que pôde."

O ato começou a ser preparado em janeiro, já com o tema "Mulheres contra Bolsonaro". Segundo líderes, a ênfase no nome do presidente se impôs por causa das ações contrárias a demandas históricas do movimento, como igualdade de gênero, combate à violência doméstica e descriminalização do aborto. Policiais militares no local estimavam o público em 1.000 pessoas.

Um tumulto ocorreu quando um homem foi expulso do agrupamento em frente ao parque Mario Covas após ofender uma das representantes do coletivo. Alterado, ele foi sendo empurrado para longe da reunião e foi embora pela alameda Ministro Rocha Azevedo.

A chuva não impediu a estudante Marina Pio, 23, de participar do ato. "É um dia muito simbólico, e as mulheres têm que se posicionar e mostrar que exigem um país com mais respeito e representatividade".

### BRASÍLIA

Um coletivo formado por nove organizações religiosas entoava "quem é cristão não apoia a ditadura, Bolsonaro não é cristão coisa nenhuma" durante o ato.

Em Brasília, grupos de mulheres e organizações sociais saíram em marcha na região central da cidade na manhã deste domingo (8). O ato teve mensagens contra o machismo, o racismo e a violência, além da defesa de direitos dos trabalhadores.

De acordo com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), este foi o primeiro encontro organizado exclusivamente por mulheres camponesas.

CONTINUA

09 MAR 2020

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

### OUTROS PROTESTOS MARCADOS EM MARÇO

Dia 14 (sábado): Manifestações pedirão esclarecimentos sobre o assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco, que completará dois anos na data. Dia 15 (domingo): Simpatizantes do governo Bolsonaro farão atos em apoio ao presidente, mas também são esperados ataques ao Congresso e ao Supremo. Dia 18 (quarta-feira): Ato em defesa da educação pública ganhou o reforço de centrais sindicais e envolverá paralisações de servidores e pressão contra Bolsonaro.

08 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

# O machismo na visão de mulheres que estão no poder

O relato de quem exerce funções de destaque nas esferas da política e da Justiça e, mesmo assim, sofre preconceito de gênero

“Ela é louca.” O diagnóstico duro, ouvido ao longo de sua trajetória, continha a frase machista que mais a impressionou. Não foram uma, duas, nem três vezes que ela recebeu um “parecer” assim. Perdeu até a conta. “Essa é a forma mais eficaz de desestabilizar a imagem de uma mulher”, disse ao Estado a secretária da Cultura, Regina Duarte.

Convidada pelo presidente Jair Bolsonaro para ingressar na equipe, Regina não relacionou a frase à sua decisão de ser a quarta titular da secretaria em um governo com pouco mais de um ano. A atriz que deu vida à revolucionária protagonista de “Malu Mulher” – mas já admitiu nunca ter sido feminista como a personagem – afirmou ficar impressionada até hoje com o preconceito enfrentado por mulheres. O sentimento independe de classe social, profissão e hierarquia. No Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, as mulheres no exercício do poder, seja em Brasília, nos Estados ou nos municípios, têm de enfrentar ambientes de trabalho masculinizados.

No Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia e Rosa Weber são as únicas ministras entre os 11 integrantes da Corte. Cármen já reclamou até mesmo que os colegas homens interrompem seu raciocínio em plenário. Em abril de 2018, por exemplo, ela comandava uma sessão quando o colega Marco Aurélio Mello se irritou com sua decisão. O ministro a chamou de “toda poderosa”. Ela não deixou passar: “Sou apenas presidente da Corte”.

Na tese de mestrado apresentada por Cármen Lúcia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos anos 1980, o machismo também ficou registrado. “A aluna mulher raciocina brilhantemente como homem, por isso a nota total”, escreveu o professor. Ao **Estado**, a ministra fez questão de destacar que notas em teses nunca são justificadas. “A minha, naquele caso, foi”, lamentou. O nome do professor só será revelado, diz ela, em suas memórias.

A diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Elisa Bastos disse, por sua vez, que não é raro um homem se apropriar da ideia de uma mulher sem dar o devido crédito. “Não importa se você está em um cargo de liderança ou não. Enquanto não houver uma mudança cultural, acontecerá com todas, independentemente de ser a estagiária ou a presidente de uma multinacional.”

Levantamento feito pelo **Estado** com números do Ministério da Economia revela que, na máquina do governo federal, somente 38% dos 32 mil cargos de direção e funções gratificadas – com exigência de diploma universitário – são preenchidos por mulheres. É um índice em decréscimo desde 2006, quando elas ocupavam 41,5% dos postos.

A desigualdade fica visível quando se observam os dados do Censo Escolar. Há mais de duas décadas as mulheres passaram os homens nos cursos superiores do País. Hoje, 57% dos estudantes são do sexo feminino.

Um dos nomes mais populares da gestão Bolsonaro, a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) conta que o mais forte ato de machismo vivenciado por ela ocorreu em novembro de 2018. Damares estava em Belo Horizonte quando, após receber o título de cidadã honorária de Minas Gerais, leu na internet que tinha perdido a chance de fazer sexo com Jesus ao subir em um pé de goiaba. O post se referia ao vídeo em que ela contou ter visto Jesus numa goiabeira. Era um relato sobre o tempo de menina, que encontrou na fé a força para encarar os traumas da violência sexual cometida por um falso pastor.

Deputada licenciada pelo DEM, a ministra Tereza Cristina aponta o Congresso como o ambiente onde mais percebeu hostilidade. “Em toda minha carreira, onde eu vi mais machismo foi no Parlamento”, relatou.

A entrada na política de Brasília, por meio do voto, também não é das mais fáceis. Em 130 anos de República, a Câmara e o Senado nunca foram comandados por mulheres. Das 594 cadeiras do Congresso, apenas 77 foram ocupadas por mulheres nas últimas eleições.

**CONTINUA**

No comando de negociações, as mulheres assertivas muitas vezes recebem o carimbo de bélicas e complicadas. Vanessa Canado, assessora especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, não está imune. Ela é uma das principais negociadoras do governo no debate da reforma tributária. A assessora, de 39 anos, observa que a idade é outro obstáculo que pesa mais para as mulheres. Enquanto para os homens jovens colocados em destaque é dado o adjetivo de talentoso, para as mulheres, paira a dúvida sobre o conhecimento técnico.

No Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha é a primeira e única ministra desde a criação da Corte por d. João VI, em 1808. Em 2014, a magistrada era vice-presidente do tribunal quando o titular se aposentou. Naturalmente, ela ascenderia ao comando, mas dois ministros se movimentaram para mudar o regimento e impedi-la.

A maioria não aceitou a manobra. “Claro que aquilo era uma discriminação de gênero”, diz Maria Elizabeth. Foi durante julgamento de uma tentativa de estupro que outro episódio de machismo a marcou. Um cabo do Exército era julgado por atacar sexualmente a mulher de um oficial. Uma parte do plenário entendia que o crime não passava de uma “importunação sexual”. “Diziam que a condenação do rapaz que tentou estuprá-la deixaria marcas e comprometeria sua ficha corrida”, afirmou.

Primeira mulher a comandar o Superior Tribunal de Justiça, a ministra Laurita Vaz diz que, entre os 33 integrantes da instituição, somente seis são do sexo feminino. “Quando se chega ao ápice da carreira jurídica, a disputa não depende mais de provas e títulos, mas de abertura política e de reconhecimento dos próprios pares, na maioria homens, que, muitas vezes, dificultam o acesso das mulheres.”

Na semana passada, a prefeita de Ithabela, Maria das Graças Ferreira, a Gracinha (PSD), precisou pedir providências à polícia para cessar ataques racistas.

A casa onde mora, o corte de cabelo e até as roupas que veste foram usados como ofensas. “A cidade já teve vários prefeitos. Ninguém nunca se preocupou se eles se vestiam bem ou mal”.

No Rio Grande do Sul, Leany Lemos, secretária de Planejamento, foi barrada recentemente num evento em que acompanhava o governador Eduardo Leite (PSDB). Tentava ingressar em uma sala repleta de homens engravatados para uma importante reunião. “Isso já aconteceu várias vezes. Na cabeça das pessoas, não é um lugar de mulheres. Ouço muito: ‘Você é secretária de qual secretário?’”. / CAMILA TURTELLI, LORENA RODRIGUES, ELIANE CANTANHÊDE, IDIANA TOMAZELLI, VINÍCIUS VALFRÉ, TÂNIA MONTEIRO, ANNE WARTH, ANDRÉ BORGES, ADRIANA FERNANDES, JÚLIA LINDNER e RAFAEL MORAES MOURA

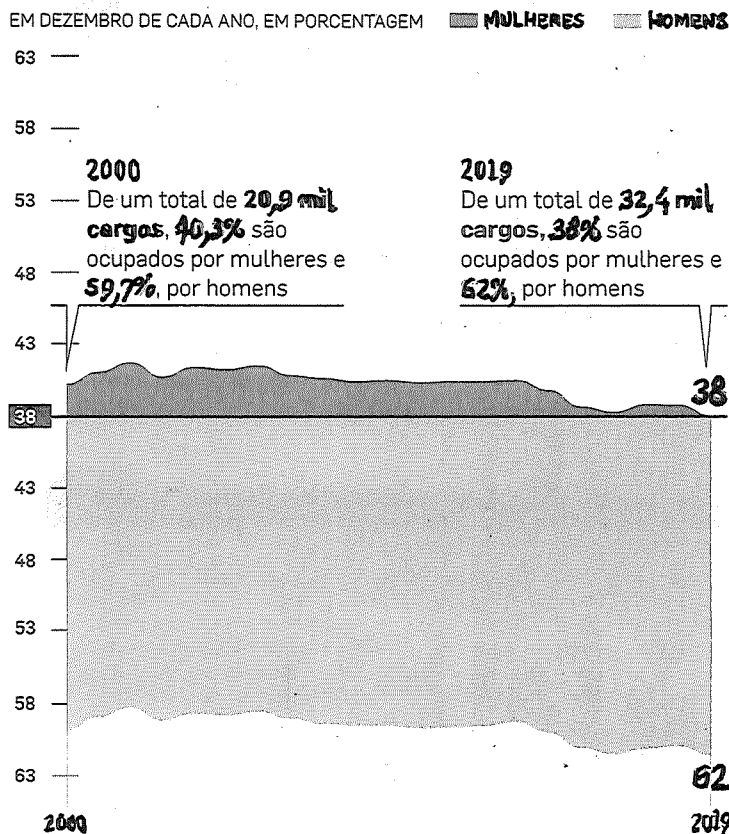
### Representatividade 38%

é o percentual de mulheres ocupando cargos de direção ou em funções gratificadas – ou seja, aquelas em que é exigido diploma universitário para contratação – na máquina do governo federal, segundo levantamento feito pelo ‘Estado’ com base em dados fornecidos pelo Ministério da Economia.

## DISTRIBUIÇÃO

● Cai a participação de mulheres em cargos de chefia no governo\*

EM DEZEMBRO DE CADA ANO, EM PORCENTAGEM



\*CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

FONTE: PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO



“A aluna mulher raciocina  
brilantemente como  
homem, nota total.”

**Cármen Lúcia**

MINISTRA DO SUPREMO, LEMBRANDO  
COMENTÁRIO DE PROFESSOR EM SUA  
TESE DE MESTRADO



“Ele não deveria ser  
condenado para não ter o  
currículo manchado.”

**Maria Elizabeth Rocha**

MINISTRA DO STM, REFERINDO-SE A  
FRASE QUE OUVIU DE COLEGA APÓS  
CONDENAR UM ACUSADO DE ESTUPRO



“Olha o cabelo dela, olha  
como se veste. Não tem  
postura de prefeita. Ela é  
muito boazinha, muito  
humilde.”

**Maria das Graças Ferreira**

PREFEITA DE ILHÁBELA (SP).



“Tem outra pessoa com que  
eu possa falar?”

**Leany Lemos**

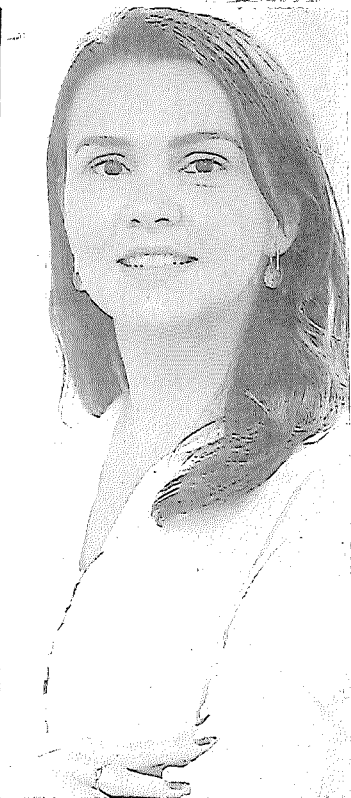
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DO RS;  
ELA CONTA QUE É MUITO COMUM  
OUVIR PESSOAS PERGUNTAREM SE ELA  
É ‘SECRETÁRIA DO SECRETÁRIO’.



“Ela perdeu a chance de  
ter transado com Jesus  
no pé de goiaba quando  
tinha dez anos de idade.”

**Damares Alves**

MINISTRA DA MULHER, DA FAMÍLIA E  
DOS DIREITOS HUMANOS.



“Você veio embelezar  
a reunião.”

**Elisa Bastos**

DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE  
ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). A FRASE  
COSTUMA SER OUVIDA POR ELA,  
QUE TEM CURSO DE DOUTORADO

08 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

# Feminismo protesta na América Latina

Dia Internacional da Mulher marca volta de marchas e paralisações de grupos que pedem fim do feminicídio e legalização do aborto

Fernanda Simas

Em 2018, 3.529 mulheres foram vítimas de feminicídio em 15 países da América Latina e do Caribe, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). O homicídio de mulheres com 15 anos ou mais, mortas por razão de gênero, vem ocorrendo de maneira assustadora na região: uma vítima foi morta a cada duas horas na América Latina e Caribe apenas pelo fato de ser mulher.

A luta contra o feminicídio faz parte da pauta de grupos feministas latino-americanos que retomam sua agenda de protestos a partir de hoje, Dia Internacional da Mulher. “Todos os anos, as mulheres comemoram esse dia e, dessa vez, é um ano de movimentação social. É um momento importante para denunciar muitas coisas”, afirma Marcela Betancourt, chilena de 48 anos, do movimento Las Tesis Senior, de mulheres com mais de 40 anos que replicaram a coreografia *Um Violador em seu Caminho*, em um vídeo que viralizou na internet.

No Chile, o grupo Las Tesis ganhou notoriedade no ano passado, quando rompeu as fronteiras e chegou à Europa. Mas a história começou em Valparaíso como um grupo de artes cênicas. “A transformação social não tem incluído o feminismo, o direito das mulheres. Então, as meninas de Valparaíso fizeram uma performance para passar a mensagem de como somos abusadas e tratadas como culpadas por esse abuso. E elas fizeram algo que já há muito sabemos, falaram do Estado como cúmplice porque não fornece cuidados com o bem-estar da mulher”, disse Marcela.

● Dia de demandas

“Todos os anos as mulheres comemoram esse dia e, dessa vez, é um ano de movimentação social. É um momento importante para denunciar muitas coisas”

Marcela Betancourt

ATIVISTA CHILENA

Muitos outros grupos feministas traduziram a letra para seus idiomas e a coreografia *Um Violador em seu Caminho* escapou das ruas chilenas e ganhou o mundo. No Brasil, no ano passado, a interpretação foi feita no Rio de Janeiro e em São Paulo. “Em todo mundo, as mulheres têm medo de caminhar sozinhas, de pegar um Uber à noite, de ficar por último no trabalho. Muitas sofrem abusos dentro do próprio relacionamento. Essa explosão é assim porque temos um elemento em comum: o medo de caminhar sozinhas”, resume Marcela, que convocou a realização da performance no ano passado em frente ao Estádio Nacional, em Santiago.

“O Estádio Nacional foi um centro de abuso durante a ditadura. Nossa performance foi uma homenagem a essas mulheres assassinadas lá. Fizemos o convite e cerca de 10 mil mulheres participaram”, lembra a ativista.

No Chile, uma decisão do Senado, na semana passada, foi vista como uma vitória para esses grupos: a aprovação, por 28 votos a favor, 6 contra e 4 abstenções do projeto de lei que “garante a paridade de gênero nas candidaturas que podem vir a integrar a nova Constituinte”. Agora, a lei deve ser promulgada pelo presidente, Sebastián Piñera.

A Constituinte escreverá uma nova Carta Magna para substituir a escrita ainda na ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), uma das demandas mais presentes nas manifestações sociais do ano passado. Um plebiscito sobre o tema será realizado no dia 26 de abril.

“Nunca tivemos uma Constituição cidadã, sempre a mesma oligarquia que decide e muitos direitos não são respeitados. Agora, é um momento histórico para mudar a Constituição com paridade de gênero. A mulher tem de ficar dentro dessa transformação. Não podemos ficar segregadas novamente”, afirma a ativista.

**Vizinhança.** No México, grupos feministas também convocaram marchas para hoje e uma paralisação para amanhã denominada *#Undíasinnosotras* (*#UmDiaSemNós*). Recentemente, dois feminicídios na Cidade do México – o de uma jovem de 25 anos, esfaqueada por seu parceiro, e o de uma menina de 7 anos, vítima de abuso sexual – abalaram o país e impulsionaram os movimentos.

O protesto contra a violência de gênero chegou até as igrejas. Situada em um bairro da capital, a Igreja de São Cosme e São Damião decidiu retomar a tradição católica de cobrir na Quaresma todas as imagens e esculturas religiosas com mantos roxos. Neste ano, porém, foram recobertas apenas as figuras femininas.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

08 MAR 2020

Enquanto grupos feministas exigem do presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador políticas públicas para combater a violência contra as mulheres, o mesmo se repete no Peru, onde o número de feminicídios, em 2019, foi o mais alto em uma década: 168 casos. Grupos feministas peruanos também convocaram marchas para o Dia Internacional da Mulher.

Na Argentina, os protestos de movimentos feministas coincidem com a retomada da discussão sobre a despenalização do aborto. Nesta semana, o presidente argentino, Alberto Fernández, apresentará um projeto de legalização da prática ao Congresso.

Usando bandanas verdes, as ativistas em favor da legalização do aborto devem fazer uma greve de mulheres e uma marcha até o Congresso argentino amanhã. Hoje, será realizada uma missa na Basílica de Luján, a 75 quilômetros de Buenos Aires, com o lema “Sim às mulheres, sim à vida”, organizada pelos grupos contrários à legalização do aborto.

### Os tipos de feminicídio

A Organização Mundial da Saúde (OMS) fala de quatro tipos de feminicídio. Primeiro, estão os feminicídios denominados íntimos. É a categoria mais habitual, com crimes cometidos por maridos, ex-maridos, companheiros e ex-companheiros, em que há um vínculo íntimo entre as vítimas e seu assassino. Depois, estão os feminicídios não íntimos, cometidos por um agressor que não conhece a vítima. O terceiro é o feminicídio por razões de tradição, presente especialmente no Oriente Médio e na Ásia. Por último, está o feminicídio baseado em práticas culturais, como os que acontecem porque um dote não é elevado, ou na China, em consequência da política do filho único.



**Ser jornalista mulher nos dias de hoje traz desafios e mudou minha relação com a data**

**S**ou daquelas que nunca deram bola para o Dia Internacional da Mulher. Cheguei a soar grosseira ao vivo no rádio com o querido Joseval Peixoto, quando ele me parabenizou pela data e eu disse que ela não significava muito para mim.

Mas minha relação com o feminismo vem mudando ao longo dos anos. Que bom que podemos nos atualizar, rever conceitos e convicções arraigadas ao longo do tempo. Ou então envelhecer seria apenas perder colágeno e massa muscular, ver os cabelos embranquecerem e as rugas aparecerem, e não seria nem um pouco justo ou divertido.

Não sou nem serei nunca uma militante feminista. Não é da minha natureza militar por esta ou aquela causa, nem me encaixar em coletivos ou agremiações. Mas hoje eu compreendo muito melhor que há alguns anos os estigmas, os riscos e as dificuldades que ainda hoje, em pleno século 21, recaem sobre as mulheres pelo simples fato de sermos quem somos, do gênero feminino. E isso não é algo a respeito do que quem tem uma posição pública pode calar.

Tempos anormais têm o efeito de nos tirar da nossa zona de conforto. E se isso traz grandes perturbações e muitos dilemas, também leva a descobertas reconfortantes. Ser uma jornalista cobrindo o governo de um presidente que afronta diariamente a imprensa e, especificamente, as mulheres, ofendendo, difundindo fake news, tentando intimidar repórteres ou silenciar perguntas é um desses desafios.

Passei esta semana repensando minha relação com a efeméride, seu significado. Na última quarta-feira fui convidada pela atriz Regina Duarte para sua posse na Secretaria de Cultura. Viajei a Brasília para isso e, quando disse a amigos e colegas que iria ao Palácio do Planalto, as reações se assemelharam às que eu esperaria ouvir se anunciasse que estava indo me internar num hospital de Wuhan para cobrir sem máscara o surto do novo coronavírus. "Mas você vai ao PALÁCIO? Sozinha?"

Cubro política há 27anos. Desde 2000 frequento o Palácio do Planalto, durante dez anos em bases diárias, depois eventualmente. Não é razoável que a ida de uma jornalista de política à sede do governo do País cause inquietação. Fui, sozinha, e virei alvo de alguns olhares engraçados, mas, como é o normal, nada de errado ocorreu. Mas, ao fim da cerimônia, encontrei os colegas que voltavam da portaria do Alvorada e tinham acabado de ser submetidos ao escárnio presidencial, com o patético show de Bolsonaro e seu cosplay Carioca a bordo do carro oficial. E isso é, sim, anormal numa democracia.

Jornalistas mulheres que cobrem o dia a dia da residência oficial da Presidência sofrem agressões diárias e estão sendo poupadas pelas chefias da cobertura, pois são hostilizadas por uma claqué feérica que se sente autorizada pelo comportamento do mandatário. E isso não é, de forma alguma, menor ou aceitável.

Jornalistas são retratadas como prostitutas em vídeos, memes e na voz do presidente, em pessoa. Isso só ocorre pela sua condição feminina, e o método não é replicado com nossos colegas homens, por mais incômodas que sejam as reportagens que produzam. Isso não é tolerável.

Então, neste Dia Internacional da Mulher, esta coluna é para conversar com o leitor e dizer que, se ele minimiza esses ataques, ele relativiza o próprio valor da democracia e da igualdade de gêneros, tão duramente conquistadas.

Essa dose cavalaresca e oficial de misoginia, machismo e sexismo não vai calar a voz de milhares de jornalistas mulheres que escolheram a profissão sabendo que iriam amassar barro, quebrar pedra, cobrir guerras e eventualmente se ver diante de situações de risco institucional. É para isso que estamos aqui, hoje e todos os dias. Parabéns a todas as mulheres. Vamos juntas!

# O ESTADO DE S. PAULO

LEANDRO  
KARNAL

## Celebrar?

**Na Itália, homens cozinhavam e lavavam nesse dia, dando folga às mulheres. Nesse dia**

A data de hoje é simbólica e real. Real porque celebra uma luta milenar, que se acentuou no último século e meio, por direitos. Quais? Desde o direito à vida, ao corpo, ao mesmo salário, à formação, à educação de qualidade, etc. Simbólica porque essa luta não ocorre apenas hoje, mas todos os dias. Hoje serve apenas para se dar destaque ao óbvio.

Por que surgiu o dia 8 de março? Porque, há 103 anos, um grupo de mulheres esfaimadas e preocupadas com a situação do país e de suas famílias tomou as ruas de São Petersburgo. No caminho, insuflaram

operários e soldados a juntar-se a elas. As greves que se iniciaram naquele dia, que pediam "Paz e Pão" (a saída russa da Grande Guerra e por comida), derubariam o czar em apenas quatro dias. Era fevereiro no mês do calendário russo, março no resto do mundo ocidental. A data foi oficializada pela Rússia soviética, que apagou as mulheres de sua história estatal.

Não foi a primeira vez em que mulheres protestaram por direitos. Dos EUA, com Seneca Falls, até as sufragistas europeias, das vozes no deserto como as de Nísia Floresta Augusta aos caudalosos movimentos por educação e abolição da escravidão, as mulheres se organizaram por direitos desde o início do século 19.

Definidas como "sexo frágil", de serem menos do que os homens por causa de sua compleição física e intelectual, de que eram talhadas para papéis domésticos apenas, as mulheres de elite sofriam confinadas em casa. As pobres desfaziavam-se em trabalhos braçais em indústrias, nas casas de patrões que as remuneravam mal (isso quando não eram, por conta da cor da pele, escravas). A cruel ironia foi percebida por Sojourner Truth. A ex-escrava estava em um congresso feminino em 1851, ao qual fora convidada para ser espectadora. As mesmas mulheres brancas que lutavam por direitos para si não se lembraram de deixar uma negra falar. O local foi invadido por homens brancos que tomaram a palavra e

08 MAR 2020

vociferavam que o lugar das mulheres não era a arena pública, pois eram frágeis para isso. Que Deus as tinha feito para o lar. Sojourner se levantou, silenciou os invasores e disparou: onde estavam os senhores, quando eu carreguei sacos em carroças? E não sou eu uma mulher? Onde estavam os que acham que as mulheres são frágeis, quando eu tive todos os meus filhos e vi alguns serem tirados de mim à força? E não sou eu uma mulher?

Diante disso, os homens se retiraram e as brancas entenderam, naquele momento ao menos, que a abolição da escravidão era uma luta semelhante à luta por direitos das mulheres. Algumas podem ter entendido que havia um feminismo com reivindicações brancas e um feminismo com demandas negras.

Tanto tempo depois e muito já melhorou, claro. Há voto, há igualdade jurídica, há liberdade... no papel. O mais comum é ler mensagens pedindo um dia internacional do homem. E como seria esse dia? Celebraríamos a aflição

de ter que agonizar na poltrona com o celular nas mãos ou a TV em nossa frente? Comemorariamos como somos trabalhadores incansáveis no emprego e indolentes incontestes em nosso lar? Entoariamos hinos à amizade masculina, fortalecida no estádio e no bar, nas rodinhas de conversa, nos comentários sexuais? Bradariamos contra as patroas que querem cercear nossa liberdade de agir como adolescentes eternos, evitando pensar se falta algo na geladeira ou que remédio nossos filhos tomam? Deve mesmo ser um dia interessante!

Há os machistas inadvertidos, que, hoje, cozinharão para as esposas, mas farão tanta bagunça na cozinha que seria melhor não terem ali entrado. Alguém que limpe! Um amigo me confidenciou que, quando morou na Itália, os homens cozinhavam e lavavam nesse dia, dando folga às mulheres. Nesse dia. Que sociedade avançada! Boa semana para homens e para mulheres!

07 MAR 2020  
O ESTADO DE S. PAULO



## No Plenatto, homenagem ao Dia da Mulher

Jair Bolsonaro participou ontem, ao lado da primeira-dama, Michelle, e da ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, de cerimônia em homenagem ao Dia da Mu-

lher. Durante o evento, Michelle disse que as duas ministras do governo, Damares e Tereza Cristina (Agricultura), "valem por 10". O presidente não discursou.

## SÔNIA RACY

### Desiguais

Um tema de alto interesse para as mulheres e que não apareceu em nenhuma pauta ou evento deste dia 8, está na mesa do STF para votação dia 2 de abril. Trata-se da obrigação que têm hoje as empresas que contratam mulheres de pagar ao governo um tributo... pelo salário-maternidade.

Quando as empresas contratam homens, essa obrigação não existe – o que, segundo o advogado **Breno Vasconcelos**, do Manrich & Vasconcelos, “reforça a desigualdade entre os gêneros no País”.

### Desiguais 2

Relator do caso no Supremo, **Luís Roberto Barroso** entende que essa cobrança é “uma discriminação incompatível com a Constituição e os tratados internacionais”. O julgamento estava 4 a 3 contra essa obrigação em novembro, quando o ministro **Marco Aurélio Mello** pediu vista.

## Feminicídio e política

**O** que a política tem que ver com feminicídio? Você acha que aumentou o número de mulheres assassinadas ou agora as notícias são mais frequentes? São perguntas que ouço a todo momento. Liga-se a TV e somos invadidos por notícias de mulheres assassinadas todos os dias. Na tela, fotos de adolescentes que sumiram, moças que foram trabalhar e não voltaram para casa e mães, por vezes avós, desesperadas sem saber o que aconteceu. Procuram a polícia e ficam angustiadas esperando uma resposta.

A TV parece ter faro especial para relatar casos rumorosos. Entrevistam vizinhos em busca de quê, alguma pista? Atiçam-se a curiosidade e o medo. As fotos das jovens desaparecidas curiosamente exibem rostos bem maquiados, blusas decotadas, corpos torneados. Enquanto isso, por dias a fio a reportagem instiga com a pergunta: quem teria visto a desaparecida? Propositadamente ou não, escolhe mostrar aqueles corpos que depois serão localizados no meio do mato, na margem de rios. O assassinato de mulheres tornou-se um espetáculo. As pessoas ficam atraídas pela TV, dão entrevistas ainda que nada tenham a dizer. Modestos quartos são invadidos, roupas e objetos pessoais, exibidos, invadem-se locais pobres – nunca vi entrarem numa casa de classe média, embora mulheres de todas as classes sejam assassinadas. A condição de classe resguarda a intimidade.

Os dados de 2020 mostram que aumentou, sim, o número de mulheres assassinadas. As estatísticas ficaram mais precisas pela ação de profissionais do Judiciário que se têm debruçado para que os dados sejam analisados e apresentados com objetividade. Para o público, com a crescente visibilidade das mulheres assassinadas, o conceito de feminicídio entra no vocabulário cotidiano. De 2019 para 2020 o aumento foi de 7,2%. Prefiro traduzir: foram mortas mais 88 mulheres. Esta macabra estatística revela

que não escapa nenhuma região do País. No Amapá o índice de aumento chega a 30%. E as pesquisas atuais confirmam o que movimentos feministas denunciavam há décadas: a violência de gênero atinge meninas, adolescentes, mulheres de todas as idades. Ela pode ser física, psicológica, sexual e terminar em feminicídio. Levamos 50 anos para as denúncias serem reconhecidas e a palavra da mulher, ouvida.

A violência é com frequência cometida por pessoas conhecidas ou parentes. Basta uma visita ao setor dirigido pela médica Ivete Boulos, no Hospital das Clínicas de São Paulo, para verificar que chegam ali bebês contaminados em casa com sífilis ou outras doenças sexualmente transmitidas. E só chegamos a tais chocantes constatações graças à implantação de

### **Dameres Alves mentiu na ONU e não soube dizer à imprensa o que seu ministério tem feito**

políticas públicas.

Mas é preciso mais, pois avançar nesse saber implica ampliar a educação sexual para meninas e meninos. É ilusório imaginar que “quem ensina é a mamãe ou a vovó”, como afirmou o presidente! Quem ensinou a ele, a seus filhos ou aos telespectadores? Onde foi que aprenderam sobre o funcionamento do próprio corpo, as relações entre homens e mulheres, a sexualidade? Quando se resiste à educação sexual, mistifica-se o conhecimento do corpo, dos desejos, as relações amorosas. As importantes cartilhas sobre educação sexual feitas pelo Ministério da Educação com apoio do Ministério da Saúde foram demonizadas e proibidas após 2014. Perdeu-se enorme oportunidade de mostrar a meninas e meninos como funciona seu corpo e, sobretudo, como devem ser respeitados. Ao contrário, o que se propõe é ocultar a realidade, manter o machismo, a educação pelo castigo e, sobretudo, a

permanência da tradição de subordinação da mulher ao homem, como se a masculinidade ficasse arranhada quando uma mulher é independente.

O agressor usa instrumentos caseiros, como facas, ferramentas ou as mãos, o que estiver ao alcance para agredir e matar. E usa-os com voracidade e repetição de golpes, “como se pretendesse destruir a mulher”, diz a promotora de Justiça Valéria Diez Scarance. As armas usadas na violência de gênero revelam crueldade, ódio, demonstração da prepotência que esconde insegurança e medo.

De 1992 a 2015 construímos políticas públicas: foram criadas as delegacias da mulher, assinamos convenções internacionais de respeito a homens e mulheres e, no Brasil, aprovamos a Lei Maria da Penha (2006), a legislação que pune o estupro (2009), a lei dos crimes sexuais (2009), a Lei do Feminicídio (2015) e a da Importunação Sexual (2018). O elevado feminicídio mostra que há um fosso entre as políticas públicas construídas e sua implementação. E não falo só de recursos financeiros, mas, sobretudo, do comportamento de quem modela a educação e a orientação política do País.

Desqualificar uma trabalhadora pondo em dúvida sua honestidade profissional é o velho argumento machista que busca destruir sua idoneidade. É o antigo comportamento que ridiculariza a mulher para mostrar uma falsa superioridade masculina. Ofender uma mulher, desqualificar seu trabalho tornam-se modelo de comportamento para outros homens e para a nova geração. É o caminho da violência e do feminicídio. Não por acaso, Dameres Alves mentiu na ONU e não soube dizer à imprensa o que seu ministério tem feito. A ministra e seu chefe deveriam retomar o trabalho que foi feito e ampliá-lo, pois ainda é tempo de recuperar o alerta da década atrás: quem ama não mata.

09 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

# As barreiras às mulheres no trabalho

Para muitos, progresso do sexo feminino não passa de uma ficção conveniente para os homens

**A**s mulheres deram grandes passos no mercado de trabalho nos últimos 50 anos. Mas muitas ainda sentem que o seu avanço está encontrando obstruções e, coincidindo com o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, dois livros de escritoras feministas lançados recentemente tratam destas questões.

Em *The Fix* (“o acerto”, em inglês) Michelle King, diretora de inclusão da Netflix, a gigante do streaming, observa que as mulheres ouvem constantemente que elas precisam mudar – serem mais afirmativas, trabalhar muitas horas mais e assim por diante. Em *The Home Stretch*, a jornalista Sally Howard sugere que um motivo muito importante pelo qual as mulheres são preteridas é que, mesmo quando trabalham em horário integral, espera-se que façam todo o trabalho de casa. Para citar o longo, mas apropriado subtítulo, ela afirma “porque está na hora de deixar bem claro quem lava os pratos”.

Diretores do sexo masculino talvez achem estes livros uma leitura desconfortável, temperadas com aquela conversa sobre patriarcado e privilégios de gênero. Às vezes, as autoras vão longe demais. Sally Howard relaciona o patriarcado ao capitalismo com tanta frequência que nos perguntamos se ela já viu uma foto do comitê composto inteiramente por homens ou pensou no mal feito às mulheres e às menininhas pela política do filho único do Partido Comunista Chinês.

**Apesar do seu progresso recente, as mulheres ainda encaram um teto de vidro**

Mas os homens não precisam abandonar o sistema capitalista para apreciar a difícil situação das mulheres que trabalham. Elas só precisam de empatia. Será que as mulheres no local de trabalho são julgadas pelos mesmos padrões de seus colegas homens? Serão descritas com adjetivos (escandalosa ou emocional, por exemplo) que não se aplicariam aos homens com as mesmas características?

Apesar do seu progresso recente, as mulheres ainda encaram um teto de vidro. Duas histórias do livro de Michelle King ilustram este ponto. Sarah era uma executiva em uma multinacional que trabalhou até mais tarde, fez treinamento na área de gestão e agia de acordo com o feedback. Depois de muitos anos de rejeição, parecia que estaria prestes a ser promovida ao escalão superior, inteiramente composto de homens. Mas na reunião decisiva, um executivo homem disse: “Não sei, ela não se enquadra. Ela tem aqueles óculos e usa uma presilha no cabelo”. Não era exatamente o tipo da “gestão científica”.

Na outra história, no seu primeiro dia no emprego, Michelle King entrou em uma cozinha cheia de homens. O seu chefe disse: “Olá, Michelle, há alguns pratos na pia e como você é uma mulher, pode lavá-los”. Os seus colegas riram. Quando ela protestou, falaram que ela precisava aprender a aceitar uma brincadeira.

O bullying disfarçado de humor não deixa de ser bullying. E espera-se que as mulheres se acostumem a isto. Não só, como elas precisam tolerar diferentes padrões na maneira de se apresentar.

O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Boris Johnson, frequentemente despenteia o cabelo antes de se mostrar em público para manter a sua imagem de “adorável bufão”. Os trajes de Dominic Cummings, o seu assessor, são sempre desalinhados, o que se coaduna com o seu personagem de “gênio excêntrico”. É difícil imaginar uma mulher chegando a uma posição de poder político adotando um estilo semelhante.

Às vezes, a justificativa pelo fato de as mulheres não avançarem em certas profissões é que mulheres e homens escolhem naturalmente seguir caminhos diferentes em suas carreiras. No entanto isto pode ser simplesmente o resultado de barreiras formais e informais contra o sucesso das mulheres. No final do século 19, quando apenas 4% ou 5% dos médicos americanos eram mulheres, alguns homens indubitavelmente atribuíram o fato à falta de aptidão. Muitas escolas de medicina, talvez compartilhando deste preconceito, não aceitavam candidatas.

Harvard começou a aceitar mulheres somente depois da Segunda Guerra Mundial. Na Grã-Bretanha, as mulheres não podiam trabalhar como advogadas até serem admitidas na Law Society, em 1922.

**CONTINUA**

09 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Em ambas as profissões, os campos de atuação finalmente foram equiparados. Resultado? Em 2017, pela primeira vez, nas escolas de medicina nos EUA foram admitidas mais mulheres do que homens. Em 2018, a metade dos advogados britânicos eram mulheres.

Segundo outro argumento bastante difundido, as pessoas casadas se especializam, o homem pega um emprego mais bem remunerado e a mulher fica com a maior parte do trabalho de casa. O que é igualmente duvidoso. Um estudo mostra, por exemplo, que os maridos com salário menor do que as esposas fazem menos trabalho doméstico em relação aos maridos que ganham mais do que suas parceiras.

Muitos dos argumentos segundo os quais a falta de progresso das mulheres é uma decorrência da aptidão ou da opção é uma ficção conveniente para os homens, que se saem bem com este acerto. As mulheres, que acabam fazendo a maior parte do trabalho da casa e também trabalham muitas horas, se saem sempre mal. Não são elas que precisam mudar – mas as atitudes dos homens. /

TRADUÇÃO DE ANNA CAPOVILLA

●  
© 2020 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM [WWW.ECONOMIST.COM](http://WWW.ECONOMIST.COM)

09 MAR 2020

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Amigos de policial assassinada fazem ato na Boca Maldita

Amigos e familiares da escrivã de polícia, Maritza Guimarães de Souza, 41 anos, e a filha, Ana Carolina de Souza, 16 anos, assassinadas no último dia 4, em Curitiba, fizeram na manhã deste domingo (8) um ato em homenagem às duas vítimas.

Concentradas na Boca Maldita, vestindo luto e com flores nas mãos, pediram o fim da violência contra a mulher. Também levaram faixas e cartazes com o número

de mortes de mulheres por feminicídio no Paraná nos últimos anos.

Maritza e a filha foram por tiros disparados pelo delegado Erick Buseti, marido da escrivã e padastro de Ana Carolina. Na sexta (6), em audiência de custódia, a Justiça do Paraná converteu a prisão em flagrante para preventiva do delegado. Buseti foi autuado por duplo feminicídio e está detido no Complexo Médico-Penal (CMP) em Pinhais, sob alegação de 'depressão'. ●

### #Salve Maria!

A proposta que cria o aplicativo "Salve Maria" volta a ser apreciado pela Assembleia Legislativa do Paraná na sessão plenária de hoje. Assinado pela deputada Mara Lima (PSC), o projeto de lei 50/2019 tem como objetivo criar uma ferramenta de proteção às mulheres vítimas de violência. De acordo com o texto, que será votado em redação final, o aplicativo vai viabilizar o envio de denúncias da população de forma anônima.

### Mensagem às mulheres

Pelo Twitter, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse neste domingo, quando se celebra o Dia Internacional da Mulher, que "lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Justiça e Segurança Pública". À mensagem do ministro estava anexado um breve vídeo institucional da Força Nacional que destacava a imagem de uma policial - o vídeo termina com a expressão "Força Mulher!". ●

### MPT lança campanha contra discriminação de mulheres

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou neste domingo (8), em comemoração ao Dia Internacional de Mulher, uma campanha de conscientização sobre a promoção da igualdade no mercado de trabalho e para estimular denúncias de discriminação e violência. A campanha foi batizada com o nome Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser.

Durante o mês de março, serão distribuídos materiais informativos nas redes sociais do MPT e promovidas ações presenciais em diversos estados. Também serão lançados vídeos produzidos em homenagem ao trabalho da mulher e com histórias reais de mulheres que ocuparam espaços em cargos dominados por homens e chegaram a posições de liderança. ●

### Diferença salarial de homens e mulheres aumenta

Natália\*, 40 anos e Felipe\*, 42 anos, são professores, têm formação semelhante e exercem funções semelhantes, mas ao longo de 20 anos de carreira, Natália sempre ganhou menos que o marido. O caso mais marcante foi há dois anos, quando ela fez uma entrevista de emprego para uma escola particular, em São Carlos (SP), e recebeu a proposta salarial de R\$ 800 por mês para lecionar seis aulas de 40 minutos cada, por manhã. "Na semana seguinte, a escola conversou com o meu marido e ofereceu

R\$ 1,7 mil pelo mesmo trabalho", diz Natália.

O caso de Natália e Felipe não é isolado. Historicamente, no Brasil, homens ganham mais que mulheres. Após sete anos de quedas consecutivas, em 2019, houve um aumento da diferença dos salários de mulheres e homens de 9,2% em relação a 2018.

Em 2011, homens com ensino superior ganhavam, em média, R\$ 3.058, enquanto as mulheres com o mesmo nível de formação ganhavam, em média, R\$ 1.865, o que representa uma diferença de salário de 63,98%. ●

09 MAR 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Mulheres são maioria entre ~~entre~~ trabalhadores com ensino superior

**Apesar disso, a mulher ainda recebe 41% a menos em seus salários em comparação aos homens, segundo levantamento**

**L**evantamento feito pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp) apontou que ainda há desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Segundo os dados da pesquisa, as mulheres com ensino superior completo são a maioria no mercado de trabalho brasileiro (55,1% do total) na comparação com os homens com ensino superior. Essas mesmas mulheres com ensino superior também são maioria entre o número de admitidos de janeiro e dezembro do ano passado, principalmente na faixa etária entre 25 e 34 anos. Mas quanto ao rendimento, os maiores salários entre quem tem ensino superior ainda são dos homens, independentemente da idade.

No Brasil, a média salarial dos admitidos com ensino superior completo é de R\$ 4.640 para homens e de R\$ 3.287 para as mulheres, ou seja, em média, a mulher ainda recebe 41% a menos em seus salários em comparação aos homens.

Para a vice-presidente do Semesp, Lúcia Teixeira, não há justificativa para o fato das mulheres terem salários menores que os homens. "As mulheres já provaram sua competência em todas as áreas do conhecimento. Não se justifica terem menor rendimento. Isso acontece em outros países também, conforme relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Fatores como progressão de carreira, natureza do trabalho (mesmo que dentro de um mesmo setor), tipos de contrato e vida familiar podem ter influência nesta injustificável disparidade de gênero, a ser superada", disse ela.

Outro problema demonstrado pela pesquisa é que, após os 30 anos de idade, o salário avança para os homens, enquanto as mulheres têm pouca evolução salarial ao longo da carreira. "Os números indicam que a desigualdade de gênero no Brasil ainda é grande. As mulheres são maioria nos cursos de ensino superior", disse Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp.



# 09 MAR 2020

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Decreto do governador institui Delegacia da Mulher de Arapongas

O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou nesta semana o decreto que cria a Delegacia da Mulher de Arapongas, na região Norte do Estado. A estrutura já conta com delegada e equipe para atender as vítimas femininas.

A Delegacia da Mulher de Arapongas será a 21ª do Estado e funcionará na rua Beija-Flor, 273, no Centro, em prédio cedido pela prefeitura. O objetivo é melhorar a investigação,

prevenção, repressão e processamento das infrações penais praticadas contra as mulheres.

“Era uma estrutura muito esperada pela população. E agora constitui uma conquista”, afirmou a delegada titular da unidade, Thaís Orlandini Pereira. “É um momento importante, tendo em vista o crescimento dos índices de feminicídio, que é um crime que atinge todas as camadas sociais. É um local de acolhimento e inves-

tigação, mas também acaba sendo preventivo. Com a delegacia ativa, existe possibilidade de resposta rápida para os crimes, o que tem impacto social”.

## Mulheres são maioria na Educação do Paraná

Números do setor de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte indicam que 78% do total de servidores são mulheres. Em relação aos professores, 76% são do sexo feminino.

O número vai ao encontro do cenário nacional, onde as mulheres representam 79,6% dos docentes da Educação Básica, tanto do ensino público quanto do privado, de acordo com a edição mais recente das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O secretário estadual da Educação e do Esporte,

Renato Feder, destaca a importância de valorizar as servidoras do Paraná, essenciais para que o ensino público do Estado alcance a excelência.

“As mulheres formam a maior parte da rede estadual de Educação. Elas foram fundamentais em tudo o que foi construído até aqui e são fundamentais na construção da Educação que queremos para o Paraná. O trabalho, o comprometimento, o cuidado que dedicam às escolas, aos estudantes e colegas de profissão é muito valioso”, afirma.

Uma das servidoras mais antigas em atividade da Secretaria é Dianete Dalla Costa, que está no órgão desde setembro de 1970.

09 MAR 2020

# BEMPARANÁ

**NO DIA DA MULHER, PASSEATA EM CURITIBA PROTESTA CONTRA A VIOLÊNCIA E AS DIFERENÇAS DE GÊNERO** - Ontem foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Além de homenagens e histórias divulgadas nesta época, também houve protesto. O Coletivo Marcha 8M realizou uma passeata de protesto pelas ruas de Curitiba, começando pelo bairro Parolin, um dos mais pobres da Capital. A passeata teve centenas de participantes, que levaram faixas, cartazes e seu grito contra a exclusão. A Marcha 8M desse ano teve o tema "As Mulheres da Favela Exigem Paz". No caminho da marcha, houve ainda denúncia da violência que atinge a favela, de exploração de trabalho e pedido de educação e moradia para todas as mulheres. A partida da marcha foi no bairro Parolin, um dos mais pobres da cidade. Depois partiram em sentido à Avenida Kennedy, com um ato contra a exploração do trabalho feminino. No ato final, a marcha vai falar sobre a Paz que se quer construir, com a participação da Bloca Feminista Ela Pode/Ela Vai. Em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas convidou todos os Estados a declarar 8 de Março como o Dia Internacional dos Direitos da Mulher.

09 MAR 2020

# CARTA CAPITAL

MARÍLIA ARRAES

## Ataque às mulheres

► Em palavras e ações, o governo Bolsonaro reforça o machismo, o sexismo e a misoginia

**E**m 2019, o governo federal não repassou nenhum centavo à Casa da Mulher Brasileira, programa concebido para ser a principal ação de combate à violência contra as mulheres no País. Divulgada no último mês de fevereiro, a informação escancarou ainda mais a ausência de políticas públicas do atual governo. Políticas públicas que também incluem geração de emprego, estímulo ao empreendedorismo e atenção à saúde e à educação, dentre várias outras áreas.

Para tentar “correr atrás do prejuízo”, após a repercussão negativa das informações, o governo divulgou que em 2020 vai investir 42 milhões de reais na implantação de novas unidades da Casa da Mulher Brasileira. Será?

Poderia preencher aqui a página com vários outros dados que demonstram a insensibilidade de quem deveria ter a responsabilidade de formular e implantar iniciativas que deem mais dignidade, igualdade, proteção e respeito à vida das mulheres. Mais do que dados, a dura narrativa cotidiana de nós mulheres é o que se impõe, no entanto, como maior prova de que somos ainda muito maltratadas. Dentro de casa e da porta para fora. Na vida privada e no espaço público.

Quando contrariado por uma mulher, o presidente ataca com machismo, sexismo e misoginia. A última investida deu-se contra a jornalista Patrícia Campos

Mello, com a declaração absurda de que ela teria se insinuado sexualmente para obter informações de uma fonte. Campos Mello também virou alvo de milícias digitais, o que a colocou na terceira posição em uma lista que relaciona os dez casos mais graves de ataques realizados a jornalistas no mundo, levantamento realizado pela organização internacional One Free Press Coalition.

E o que dizer de um ministro que utiliza o cargo e o poder para agredir as mulheres? Paulo Guedes, que deveria usar a economia para combater as desigualdades no País, disse sem o menor constrangimento, em Brasília, que a alta do dólar é melhor porque antes até “empregada doméstica estava indo para a Disney, uma festa danada”.

**Danado, e de indignar,** é ouvir de um ministro uma demonstração tão despuddorada de preconceito social. E mais: de violência contra trabalhadoras, a quem o País oferece tantas dificuldades, e que saem todos os dias de casa para garantir, além da própria sobrevivência, a de toda família, dos filhos, pais e companheiros desempregados. O País sabe – menos o ministro da Economia – que elas são a base econômica da família, a força de sustentação, o amor e a segurança.

A violência institucional contra as mulheres acontece sobretudo quando se nega o acesso ao mercado de trabalho, à saúde e também a creches e escolas onde seus filhos sejam tratados com dignidade. No Recife, esta é uma dificuldade cotidiana. Em conversas com jovens do Campo Grande, bairro da Zona Norte da capital pernambucana, escutei relatos dramáticos de mães que precisam todos os dias deixar os filhos na casa de amigos ou parentes para poderem trabalhar.

O bairro, com mais de 32 mil moradores, não possui uma única creche. Vagas, quando surgem, só em outras localidades. Essas mães precisam acordar de madrugada para cuidar da casa, do filho, de levá-lo para uma creche fora do seu bairro e, só então, pegar o transporte para o trabalho.

O bairro também não possui posto de saúde. O que existia está fechado há anos, e para tentar conseguir atendimento mulheres, homens e crianças do Campo Grande precisam ir a unidades de outros bairros, lotadas pela demanda dos próprios moradores. Isto sem falar na ausência de atendimento das equipes de saúde da família, um instrumento de atenção básica, preventivo, que pode resolver até 80% dos problemas da população. No Recife, de 2012 até hoje, a prefeitura colocou apenas 21 equipes da saúde da família no sistema. Em sete anos, o número saiu de 255 para 276, o que claramente deixa sem atendimento grande parte da população recifense, formada hoje por mais de 1,6 milhão de habitantes.

É curioso notar como tudo o que tratamos aqui se conecta e afeta a vida da mulher brasileira, da falta de investimento em políticas que combatam a violência e promovam a igualdade de gênero até as declarações machistas e preconceituosas do presidente e de seu ministro da Economia e a ausência de cuidado da Prefeitura do Recife com as mães do bairro do Campo Grande.

Mas vamos continuar lutando contra tudo isso. É da nossa natureza, está na nossa alma enfrentar e superar dificuldades. Em casa, no trabalho e nos espaços públicos, nós mulheres vamos continuar a mostrar que um mundo melhor brota do respeito às nossas vidas e à nossa liberdade.

Estamos conquistando isto. ◊

07 MAR 2020

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça determina retorno de Douglas no lugar de Janene à Câmara

Suplente cumpriu mandato entre janeiro de 2018 e outubro do ano passado no período em que Rony Alves (PTB) ficou afastado

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O juiz Emil Gonçalves Dias, da 2ª Vara de Fazenda Pública de Londrina, determinou o retorno de Douglas Pereira, o Tio Douglas (PTB), para a vaga de vereador na Câmara Municipal de Londrina em mandado de segurança expedido nesta sexta-feira (6). Com a decisão de mérito, Jamil Janene (PP) deverá deixar a cadeira em no máximo cinco dias após ser notificado.

Primeiro suplente da coligação "Londrina pra frente", formada pelo PP e PTB, Tio Douglas esteve na Câmara entre janeiro de 2018 e outubro do ano passado em período que Rony Alves (PTB) ficou afastado por ordem da Justiça por envolvimento no suposto esquema de propina em mudança de zoneamento revelado na Operação ZR3. Em outubro de 2019, quando a Justiça restabeleceu o mandato de Alves, teve início o impasse judicial para saber quem deveria abrir mão da vaga, Douglas ou Janene (segundo suplente).

No início da ação o mesmo juiz havia negado, em caráter liminar, o mesmo pedido em desfavor de Tio Douglas. Mas

ao analisar o mérito, Gonçalves Dias mudou de entendimento ao levar em consideração argumentos trazidos pelo Ministério Público. "Afasta-se desde já a afirmação de que o impetrante, quando da posse como diretor da Acesf, teria tacitamente renunciado à vaga do vereador licenciado Fernando Madureira". "Estende-se ao suplente a possibilidade da licença prevista pelo art. 84, inciso V e §4º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Londrina." escreveu o magistrado.

### CRONOLOGIA

Segundo suplente, Jamil Janene assumiu a cadeira em janeiro de 2017, quando o vereador eleito Fernando Madureira (PTB) se licenciou do cargo para assumir a presidência da FEL (Fundação de Esporte de Londrina). Já Douglas abriu mão do Legislativo também logo após as eleições para assumir cargo no primeiro escalão da gestão Marcelo Belinati (PP) como superintendente da Acesf (Administração de Cemitérios e serviços funerários). Com a manobra política, a cadeira na Câmara foi assumida por Janene, que é correligionário do prefeito.

Sobre a decisão judicial, Jamil Janene disse que ainda não foi notificado, mas já adiantou que irá recorrer com recurso no TJ (Tribunal de Justiça). Entretanto, o impasse jurídico irá garantir poucos dias a Tio Douglas para esquentar a cadeira na Casa. Madureira, titular absoluto da vaga, informou à **FOLHA** que no máximo no dia 31 de março deverá deixar a FEL para reivindicar o mandato. Entretanto, o petebista disse ainda que poderá até adiantar data para meados deste mês, quando pretende finalizar as últimas licitações na autarquia.

Por sua vez, para Tio Douglas o período que ficará no cargo não é o mais importante. "O mais relevante é que a Justiça fez a parte dela e a Câmara mais uma vez passa por uma situação que não precisava ter enfrentado". Segundo ele, o desgaste teria ocorrido porque o jurídico não teria avaliado as leis federais e estaduais que tratam sobre o tema de sucessão. "Foi estabelecido o respeito aos votos cronológicos, só Londrina que acontece isso e perde-se esse tempo, discutindo essa questão."

A assessoria de imprensa da Câmara informou apenas que não foi notificada ainda da decisão e que a direção não irá se pronunciar sobre o assunto.

# GAZETA DO POVO

DELTA N DALLAGNOLE JÚLIO NORONHA

## LAVA JATO: UM QUEBRA-CABEÇA

07 MAR 2020

### SENDO DESMONTADO

Imagine um enorme quebra-cabeça, composto de peças grandes que por sua vez também são quebra-cabeças, formados de peças pequenas. Um quebra-cabeça maior de quebra-cabeças menores.

A união das peças grandes forma uma ampla e rica imagem, como uma detalhada fotografia. Já em cada peça grande, que é um quebra-cabeça tomado isoladamente, é possível identificar imagens como uma casa, um veículo, um animal ou uma árvore, mas também há pedaços de coisas que só podem ser compreendidas quando tais peças grandes são conectadas ao quebra-cabeça maior.

Imagine, ainda, que padrões se repetem nas diferentes grandes peças — parte das imagens e peças é idêntica. Como cada peça grande é também um quebra-cabeça em si, conhecer algumas das peças grandes contribui para a montagem das demais. Por isso, espalhar as peças dificulta o trabalho.

Para conferir sentido a cada peça, pequena ou grande, a única solução é aproximar e unir as peças pequenas e também as grandes. O isolamento das peças grandes, como se fossem realidades à parte, é contraproducente para a própria montagem de cada quebra-cabeça menor, para a identificação de diversas das imagens e a para a compreensão do todo.

É esse isolamento que ocorre atualmente na Lava Jato.

A investigação — pois toda investigação é um quebra-cabeça — apura uma imensa série de fatos que guardam relação entre si. Operadores financeiros lavavam dinheiro para diferentes empreiteiras e políticos. Estes mantinham esquemas com diferentes empresas e em diferentes órgãos públicos. Empreiteiras corrompiam agentes de variados partidos em órgãos federais, estaduais e municipais, valendo-se daqueles operadores. Tudo isso é um emaranhado ou uma teia complexa de relações criminosas, um verdadeiro quebra-cabeça gigante da corrupção no Brasil, formado de quebra-cabeças menores que retratam esquemas de corrupção em determinados setores ou entidades públicas e privadas.

Como acontece em quebra-cabeças, a compreensão de cada uma de suas peças é iluminada pelas outras peças e pelo conjunto que formam. De fato, a “parte” ganha sentido no “todo”: uma palavra, no texto; uma nota musical, na música; e uma prova, no conjunto das outras provas de uma investigação.

Apesar das vantagens da investigação conjunta dos muitos fatos relacionados e da existência de respaldo legal para isso, as peças do quebra-cabeça da

Lava Jato passaram a ser, nos últimos anos, espalhadas pelo país, de forma contraproducente.

Recentemente, por exemplo, um tribunal determinou a remessa para São Paulo da ação penal proposta pela Lava Jato em Curitiba contra Paulo Vieira de Souza, que foi apontado como suposto operador de propinas do PSDB. Na acusação, narrou-se a sua participação na lavagem de mais de R\$ 100 milhões. Para montar o quebra-cabeça desse caso, foram utilizadas diversas peças emprestadas de outros casos, como evidências de transações financeiras no exterior feitas por Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Odebrecht, grandes empreiteiras que celebraram acordos de leniência na Lava Jato.

Dentre as provas utilizadas com origem em outros casos, estão ainda depoimentos de operadores financeiros que firmaram acordos de colaboração premiada, como Adir Assad. Provas da atuação de outro doleiro, que também foi acusado na Lava Jato, foram importantes para entender a lavagem milionária.

**CONTINUA**

Somaram-se ainda evidências de que Paulo Vieira gerou recursos em espécie para empreiteira que, no mesmo período, destinou dinheiro vivo para pagar propinas a funcionários da Petrobras, o que constava no sistema de gerenciamento de propinas daquela empresa.

Só foi possível juntar todas essas peças, espalhadas nas investigações de diferentes casos, porque estavam em um único lugar. São provas que, analisadas em conjunto, permitem o aprofundamento da investigação de crimes antes desconhecidos. Se a apuração de cada um dos fatos acima — de cada empreiteira, de cada doleiro, de cada esquema — fosse separada, não seria possível formar o quebra-cabeça. A compreensão do todo seria impedida ou, na melhor hipótese, prejudicada.

Isso acontece o tempo todo na operação. Não é à toa que réus na Lava Jato já fizeram 362 pedidos para que seus casos saíssem da Vara Federal em Curitiba. Fragmentar uma grande investigação é uma estratégia de defesa. Funciona como separar as peças de um quebra-cabeça do conjunto que lhe confere sentido. A separação dos casos e sua remessa para outros locais dificulta a reconstituição dos crimes e afasta os investigados de um lugar em que o combate à corrupção está funcionando — e está, em boa medida, em razão da sinergia entre as diferentes investigações.

Assim como o caso de Paulo Vieira, outras investigações bastante relacionadas às demais têm sido retiradas de Curitiba.

São exemplos a apuração de corrupção na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e a investigação do pagamento de subsornos na edição de medidas provisórias, envolvendo o ex-ministro Guido Mantega. Estão sendo discutidos ainda o desmembramento dos casos envolvendo o Banco Paulista e o Grupo Gamecorp-Gol. Em todos esses casos, o quebra-cabeça foi montado com provas que decorreram diretamente das investigações em Curitiba, e a compreensão do todo depende de manter as partes juntas.

Os fatiamentos que esvaziam a Lava Jato têm por base uma decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal no fim de 2015, quando uma maioria de seus ministros traçou um limite aleatório na jurisdição de Curitiba: a operação deveria ser restringida à Petrobras. Casos como aquele envolvendo a Eletrobras e o Ministério do Planejamento foram enviados para outros estados.

Contudo, tal precedente não deve ser interpretado de modo cego, por três razões.

Primeiro, a lei continua a valer. O Código de Processo Penal estabeleceu, no seu artigo 76, que investigações e processos devem correr perante a mesma Vara Federal quando “a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração”. É a chamada “conexão probatória”, que acontece quando a prova de um crime é meio ou instrumento para provar outro delito. É como a

ideia que orienta o encaixe das peças do quebra-cabeça: duas peças devem ficar juntas quando encaixam uma na outra, permitindo visualizar uma figura antes recortada. Essa conexão está claramente presente em diversos casos da Lava Jato que integram uma mesma teia criminosa, mas que têm sido enviados, sem uma reflexão aprofundada, para outras jurisdições.

Em segundo lugar, deve-se tomar em conta o próprio sentido da decisão do Supremo. Ao determinar que crimes relacionados à Petrobras devem ficar em Curitiba, o significado da decisão é que delitos praticados no âmbito da Petrobras têm uma relação entre si que seguramente caracteriza conexão probatória. Contudo, isso não afasta a possibilidade de conexão probatória entre esses e outros delitos.

Em terceiro lugar, deve-se examinar o precedente do Supremo em conjunto com os demais precedentes daquele e de outros tribunais. No início da Lava Jato, investigavam-se quatro organizações criminosas situadas em diferentes locais do país, e, em razão da conexão probatória, foram mantidas em Curitiba por todos os tribunais, inclusive o STF. Depois de investigar doleiros, a apuração avançou sobre crimes de corrupção praticados por Paulo Roberto Costa, na Petrobras. Mais uma vez, as cortes entenderam que a relação entre os crimes dos doleiros e do funcionário público demandava que todos fossem investigados em Curitiba.

**CONTINUA**

07 MAR 2020

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

O mesmo ocorreu quando a Lava Jato se estendeu para outras áreas da própria Petrobras e de suas subsidiárias.

A lógica que guia a união desse universo bastante distinto de crimes é a da conexão probatória. Não é aceitável traçar uma linha aleatória e irrefletida para conter a Lava Jato à Petrobras quando a regra legal da conexão probatória demanda, para a eficiência das investigações e processos, que os crimes sejam analisados conjuntamente.

A questão tem importantes efeitos práticos: esvaziar a Lava Jato em Curitiba priva a sociedade de resultados relevantes em termos de responsabilização de corruptos e recuperação do dinheiro desviado. De fato, foram espalhados para praticamente todos os estados do país mais de uma centena de investigações desmembradas da Lava Jato no Paraná, mas, por enquanto, apenas no Rio de Janeiro vingou trabalho semelhante. O sistema de Justiça é ainda um terreno árido para que investigações complexas contra poderosos cresçam e frutifiquem.

Se queremos que a imagem inteira da corrupção seja revelada e que o combate à corrupção renda bons frutos, é importante que a lógica da conexão probatória seja preservada. As peças do quebra-cabeça devem ser montadas. É preciso conhecer a corrupção política em toda a dimensão possível e responder a ela com firmeza.

Espalhar as peças desse grande quebra-cabeça só interessa a quem não quer que a figura completa seja revelada para a sociedade. ●

**Deltan Dallagnol e Júlio Noronha** são procuradores da República e integrantes da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba.

# LÚCIO VAZ

## Pensionistas acumulam benefício e indenização da Lei da Anistia

07 MAR 2020

GAZETA DO POVO

**P**elo menos 67 pensionistas do governo federal acumulam o benefício com uma indenização pela Lei da Anistia. Neide de Freitas Sodré, por exemplo, recebe um total de R\$ 44,7 mil (acima do teto constitucional, que é de R\$ 39,2 mil), sendo R\$ 34,8 mil do Ministério da Economia, como viúva de anistiado político; e outros R\$ 9,9 mil como pensionista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Há também um beneficiário que recebe duas pensões mais a indenização, num total de R\$ 17 mil.

O valor médio das indenizações em parcelas mensais pagas a 1,7 mil dependentes de anistiados foi de R\$ 9,7 mil em janeiro — 60% acima do teto do INSS. Mas 238 beneficiados receberam bem mais que isso, com indenizações acima de R\$ 20 mil. Oitenta tiveram remuneração bruta maior do que R\$ 30 mil.

Oito tiveram remuneração acima do teto constitucional, mas o Ministério da Economia não detalha se há pagamentos eventuais nesses valores.

A folha de pagamento de janeiro dos dependentes de anistiados políticos civis somou R\$ 16,8 milhões — o que resulta nu-

ma despesa anual em torno de R\$ 200 milhões. Mas isso é pouco quando comparado com o total pago a anistiados e seus dependentes desde a aprovação da Lei 10.599/2002 — R\$ 10 bilhões em valores nominais. Mais R\$ 14 bilhões aguardam pagamento.

Um dispositivo da Lei de Anistia prevê, ainda, que os valores pagos a título de indenização a anistiados políticos são isentos do Imposto de Renda (IR). Neide Sodré, por exemplo, teve renda líquida de R\$ 43 mil em janeiro, porque sofreu desconto do IR somente sobre a pensão civil, no valor de R\$ 9,8 mil.

### Maiores benefícios

As remunerações com valor acima do teto constitucional, equivalente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), têm uma explicação. O Ministério da Economia afirmou ao blog que não houve abate-teto dos benefícios recebidos por Neide de Freitas Sodré porque parecer da Advocacia Geral da União concluiu que a reparação paga a anistiado político tem natureza indenizatória, e por isso não pode ser considerada para fins de incidência da regra do teto constitucional do serviço público.

Neide é viúva de Newton Alberto de Araújo, que foi declarado anistiado político pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em abril de 2004. Ele recebeu reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal e permanente, no cargo de engenheiro da Petrobras, no valor de R\$ 10,7 mil na época. Ele também teve reconhecidos direitos retroativos a outubro de 1988 e direito à “diferença líquida” de R\$ 570 mil — equivalente a R\$ 1,3 milhão hoje. Newton morreu em maio de 2005.

### Quem foi anistiado

A Lei da Anistia — chamada de “bolsa anistia” pelos críticos — declarou anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram atingidos por atos institucionais ou de exceção; punidos, demitidos ou afastados das atividades remuneradas que exerciam.

Segundo dados do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que recebeu a Comissão da Anistia no governo Bolsonaro, já foram atendidos 39 mil pedidos de indenização. Outros 24,4 mil foram indeferidos e 11 mil estão pendentes de julgamento. ●



08 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

**Contas públicas.** A partir deste ano acaba dispositivo que garantia espaço extra para despesas e órgãos contarão apenas com seu limite; quem desrespeitar pode ser proibido de conceder reajustes, criar cargos, contratar pessoal e realizar concursos públicos

# Sem 'socorro' do Executivo, Judiciário inicia corte de gastos para cumprir teto

**Eduardo Rodrigues**  
**Idiana Tomazelli** / BRASÍLIA

O fim do "espaço extra" no teto de gastos (a regra que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior) obrigou o Poder Judiciário a iniciar 2020 com corte de despesas. Só em janeiro, os gastos caíram R\$ 84 milhões em relação a igual mês de 2019, queda de 2%. Mesmo assim, mantido esse ritmo, a Justiça precisará afiar ainda mais a tesoura para evitar o descumprimento da regra.

Pela previsão legal, os gastos do Judiciário federal deste ano precisam cair 2,2% ante 2019. Os maiores ajustes têm de ser feitos pela Justiça do Trabalho, que vem cortando até estagiários para se adequar a um orçamento R\$ 1 bilhão menor, e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

De 2017 até 2019, o Executivo podia ceder 0,25% de seu limite de gastos para que os demais poderes não estourassem o teto. Essa benesse foi concedida para cobrir reajustes salariais que entrariam em vigor ao longo daquele período. No ano passado, por exemplo, juízes tiveram aumento de 16,38% para compensar a restrição do auxílio-moradia.

A partir deste ano, porém, essa compensação acaba, e os órgãos contarão apenas com seu limite para cumprir o teto.

Quem desrespeita o instrumento está sujeito a sanções e pôde ser proibido de conceder reajustes, criar cargos, alterar estrutura de carreira, contratar pessoal e realizar concursos públicos.

Mas a maioria dos órgãos ainda precisa de esforço maior. À exceção da Justiça Militar da União, todos os demais membros do Judiciário, mesmo os que conseguiram reduzir gastos, executaram em janeiro uma fatia maior do que a média mensal esperada para o cumprimento do teto de gastos. A Justiça Federal, por exemplo, teve despesa equivalente a 10,1% de todo o limite. E, mesmo entre os que podem elevar o gasto, o aumento tem ocorrido em ritmo mais veloz que o permitido, como são os casos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Justiça Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na avaliação do subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Tesouro, Pedro Jucá Maciel, o aperto nesses órgãos ocorrerá a partir de agora. Ele lembrou que muitos deles concederam nos últimos anos reajustes que já estavam acordados antes de a regra do teto entrar em vigor. Agora, essa pressão deixará de existir.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, avalia que o Poder Judiciário cometeu um "equivoco" ao seguir concedendo benefícios e vantagens para seus servidores. Para ele, é provável que parte desses órgãos descumpra o teto já neste ano, acionando uma série de gatilhos, como o fim de reajustes e novas contratações.

"Resta saber como vai se dar esse descumprimento e quem vai fiscalizar aplicação dos gatilhos. O Tribunal de Contas da União (TCU) vai precisar se pronunciar. O Executivo, até agora, não deu um norte para isso. A reforma administrativa poderia ajudar a direcionar essa questão", afirmou Salto.

08 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

# Toffoli diz que disputas não podem estar acima do País

**Presidente do STF afirma ao 'Estado' ser importante pacificar o Brasil; fala de Bolsonaro provoca reação de políticos no Congresso**

**Tânia Monteiro** / BRASÍLIA

Em um momento de crescente tensão entre o Executivo e os demais poderes e após o presidente Jair Bolsonaro voltar a defender as manifestações do dia 15 de março, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Antonio Dias Toffoli, declarou ao Estado que “as disputas políticas que se aproximam não podem estar acima dos interesses nacionais”. Para ele, “não adianta pensar em disputas regionais” em um momento em que “o importante é o Brasil estar pacificado e voltar a crescer”.

Toffoli não quis comentar especificamente a convocação feita por Bolsonaro ontem durante discurso em Roraima, quando estava a caminho da viagem de quatro dias aos Estados Unidos. “Não é papel do presidente do Supremo ser comentarista de falas dos presidentes dos outros poderes”, afirmou.

A fala de Bolsonaro foi publicada em suas redes sociais e na de seus filhos e apoiadores. O presidente do STF afastou a possibilidade de se juntar ao presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), para que, caso desejem se posicionar em relação à fala de Bolsonaro, o façam de maneira conjunta. “O papel do STF nunca é de tomar atitude ativa. É de ser árbitro e mediar e pacificar, quando chamado”, afirmou Toffoli. Para ele, não cabe ao Supremo se unir a A, B ou C porque o papel da Corte “é de promover a harmonia entre os poderes”.

A nova convocação de Bolsonaro desagradou a todos e subiu um tom na já turbulenta disputa entre Congresso e Executivo,

após um breve período de arrefecimento no início da semana com a conversa entre Bolsonaro e Alcolumbre, quando uma pequena bandeira da paz foi acenada entre os dois. Um dos panos de fundo é a queda de braço em torno do controle sobre R\$ 30 bilhões do Orçamento. O dito acordo assinado em torno do Orçamento, que deixaria R\$ 19 bilhões desse total com o relator-geral do Orçamento e devolveria o controle sobre R\$ 11 bilhões para o Executivo, ainda conta com resistência do Planalto.

No meio político, no entanto, há quem acredite que Bolsonaro tem um único objetivo: retirar do foco o resultado magro do crescimento do País. A atividade econômica avançou 1,1% em 2019, em desaceleração ante os dois anos anteriores. Ao convocar a população para as ruas, Bolsonaro chamaria a atenção para a disputa política, campo em que o presidente “sabe brigar”, tentando colocar uma “cortina de fumaça” frente às cobranças e as preocupações manifestadas por integrantes da equipe econômica com o baixo crescimento.

Outro ponto por trás dessa polêmica, de acordo com a avaliação de lideranças políticas, é o embate entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e Bolsonaro. A declaração do presidente vem um dia após Maia subir tom nas críticas ao governo. Ambos têm como base eleitoral o Rio, o que contribuiria para acirrar esse embate. Além disso, as articulações de Alcolumbre para alterar a Constituição e permitir a reeleição para as presidências na Câmara e no Senado, o que também beneficiaria Maia, seria um ingrediente a mais na tensão entre os poderes.

Embora o presidente tenha dito que a manifestação não é contra o Congresso ou o STF, a avaliação nos bastidores é que chamar um ato em defesa do Poder

Executivo transmite a mensagem de que ele precisa ser defendido. Neste caso, levanta suspeitas sobre quem estaria atacando a instituição, fomentando o clima de tensão e polarização.

**Críticas.** O presidente foi criticado pelo líder do PSL no Senado. Major Olímpio (SP). “Esse discurso foi como apagar o fogo com gasolina. O presidente virou protagonista das manifestações.” O líder dos Democratas na Câmara, Efraim Filho (PB), disse que Bolsonaro, em vez de “insuflar manifestações” deveria construir condições para a retomada do crescimento econômico. Líder da minoria na Câmara, Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou que reunirá outros líderes para discutir uma resposta conjunta. “A gente precisa dar um basta.” / COLABORARAM EMILLY BEHNKE, E.G. e P.V.

### ● Repercussão

“As disputas políticas não podem estar acima dos interesses nacionais. Não adianta pensar em disputas regionais.”

**Dias Toffoli,**

PRESIDENTE STF

“A gente precisa dar um basta, reagir à altura. O Congresso Nacional precisa dar uma resposta institucional.”

**Jandira Feghali**

LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA

“O presidente, em vez de insuflar manifestações, devia concentrar esforços na solução do que interessa: o crescimento econômico.”

**Efraim Filho**

LÍDER DO DEM NA CÂMARA

“Esse discurso foi como apagar o fogo com gasolina. O presidente se assumiu como o protagonista das manifestações.”

**Major Olímpio**

SENADOR (PSL-SP)

### Nacional-populismo

**A** eleição de Bolsonaro insere-se no fenômeno do surgimento da direita nacional-populista que levou ao poder Trump nos Estados Unidos, Viktor Orbán na Hungria, Salvini e Beppe Grillo na Itália, ao Brexit e a Johnson na Inglaterra.

Líderes vencem não pela consistência de suas convicções, mas porque, orientados por especialistas em opinião pública, lançam mão de técnicas e algoritmos na internet. Conhecem, então, a receita do bolo a ser servido a cada tribo de consumidores/eleitores, por via do estudo científico dos medos, aspirações, alegrias e ódios desvelados no uso das redes sociais, das quais surge perfeita tomografia de corpo e alma dos usuários. As frustrações e a raiva que produzem são fonte de energia e formam o cardápio político. Conforme Moura e Corbellini (*A Eleição Disruptiva – por que Bolsonaro venceu*, Record, 2019), “a vitória de Bolsonaro foi a manifestação da ira contra tudo o que está aí, foi a eleição dos indignados”.

Os magos por trás da máquina de controle daqueles que se pensam, enganadamente, fautores do próprio destino por integrarem as redes sociais são os técnicos como Gianroberto Casaleggio, na Itália, Dominic Cummings, que conduziu a campanha em favor do Brexit, o ex-chefe de campanha de Trump e próximo de Olavo de Carvalho, Steve Bannon, o articulador de Orbán, Arthur Finkelstein e o controverso jornalista Milo Yiannopoulos.

É Giuliano Da Empoli, no livro *Os Engenheiros do Caos* (Vestígio, 2019, tradução de Arnaldo Bloch), que revela a nova política tecnicamente administrada, gerida sem nenhum limite ético.

As manobras antes utilizadas em face do consumidor passaram a ser aplicadas ao eleitor, objeto de cooptação para levar ao poder ambiciosos sem pudor, falsos moralistas que prometem expulsar os maus do “templo” valendo-se do ressentimento e da raiva fá-

ceis de ser explorados, sempre sob a ótica conspiratória contra bodes expiatórios denunciados com *fake news* nas redes sociais.

Adotam esses chefes autoritários posições diversas a cada passo. Dizem um dia o necessário para contentar parcela Y da sociedade, para no seguinte, sem preocupação com a coerência, aderirem ao inverso, se preciso, para satisfazer a parcela X.

No caso brasileiro, o desencanto com a corrupção após a ditadura, a desesperança de dias melhores após a nova Constituição, bem como a crise de segurança pública facilitaram um discurso raso de direita e a indicação dos culpados: a classe política, acusada de só ver o próprio interesse, as elites traidoras, o aparelhamento do Estado.

#### **Bolsonaro pulou fora da dignidade e dos limites constitucionais impostos pelo cargo**

A eventual frustração de cada qual nos planos profissional, econômico, sexual, familiar se soma à indignação dos eleitores contra o PT, a corrupção, o Congresso, o STF, muitos sem perceber que ir contra os dois últimos lesa direitos fundamentais e instaura o arbítrio.

A tática é sempre a mesma: populistas, ao se nutrirem do ódio dos outros, fazem da humilhação dos poderosos a sua promessa, como diz Da Empoli. Ser vulgar e grosseiro, mormente com a imprensa, e afrontar o politicamente correto passa por exprimir autenticidade, atendendo ao gosto popular, ao contrário dos hábitos das elites e da velha política.

Buscam-se os cantos, e não o centro, ou um denominador comum. Não há união, mas adjução. Somam-se desconhecidos, cada qual carregando sua revolta em direção aos extremos e a ser explorada pelos líderes populistas manobrados pelos técnicos em algoritmos

e internet.

Da Empoli ressalta: “No mundo de Trump, Johnson e Bolsonaro cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo e, mal se está comentando um evento, esse já é eclipsado por outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática”.

No carnaval houve reiterada conduta agressiva de Bolsonaro: ofendeu a jornalista da *Folha*; divulgou conversa do general Heleno chamando congressistas de chantagistas e sugerindo ida às ruas; postou no WhatsApp dois vídeos convocando para ato em 15 de março: num conclama patriotas a resgatar o Brasil e defender o presidente cristão e incorruptível; no outro põe os nomes Gen. Heleno/Cap. Bolsonaro e se faz de mártir ante os inimigos do Brasil; na quinta-feira 27/2 acusou mendazmente a jornalista Vera Magalhães de mentir.

Se Bolsonaro nunca teve apreço pela democracia representativa e pelos partidos políticos, sabe, todavia, o valor de um gabinete do ódio no terceiro andar do palácio a calibrar a relação direta entre o “líder” e o povo a ser emocionalmente explorado. Basta assistir ao vídeo compartilhado no qual sem pudor é endeuado: “Foi chamado a lutar por nós”, “quase morreu por nós”, “única esperança de dias cada vez melhores”, “presidente trabalhador, patriota”, “precisa de nosso apoio nas ruas”. Apoio por quê? Ora, apenas em favor da ambição do poder populista, sem intermediação.

O que parece desatino em muito é planejado. Na convocação para o dia 15 Bolsonaro exagerou e pulou no carnaval fora da dignidade e dos limites constitucionais impostos pelo cargo. O mesmo na triste comédia do PIB.

ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR SÊNIOR DA FACULDADE DE DIREITO DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

07 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### A investigação de Paraisópolis

**E**m dezembro do ano passado, durante um baile funk nas ruas de Paraisópolis, na zona sul da capital, 9 pessoas morreram pisoteadas e 12 ficaram feridas em razão de tumulto surgido depois de uma ação da Polícia Militar (PM). Segundo o relato da PM na ocasião, agentes de segurança perseguiram dois suspeitos, que entraram no baile como meio de fuga. A polícia, então, invadiu a festa, com cerca de 5 mil pessoas, dando continuidade à perseguição. Testemunhas relataram uso de bombas de efeito moral pelos policiais, o que teria provocado correria e aglomeração de pessoas nas vielas da localidade. Segundo os laudos, os nove jovens morreram por asfixia mecânica característica de pisoteamento.

Trinta e um policiais foram afastados dos serviços operacionais de rua e a Corregedoria da PM abriu uma apuração sobre as mortes e a responsabilidade dos agentes. Recentemente, o órgão da PM concluiu o inquérito sobre o caso. A morte dos nove jovens durante o baile funk aconteceu também em virtude da ação da PM no local, diz o documento assinado pelo capitão Rafael Oliveira Casella.

“Há a certeza de que as mortes, fatalmente, aconteceram em virtude de uma ação da qual os agentes de segurança pública participaram, pois há probabilidade de que suas condutas provocaram o resultado”, diz o capitão Casella no documento.

É importante que a Corregedoria reconheça essa relação de causalidade entre a ação da PM e as mortes, não apenas para que se apurem as devidas responsabilidades e os respectivos efeitos jurídicos, mas principalmente para que sejam evitados novos casos. A atuação do poder público não pode ser tão desastrosa.

Desde as primeiras informações sobre o caso, colocou-se em questão o despreparo dos policiais militares, que colocaram em risco a vida e a integridade de 5 mil pessoas para perseguir 2 suspeitos. O mínimo senso de prudência recomendava que, quando os sus-

---

#### **É importante o reconhecimento da relação entre a ação da PM e as mortes**

---

peitos entraram no baile para se esconder, a PM sustasse imediatamente a ação. Dar continuidade à perseguição num evento dessas proporções foi uma temeridade. Os policiais ali presentes foram incapazes de avaliar os riscos derivados de sua ação. Tal deficiência de avaliação precisa ser corrigida seja com treinamento, seja com a revisão dos procedimentos operacionais.

Outro aspecto da lamentável tragédia em Paraisópolis refere-se à presença de menores de idade na festa. Dos nove jovens mortos, quatro eram menores de idade – três tinham 16 anos e um, 14 anos. A legislação estabelece uma série de condições para a realização de um evento com a

participação de crianças e adolescentes. É competência da administração municipal averiguar o preenchimento desses requisitos, antes da concessão do alvará, bem como realizar a necessária fiscalização do cumprimento dessas condições.

Segundo a Corregedoria da PM, o Conselho Tutelar da região foi “débil e ineficiente” ao não monitorar a presença de menores de idade no baile e que a subprefeitura da área foi “negligente” ao não alertar sobre as condições dessa festa. O documento também indica que os pais das vítimas foram negligentes com a guarda dos filhos.

A Corregedoria recomendou o arquivamento da apuração, mas o Ministério Público Militar pediu novas informações. Com o objetivo de saber quem estava por trás da organização do evento, o Ministério Público pediu que a polícia busque anúncios da festa nas mídias sociais e apure a respeito de eventual autorização das autoridades públicas para a realização do baile. O poder público sabia da ocorrência do evento. Tanto é assim que, no baile, havia seis motocicletas da PM estacionadas, para reforçar o patrulhamento da região.

É preciso investigar as causas e as responsabilidades da atuação de policiais que exorbitam no uso da violência. Mas também é preciso investigar a atuação disfuncional do poder público, que se omite do dever de proibir a organização continuada de um evento ilegal.

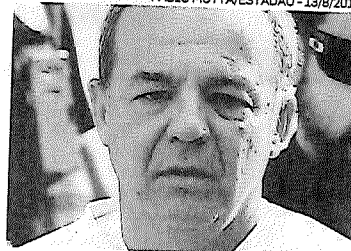
07 MAR 2020

## O ESTADO DE S. PAULO

### Suíça devolve R\$ 20 milhões em diamantes e ouro do esquema liderado por Cabral

O Ministério Público Federal colocou ontem à disposição da Justiça 27 pedras de diamantes e 4,5 kg de ouro que, segundo a Procuradoria, foram adquiridos com dinheiro do esquema de corrupção chefiado pelo ex-governador do Rio Sérgio Cabral (MDB). O material estava na Suíça e, segundo peritos, é avaliado em R\$ 20 milhões.

A operação foi autorizada pelo juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Criminal Federal do Rio, responsável pela Lava Jato no Estado. A ação foi realizada pe-



FABIO MOTTA/ESTADÃO - 13/8/2018

lo MPF, com apoio da Polícia e Receita Federal, além do Ministério Público suíço e da embaixada italiana. A localização dos diamantes e do ouro foi revelada em delação pelos doleiros Marcelo e Renato Chebar.

### Fachin abre inquéritos contra Renan e Jader

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, autorizou a abertura de dois inquéritos contra o senador Renan Calheiros (MDB) pelo crime de lavagem de dinheiro, no âmbito da Operação Lava Jato. As investigações miram supostos esquemas na Transpetro – uma delas também tem como alvo o senador Jader Barbalho (MDB). Por nota, a assessoria de Renan que ele “está certo que a nova investigação concluirá pela inexistência de qualquer improbidade”. Jader não foi localizado.

### Vereador pede proteção após morte de empresário

O vereador Senival Moura (PT) solicitou escolta da Polícia Militar à Câmara Municipal de São Paulo após a morte, na quarta-feira, do empresário Adauto Soares Jorge, presidente do Consórcio Transunião, empresa de ônibus que opera na capital. Senival e Jorge eram amigos há 30 anos. “Houve a preocupação da Presidência quanto à minha integridade física”, justificou o vereador.

### PGR quer perícia em pen drives de delatores da J&F

A subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, pediu ao ministro do STF Edson Fachin que autorize uma perícia sobre pen drives entregues pelos delatores da J&F em investigação sobre a suposta compra do apoio do MDB à reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2014. O material foi entregue para corroborar a delação de Joesley Batista, Ricardo Saud e Demilton de Castro.

**R\$ 46 mi**  
É O VALOR DA PROPINA PAGA, SEGUNDO OS DELATORES

### Lewandowski nega HCs preventivos a deputadas

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, negou seguimento a dois habeas corpus preventivos em que as deputadas federais do PSL Carla Zambelli (SP) e Bia Kicis (DF) pediam que a Corte impedisse “qualquer coação ou restrição de liberdade” por terem compartilhado vídeo em que a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) é hostilizada ao em um hotel no Rio junto com sua filha. Gleisi pediu à Corte o envio de representação à PGR para que Carla e Bia sejam denunciadas por apologia ao crime.

# O ESTADO DE S. PAULO

## COLUNA DO ESTADÃO

09 MAR 2020

● **Novo era.** O CNJ implanta hoje o sistema eletrônico de execução unificada no TJ-SP, um dos últimos no País a aderirem à digitalização dos processos. Até o meio deste ano, todos os tribunais brasileiros terão de estar atualizados.

● **Aos poucos.** A operação começará com a digitalização de todas as peças e incidentes de 800 processos físicos dos presos da Penitenciária de Casa Branca. Haverá também a capacitação de juízes e servidores.

● **Sem papel.** Dos 27 tribunais estaduais e dos 5 federais, 30 já aderiram à implantação do modo eletrônico. Existem hoje 1,1 milhão de processos no sistema. Com a implantação total, espera-se algo entre 1,5 milhão e 2 milhões.

● **Oito...** O presidente do STF, Dias Toffoli, criou grupo de trabalho para avaliar a inclusão de mais mulheres nas bancas de concurso para a magistratura. A ideia é aumentar a participação de juízas na magistratura.

● **...de marça.** “Quando a questão é equidade, a mulher se vê numa cultura patriarcal em que esse quadro de desequilíbrio foi sendo naturalizado”, disse a coordenadora do grupo, a conselheira Ivana Farina.

## BOMBOÚNAS REDES!



**Kátia Abreu**  
Senadora (PDT-TO)

“Ir às ruas, fazer greves e manifestações é legitimado pela democracia. Mas chamar para a rua contra o Congresso e o STF é destruir a mesma democracia.”

08 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

# Bolsonaro faz convocação para ato e gera indignação de Congresso e Supremo

Atitude reabre crise após acordo pelo Orçamento; presidente diz não ver ataques ao Legislativo em protesto marcado para o dia 15

Daniel Carvalho, Julia Chaib e Bernardo Caram

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro pediu neste sábado (7) que a população participe das manifestações programadas para o próximo dia 15 e afirmou que quem tem medo de rua não serve para ser político.

No mês passado, abriu-se uma crise entre os Poderes depois que Bolsonaro encaminhou a amigos um vídeo que convocava a população a ir às ruas para o ato.

As manifestações são organizadas por ativistas conservadores e têm bandeiras como a defesa do governo e das Forças Armadas, além de fortes críticas ao Congresso. Nas redes, há algumas convocações de caráter autoritário, pedindo o fim do Legislativo e do STF (Supremo Tribunal Federal).

As novas declarações de Bolsonaro desagradaram os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo.

Nos bastidores, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o ministro Dias Toffoli manifestaram a aliados descontentamento e indignação com o gesto do presidente.

Ele afirmou, durante escala em Boa Vista para a viagem aos Estados Unidos, que o ato do dia 15 quer mostrar que quem dá o norte para o Brasil é a população.

“É um movimento espontâneo, e o político que tem medo de movimento de rua não serve para ser político” disse Bolsonaro. “Então participem, não é um movimento contra o Congresso, contra o Judiciário. É um movimento pró-Brasil.”

“Quem diz que é um movimento impopular contra a democracia está mentindo e tem medo de encarar o povo brasileiro”, ressaltou para plateia de 400 pessoas, entre autoridades políticas de Roraima e simpatizantes.

Ao tomar conhecimento da fala de Bolsonaro, Alcolumbre conversou com Toffoli. Combinaram que, se houver uma manifestação pública, deve ser conjunta, do Legislativo e do Judiciário, e mais dura que as anteriores.

Alcolumbre demonstrou a interlocutores irritação e preocupação. Ele considerou o episódio deste sábado uma “situação grave”.

Na avaliação dos chefes do Congresso e do Supremo, o recado passado pelo Palácio do Planalto nos últimos dias foi de que Bolsonaro não se manifestaria após a polêmica do vídeo que compartilhou via WhatsApp convocando para os atos.

O fato de o presidente ter compartilhado um vídeo sobre as manifestações foi discutido pessoalmente entre Bolsonaro e Alcolumbre na última segunda (2).

O senador reclamou com Bolsonaro, que, por sua vez, teria dito que não teve a intenção de colocar as ruas contra o Congresso. Outros parlamentares ouviram do presidente que o caso era um mal-entendido.

Mensagem parecida foi passada pelo ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) a Toffoli e a Maia.

Por isso, as frases de Bolsonaro neste sábado irritaram os comandos do Legislativo e do Judiciário.

Eles discutem a possibilidade de uma resposta pública conjunta ao Planalto. Avaliam, porém, que não se pode cair na “pilha” do presidente e responder à atitude do mandatário incisivamente.

Iniciar um bate-boca com o presidente agora em virtude da convocação, avalia a cúpula do Congresso, poderia apenas instigar ainda mais a população contra o próprio Congresso e aumentar a mobilização.

As convocações ganharam força após fala do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Nacional (GSI), que chamou o Parlamento de chantagista.

O ministro falava da disputa entre Executivo e Legislativo por verbas do Orçamento de 2020, o que gerou embates entre os Poderes.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

A polêmica do protesto ampliou a crise, mas, na semana passada, Congresso e governo fecharam um acordo para dividir recursos.

As novas afirmações do presidente vêm um dia após Maia dizer que o governo tem contribuído para afastar investidores do país ao criar incertezas em relação ao seu compromisso com a democracia e a defesa do meio ambiente.

A atitude de Bolsonaro foi alvo de críticas no Parlamento. A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) disse que o presidente convocou a população a participar de um ato que, para ela, tem caráter golpista.

Já o senador Omar Aziz (PSD-AM) ironizou a atitude do presidente e disse que isso não resolverá os problemas econômicos do país.

Durante a semana, senadores foram informados pela articulação política do governo que Heleno gravaria um vídeo falando sobre o equilíbrio entre os Poderes e a importância do Congresso, o que seria encarado como um pedido de desculpas depois de sua fala sobre chantagem. O vídeo, contudo, não foi gravado.

Aliados de Alcolumbre pontuaram que a manifestação de Bolsonaro acontece na semana em que se revelou que o gabinete de Eduardo Bolsonaro usou a estrutura do Congresso para realizar ataques virtuais e estimular o ódio contra supostos adversários do chefe do Executivo.

No STF, ministros avaliam que o ideal é não alimentar o que consideraram uma provocação de Bolsonaro. Para integrantes do Supremo, ao convocar os atos, o presidente faz uma "manobra diversivista" para criar uma cortina de fumaça sobre os resultados negativos da economia.

Conforme divulgado na quarta (4) pelo IBGE, o PIB do Brasil cresceu 1,1% em 2019.

## Protesto estimula youtubers de direita a pedir ação militar

Fábio Zanini

SÃO PAULO A manifestação chamada por Jair Bolsonaro e seus aliados para 15 de março estimulou uma parte da base digital do presidente a ter devaneios autoritários.

O movimento tem sido mais evidente entre youtubers pró-Bolsonaro, com referências ao fechamento do Congresso e do Supremo e à intervenção das Forças Armadas.

"Agora não tem mais volta. Fecha o STF, fecha o Senado, fecha a Câmara" é o título de um vídeo do Vlog do Lisboa, de 28 de fevereiro, que teve 125 mil visualizações até quinta (5).

Comandado por Paulo Lisboa, que esteve num grupo de youtubers recebidos por Bolsonaro no Palácio do Planalto em julho do ano passado, o canal tem 421 mil inscritos.

Responsável pelo canal Giro de Notícias, Alberto Silva publicou em 28 de fevereiro um vídeo dizendo que o Exército não dará um golpe, mas cogita um contragolpe, em reação a uma suposta trama do Congresso para tirar Bolsonaro do cargo.

"Golpe, não. O que pode ser executado é a Garantia da Lei e da Ordem. O Congresso e o Supremo estão brincando com a cara da população brasileira. Por isso que dia 15 o povo vai para as ruas, sim. O povo vai se manifestar contra esse deboche", bradou Silva.

Dono do Canal Universo, Roberto Boni é um dos mais explícitos na defesa de um golpe sem meias palavras.

"Chega, presidente Bolsonaro. Não aceite mais isso. O sr. não deve atender a essa gente [Congresso]. O sr. é o chefe das Forças Armadas, pode muito bem resolver essa parada de vez, porque a nação está com o sr.", cobrou, em vídeo de 25 de fevereiro.

Boni, que tem 434 mil inscritos em seu canal, diz que o povo não quer apenas o fechamento do Congresso e do STF. Quer a sua "inexistência".

# 08 MAR 2020

# “

Participem, não é um movimento contra o Congresso, contra o Judiciário. É um movimento pró-Brasil. Quem diz que é um movimento impopular contra a democracia está mentindo e tem medo de encerrar o povo brasileiro

# ?

Jair Bolsonaro  
em discurso  
em Roraima



# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

08 MAR 2020

**SANTO** A Justiça Federal negou pedido da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos para que Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP) devolvam o dinheiro gasto na viagem ao Vaticano para a canonização da Irmã Dulce. A entidade queria ainda que a Justiça proibisse a União de gastar com cerimônias religiosas, alegando “nociva mistura entre política e religião”.

**DIVERSIDADE** A população LGBT em presídios brasileiros é de 10.457 pessoas. O número, fechado na última semana pelo Depen (Departamento Penitenciário Nacional), representa 1,4% do total de presos no Brasil.

**DIVERSIDADE 2** Segundo os dados, os bissexuais e as lésbicas são os grupos mais numerosos, 3.487 e 3.165, respectivamente. Transexuais são 429 e gays, 2.821. O estudo foi feito com estados e se refere a 2019.

**RITMO** O Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo é o segundo mais lento entre os 24 TRTs, segundo relatório publicado nesta semana pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

**DEVAGAR** Os números mostram que o TRT paulista leva, em média, três anos e oito meses (1.326 dias) do ajuizamento da ação até o arquivamento (os dados foram coletados de janeiro a abril de 2019), à frente apenas da 19ª Região (Alagoas).

**VIAGEM** O TRT da 2ª Região afirma que, em 2019, o prazo médio entre ajuizamento e arquivamento de ações foi de 813 dias. “A divergência constatada em relação ao relatório está no fato de que a apuração não abrangeu todos os meses do ano de 2019, mas apenas os meses compreendidos entre janeiro e abril”, diz.

07 MAR 2020

# FOLHA DE S. PAULO

## Testemunhas de Jeová são investigadas sob suspeita de ocultar crimes sexuais

Vítimas relataram à Promotoria esquema de proteção a agressores; associação diz ajudar autoridades

Rogério Pagnan  
e Rogério Gentile

SÃO PAULO O Ministério Público de São Paulo investiga a associação religiosa Testemunhas de Jeová por suspeita de ter acobertado casos de abuso sexual, inclusive de crianças e de adolescentes, em suas congregações.

De acordo com a apuração da Promotoria, a organização teria constrangido vítimas a não denunciar os crimes. Por conta disso, afirma, muitos dos delitos já estariam prescritos.

Iniciado em setembro de 2019, o inquérito, que corre sob sigilo judicial, tem como base o relato de seis pessoas que afirmam terem sofrido diversos abusos de natureza sexual e psicológica.

Um dos casos é o de E.G.L.B, de 37 anos. Aos 12 anos, ela era candidata ao batismo quando foi entrevistada por um ancião (nome dado aos membros experientes, que têm a função de supervisionar as congregações).

“O ancião começou falando sobre sexo”, disse. Logo depois, segundo o relato feito à Promotora, levantou-se e passou a apalpar os seios da garota. “Ele me disse, não precisa ficar com medo de mim, sou como um pai para você. Na sequência, abriu a calça e tirou o pênis.”

Meses depois, E.G.L.B e sua mãe decidiram relatar o caso a outros dois anciãos. “Eles ficaram transtornados, mas acabaram por pedir que não falássemos nada para ninguém”, lembra. “Disseram que deveríamos deixar nas mãos de Jeová, que ele resolve tudo.”

Em documento enviado à Justiça, a promotora Celeste Leite dos Santos diz que a associação, sempre que sabia de alguma situação de abuso, afirmava que só poderia tomar providência caso houvesse confissão do autor ou se existissem duas testemunhas presenciais do crime.

Ela afirma também que as vítimas poderiam ser afastadas da organização se fizessem denúncias. Quando alguém é desassociado das Testemunhas de Jeová, diz a promotora na petição, “perde-se também o elo com os parentes” que integram a igreja.

A promotora diz que a investigação começou após ela ter sido procurada por uma das vítimas. “Precisava de ajuda porque foi ameaçada por estar denunciando”, diz. “Estava sendo intimidada, nos escreveu pedindo socorro.”

Celeste é coordenadora de um projeto do Ministério Público paulista, o Avarc (Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos), que procura ter um olhar mais

atento e humanizado às vítimas de crimes ocorridos no estado de São Paulo.

Religião criada no final do século 19 nos Estados Unidos, as Testemunhas de Jeová têm cerca de 1,4 milhão de adeptos no Brasil, de acordo com o Censo do IBGE de 2010. Seus fiéis acreditam que sua religião é a restauração do verdadeiro cristianismo.

Segundo o pesquisador Eduardo Góes de Castro, as Testemunhas de Jeová encaram a sua religião como um modo de vida, “sendo que todos os outros interesses, incluindo o emprego e a família, giram em torno de suas crenças”.

A associação defende uma vida moderada e a submissão das mulheres aos homens. Não aceita a transfusão de sangue e o serviço militar. As Testemunhas de Jeová dizem basear todo seu sistema de crenças e práticas na Bíblia.

Além do relato das vítimas, o Ministério Público colheu o depoimento de nove testemunhas, entre as quais alguns anciãos. Segundo essas testemunhas, a igreja registra todos os relatos de abuso e os arquiva nas congregações. Posteriormente, esses dados seriam repassados à sede da entidade, nos Estados Unidos.

**CONTINUA**

Em razão de uma série de casos de abusos investigados no exterior, o comando mundial da organização teria ordenado, de acordo com o relato feito à Justiça, a destruição de todos os registros confidenciais de crimes.

Com base nesse receio, a Justiça determinou a realização de operações de busca e apreensão de documentos em 15 endereços da entidade, incluindo a sede, localizada no município de Cesário Lange, no interior de São Paulo.

No Salão do Reino [nome dado aos templos] do bairro da Liberdade, por exemplo, a polícia colheu cinco envelopes com supostas provas. Num deles, haveria informações sobre um ancião que teria molestado sexualmente suas filhas de 12 e 14 anos.

Em outro documento, haveria o relato de um fiel com “conduta desenfreada no serviço secular com várias mulheres”. De acordo com o Ministério Público, os dirigentes da associação podem ser denunciados se ficar provado que tiveram ciência de casos de crimes sexuais, que não informaram as autoridades e que permitiram seu prosseguimento.

A Justiça, a entidade afirmou que não há nenhuma prova de ilegalidade ou omissão de sua parte. “Pelo contrário, as provas juntadas nos autos pelo próprio Ministério Público indicam que a associação preocupa-se em proteger os menores em seu meio”, afirma.

Em petição apresentada ao Tribunal de Justiça, a entidade pediu a suspensão do inquérito. Declarou que nunca “houve qualquer orientação para encobrir tais casos ou tratá-los apenas internamente, como se houvesse um tribunal eclesial próprio”.

Disse também que nenhum documento apreendido pelos policiais tem relação com as supostas vítimas que procuraram o Ministério Público. “A busca serviu apenas para violar o sigilo eclesiástico, expor dados sensíveis de pessoas alheias às investigações e violar garantias constitucionais de uma entidade religiosa e de seus fiéis.”

O Tribunal de Justiça não aceitou o pedido. Em decisão no final de janeiro, afirmou que a investigação contém indícios bastante relevantes quanto à prática de crimes sexuais. “Não há motivo para suspender o procedimento.”

Assim como as Testemunhas de Jeová, a Igreja Católica é alvo de acusações de abuso sexual de crianças e de jovens por padres e religiosos nos últimos 20 anos, em diversos países do mundo.

O papa Francisco ordenou no mês de dezembro mudanças na forma como a igreja lida com os episódios, eliminando a regra do sigilo pontifício, usada até então para manter casos em segredo. Com a alteração, a igreja pode passar a enviar para autoridades civis documentos e provas relacionados a suspeitas de abusos sexuais.

No Brasil, outro caso de crimes sexuais envolvendo religiosos ocorreu em Goiás, com o médium João Teixeira de Faria, o João de Deus, condenado a mais de 40 anos de prisão por estupro.

## Associação afirma ‘abominar qualquer tipo de violência’

### OUTRO LADO

Procurada pela Folha, a Associação Torre de Vigia de Bíblias, nome da corporação jurídica usada pelas Testemunhas de Jeová, disse não ser apropriado comentar assuntos sob segredo judicial, mas disse que colaborará com qualquer procedimento jurídico que envolva a proteção de menores de idade.

Em nota enviada à reportagem, afirma que “as Testemunhas de Jeová abominam qualquer tipo de violência, inclusive a sexual, e a consideram como um crime”.

Segundo o texto, a política da associação para a proteção de menores requer que os anciãos, ao tomarem conhecimento de alguma alegação de abuso, relatem o fato às autoridades.

A associação diz que, quando não há confissão, “a Bíblia requer que duas testemunhas estabeleçam o que ocorreu” para que os anciãos possam tomar medidas eclesiásticas. Ressalva, no entanto, que esse procedimento religioso não deve ser confundido com o encaminhamento dos casos às autoridades ou não.

“Uma denúncia pode ser feita às autoridades mesmo que haja um único denunciante e nenhuma prova adicional.”

A entidade diz manter, de fato, um arquivo confidencial na congregação local para certificar que seja protegida de uma pessoa conhecida como abusador. “Essa medida é importante para proteger menores”, afirma.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## SENHOR DA RAZÃO

07 MAR 2020

José Sarney faz 90 anos no dia 24 de abril e uma série de homenagens estão sendo preparadas para celebrar a data — ele é o mais velho entre os presidentes brasileiros vivos. Depois dele vem Fernando Henrique Cardoso, que completa 89 em junho.

**FESTA** O Congresso Nacional fará uma sessão solene. Vai ainda abrigar uma exposição sobre a carreira literária de Sarney, além de exibir um documentário. Ele será homenageado pela Academia Brasileira de Letras e pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

**ESTANTE** Dois livros devem ser lançados sobre o ex-presidente: “Sarney: 60 anos de Política”, do cientista político americano Ronald M. Schneider, e “A Receita de Sarney: Recessão Não”, do jornalista José Augusto Ribeiro.

**MINHA HISTÓRIA** O próprio ex-presidente tem uma autobiografia pronta, de 800 páginas, chamada “Boa noite, Presidente”. Mas ele não publicou. Diz seguir conselho do ex-presidente Ernesto Geisel, segundo o qual ela não pode ser publicada enquanto o biografado está vivo.

**SOBRE TUDO** Ele atualmente escreve um livro sobre a política brasileira, “O Brasil no seu Labirinto”, e um romance, “O Solar dos Tarquínios”.

09 MAR 2020

## FOLHA DE S. PAULO

### Populismo penal

Projeto que prevê cobrar de preso por sua estadia no cárcere não é justo nem configura política eficaz

Impor a pessoas encarceradas as despesas decorrentes de sua própria prisão, como prevê projeto do senador Waldemir Moka (MDB-MS), cristalizará na letra da lei a incompetência estatal em oferecer soluções para o caos que acomete o sistema penitenciário.

O déficit no sistema prisional superlotado é de 312 mil vagas, segundo levantamento de 2019. As famílias de presos — a vasta maioria nos estratos mais pobres — já arcam com itens básicos que deveriam ser fornecidos pelo Estado, como produtos de higiene pessoal.

Isso viola o princípio, que data dos primórdios do Iluminismo, de que a pena não deveria se estender aos familiares do condenado.

Aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, o substitutivo do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) detalha caminhos tortuosos para essa política pública.

De acordo com o texto, que ainda precisa passar pelo plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados, ou o detento dispõe de recursos próprios para pagar pela estadia no cárcere ou terá de aceitar eventual trabalho oferecido pelo estabelecimento prisional.

Na primeira hipótese, a medida se aproxima de uma dupla pena pelo mesmo crime. Na segunda,

do trabalho forçado.

Também se prevê que presos provisórios, que representam algo como 34% da população carcerária, arquem com essas obrigações. O dinheiro seria depositado em conta judicial e devolvido em caso de absolvição. Aqui a matéria ganha ares kafkianos, ao cobrar de presos que nem mesmo foram condenados pela lentidão do Judiciário.

Movido a populismo penal, o projeto cria demanda por trabalho em estabelecimentos prisionais — algo que o setor público hoje é incapaz de absorver. Apenas 20% dos presos trabalham, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, e 76% deles não são remunerados ou recebem menos do que três quartos do salário mínimo.

Compreende-se que proposições do gênero possam seduzir parcelas da sociedade justamente indignadas com a violência ou a corrupção. Entretanto tal endurecimento punitivo está longe de ser política racional de segurança.

Os custos do sistema prisional cairiam com uma estratégia de encarceramento que priorizasse condenados perigosos, buscando penas alternativas para os demais. Nossos presídios superlotados são mais eficientes em fornecer mão de obra para facções criminosas.

09 MAR 2020

MÔNICA BERGAMO  
MEIA  
VOLTA

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**VOLTE UMA CASA** Devido ao avanço do novo coronavírus, a Universidade Harvard cancelou um evento que teria a participação do ministro Luiz Fux, do STF. O magistrado daria uma palestra em 8 de abril.

**FIQUE ONDE ESTÁ** A instituição vetou eventos nas suas unidades e divulgou comunicado desencorajando viagens internacionais e domésticas dos membros da comunidade acadêmica. O aviso foi feito na última sexta (6).

**PÊNULO** Quem conhece os três nomes aprovados em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado na semana passada para compor o Conselho Nacional do Ministério Público diz que eles tornam o órgão de maioria favorável a Deltan Dallagnol. As indicações precisam ainda passar pelo plenário, mas a tendência é que sejam aprovadas.

**PÊNULO 2** O procurador, coordenador da Lava Jato em Curitiba, responde a 17 processos. No ano passado, ele foi punido com uma advertência por 8 votos a 3. O CNMP tem 14 conselheiros. Com a nova configuração, avaliam pessoas ligadas ao conselho, Dallagnol tende a se livrar de novas punições mais graves.

**ESTAFA** Entre os achados encontrados pela atual administração do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí entregues à Polícia Federal está um banco de horas de funcionários, de registro duvidoso, com 183 mil horas extras — equivalente a 7.625 dias ou 20 anos.

**COISA POUCA** Para pagar o total computado como trabalho, seriam necessários cerca de R\$ 19 milhões, o que representa o orçamento anual de custeio do órgão, repassado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**PÔE NO POTE** Uma única servidora teria direito a 36 mil horas. A administração, que deixa o TRE em abril após uma intrincada disputa de poder local, cancelou 95 mil horas. Ainda assim, o tribunal deve R\$ 10 milhões em horas extras.

A proposta de uma quarentena para que juizes, procuradores, promotores, policiais militares e civis só possam se candidatar a algum cargo público seis anos depois de deixarem a carreira ganha apoio de peso: o do governador do Rio, Wilson Witzel (PSC-RJ).

**RODA** Ele afirma que vai levar a ideia a debate no Fórum de Governadores, que reúne os comandantes políticos de todos os estados.

**SEM LONGE** “É necessário que se crie barreiras para blindar Judiciário, Ministério Público e polícias da atividade político-partidária”, afirma ele. Witzel excluiria da regra procuradores e magistrados que, como ele, que já foi juiz, não atuam nas áreas criminal e eleitoral.

**SEMPERTO** A ideia ganhou fôlego na Câmara dos Deputados depois que Sergio Moro saltou da magistratura para um cargo público e emergiu como potencial candidato a presidente.

**SEMPERTO 2** Há desconfiança também de que o juiz Marcelo Bretas, do Rio, queira seguir carreira política.

**UM...** A Justiça de SP decidiu que o veto imposto pelo pacote anticrime à saída temporária de presos que praticaram crimes hediondos com mortes não deve ser aplicado a quem cometeu esse tipo de delito antes da aprovação do projeto anticrime, no fim de 2019.

**...PORTODOS** A decisão se baseia em pedido de habeas corpus feito pelo defensor Saulo Dutra de Oliveira em favor de um detento ao qual a “saidinha” foi negada inicialmente. Mas seus efeitos se estendem a outros na mesma situação.

09 MAR 2020

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## EDITORIAL

### Lentidão da Justiça

**A** pesar de avanços, a Justiça brasileira continua sendo um sistema extremamente lento. Cidadãos das mais variadas classes sociais e faixas etárias esperam, muitas vezes, durante anos para que aconteça uma decisão judicial definitiva nos processos em que participam. Com essa situação, réus verdadeiramente culpados acabam ficando impunes por muito tempo, fazendo com que o sonho da justiça diminua no coração das vítimas. As três esferas do Poder deveriam acelerar uma reforma do Judiciário, colocando em prática medidas eficientes para extinguir a tão conhecida demora nos processos.

E as causas da lentidão judicial são muitas, vão desde questões processuais até a falta de pessoal. O excesso de ações judiciais e a ampla possibilidade de recursos estão entre os principais obstáculos. Além desses, pode-se citar ainda a falta de servidores, de juízes e de infraestrutura, burocracia, informática deficitária e os orçamentos limitados. Complicações processuais e burocráticas e falhas no pagamento por parte dos devedores, da mesma forma, atrasam o sistema e precisam ser combatidos. Como se vê, os entraves são muitos e, por conta disso, o trabalho necessário para eliminá-los será enorme. O povo precisa levar essa situação em conta na hora de decidir quais serão os candidatos merecedores de votos nas próximas eleições.

09 MAR 2020

# BEMPARANÁ

**PANOS QUENTES**

## **Presidente do STF evita falar de protestos**

Em um momento de crescente tensão entre o Executivo e os demais poderes e após o presidente Jair Bolsonaro voltar a defender as manifestações do dia 15 de março, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Antonio Dias Toffoli, declarou ao Estado que “as disputas políticas que se aproximam não podem estar acima dos interesses nacionais”. Para ele, “não adianta ficar pensando em disputas regionais” em um momento em que “o importante é o Brasil estar pacificado e voltar a crescer”.

Toffoli não quis comentar a convocação feita por Bolsonaro durante discurso em Roraima, quando estava a caminho da viagem de quatro dias aos Estados Unidos. “Não é papel do presidente do Supremo ser comentarista de falas dos presidentes dos outros poderes”, afirmou.

A fala de Bolsonaro foi publicada em suas redes sociais e na de seus filhos e apoiadores. O presidente do STF descartou-se juntar ao presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), para que, caso desejem se posicionar em relação à fala de Bolsonaro, o façam de maneira conjunta.

## **Judiciário inicia corte de gastos para cumprir teto**

O fim do “espaço extra” no teto de gastos (a regra que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior) obrigou o Poder Judiciário a iniciar 2020 com corte de despesas. Só em janeiro, os gastos caíram R\$ 84 milhões em relação a igual mês de 2019, queda de 2%. Mesmo assim, mantido esse ritmo, a Justiça precisará afiar ainda mais a tesoura para evitar o descumprimento da regra.



# IMPACTO PARANÁ

OSMANN DE OLIVEIRA

JUSTIÇA

## ADVOGADOS TAMBÉM TRABALHAM DE GRAÇA



Crédito: <https://coachingparaadvogados.jusbrasil.com.br/>

Os melhores cronistas do mundo, que foram os do século XVII, na Inglaterra - os chamados "essayistas" praticaram o "essay", isto de onde viria a sair crônicas modernas, com o zelo artesanal tão proficiente quanto o de um bom carpinteiro ou relojoeiro. (Vinicius de Moraes).

Quando, agora, escrevi trabalho sobre a situação de risco em que correm os advogados por força de injustificadas e desnecessárias atitudes de alguns juízes que tenteiam conhecimentos e chegam a querer impor como verdades, leis e decretos que, sequer existem ou se encontravam fora das normas legais. Exemplo que invoquei foi de um deles que determinavam o uso de códigos de processos que, ainda não se encontravam em vigor e no momento em que o causídico, com respeito e técnica, ponderou sobre o engano, reiterou ele com arrogância que o advogado cometera "erro grosseiro" para esconder que o erro era seu.

Até mesmo um colegiado embarcou nessa, pois, no debate jurídico existem pessoas que, num desastre, pisam sobre outras para poderem se salvar.

Recebi dezenas de comunicados, alguns de aplausos e outros nem tanto. Mas um que me chamou a atenção foi o de um leitor que se referiu ao sofrimento dos bacharéis em direito que trabalham e suam em cima de petições, mas, no final, nada recebem. Vejamos: há momento, em que o advogado vê-se na contingência de trabalhar sem verba honorária. E pior exemplo, quando se constate abandono de causa criminal oportunidade em que é indicado para atuar dativamente independente de sujeitar-se, em tese, e responder processo ético perante o Conselho Seccional da OAB, conforme o disposto no Artigo 34. Inciso XII, do estatuto.

07 MAR 2020

Por outro lado conheço casos em que precipitados e sem prova nenhuma, chegam ao cúmulo de insinuar que profissionais prejudicaram clientes por se omitirem de apresentar razões em perícias já realizadas e homologadas através de sentenças ou que causem prejuízos à chicana. E para isso esses tiram deduções.

Há que se dizer, outrossim, em que a matéria de habeas-corpus não é necessária contratação de advogado, pois, sob o império da Constituição Federal, não é necessário o patrocínio de qualquer pessoa podendo para esse fim, pois qualquer profissional, além, do próprio réu, pode em seu interesse pleitear o chamado "remédio heróico".

Ainda e segundo discutível situação não é necessária a contratação de advogado para as causas que se limitem, em até 20 salários mínimos regionais perante o Juizado Especial, segundo o artigo 9º da Lei nº 9.099/95. O mesmo critério é adotado no Juizado Especial Federal, segundo o artigo 10 da Lei nº 10.259/2001.

Em ambas nem juízes com competência jurisdicional são necessários. Funcionam aí, leigos ou cidadãos dignos para solucionar conflitos emergentes.

O mesmo acontece com a permissão de artigo 2º da Lei de Alimentos através da qual pé suficiente que o credor compareça, porém perante um juiz e reclame valores do devedor.

Como se vê afora as agressões caluniosas difamatórias ou injuriosas assacadas contra advogados o que se os coloca em posição de risco, a profissão em si, vem sendo enfraquecida, pois nos casos lembrados muitos formados, após anos, anos e anos de estudos, aquisição de livros e estudos diurnos, são obrigados a trabalhar, de graça. É MESMO UMA PROFISSÃO DE MUITOS PERIGOS E ANGÚSTIAS...